

001-0830/95



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0830/1995 DE 1995

100-98,50

12-143,50

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0830/1995 DE 31/08/95

PROMOVENTE: VEREADOR

CARLOS ZARATTINI

E N E N T A:

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO EM ABRIGOS ESPECIAIS QUE ASSEGUREM CONDIÇÕES BÁSICAS DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE À POPULAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O B S E R V A C O E S:

*Requerer Execução
HABER extorção em
23106.*

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
26/10/2010 12:05:47

00000013021-40

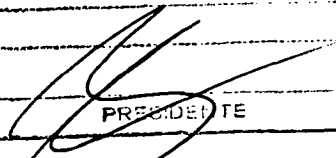


ARQUIVADO EM

02 01 97

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Departamento

Câmara Municipal de São Paulo

LIDO HOJE AS COMISSÕES DE: 31 AGO 1995 Constituição e Justiça Política Urbana, Meio-ambiente e Trabalho Saúde, Promoção Social e Trabalho Finanças e Orçamento  PRESIDENTE

PROJETO DE LEI

01 - FL
01-0830/1995

Dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir aos moradores o deslocamento para abrigos especiais, em condições de segurança e salubridade, nas situações de desmoronamento, enchentes ou grave risco para as famílias.

Parágrafo Único - Os abrigos especiais referidos no caput deste artigo deverão apresentar os seguintes padrões de qualidade:

- I - um espaço mínimo de 25 m² (vinte e cinco metros quadrado) para cada família;
- II - instalações de refeitórios e local apropriado para as crianças;
- III - banheiros em número não inferior a 1 (um) para cada 5 (cinco) famílias.

Art. 2º - Os abrigos especiais atenderão aos moradores na mesma região administrativa que ocupavam antes da remoção, assegurando, assim, o fácil acesso aos seus locais de trabalho e de ensino.

Art. 3º - O atendimento previsto nesta lei terá caráter provisório, não excedendo o prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Não havendo locais suficientes para este atendimento, poderão ser designadas escolas ou centros esportivos, pelo prazo máximo de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º 223 e folha de informação sob
n.º 4 105/09/95 a 1

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	2	do proc.	19 75
-----------	---	----------	-------

15 (quinze) dias, sendo renovado, exclusivamente, após aprovação da Câmara Municipal.

Art. 5º - Em caso de inobservância dos prazos estabelecidos nesta lei, a autoridade responsável incidirá em infração político-administrativa, sob pena de perda do mandato.

Art. 6º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 1975



Carlos Alberto Zarattini
Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem a finalidade de garantir à população, alvo de remoções pelo Poder Público Municipal, condições dignas de moradia nos abrigos especiais.

Não podemos admitir que diante de determinadas situações concretas em que o Poder Público desloca moradores de um local a outro da cidade, estes sejam desrespeitados nos seus direitos fundamentais, como o de preservar seus bens pessoais, a integridade física, a segurança, a salubridade, entre outros.

É importante preenchermos esta lacuna legislativa, para que o Estado em nome do interesse coletivo não acabe prejudicando de forma decisiva setores significativos da população, que por motivo, fundamentalmente econômico, não têm condições de obterem uma nova moradia num pequeno lapso de tempo.

Garantir a remoção das famílias a abrigos especiais desta natureza, significa negar as políticas de “dispersão” e discriminação contra estas pessoas, reafirmando um atendimento, mesmo que provisório, dentro de um patamar de dignidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 4

do processo nº 830 de 19 95 05 09 95 (a)

Sr. Assessor Chefe:

Sobre o assunto consta,

PL 823/95

em 05, 09, 95

MARIA CANDIDA MOREIRA FORTA
Assist. Pedag.

A Com. de Const. e Justiça

05, 09, 95

LUIZ ARELLANO
Ass. Sec. Leg. - J. R. AL

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 08/09/95 às 13:00 hs.

At: Ilust. V.ª Sr.ª
o ra relatar
am 08 de 09 de 19.95.
Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Presidente

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha 5

Em 25.09.95

(a)



Câmara Municipal de São Paulo

Foiha n.º 5 do proc.
N.º 820 de 3/5
O Funcionário

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em, 25/8/55.

~~Ver. Dárcio Arruda~~

Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 6 do proc.
N.º 230 de 1988
O funcionário

Comissão de Constituição e Justiça

AVULSA 2006/M

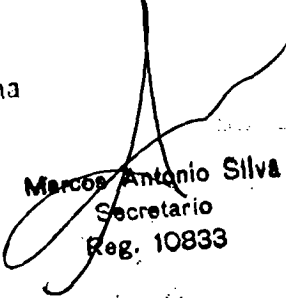
1988

Tendo em vista a falta de tempo hábil para maiores estudos sobre a matéria, e diante do esgotamento do prazo regimental para elaboração de relatório, encaminho o presente processo para prosseguimento de sua tramitação, conforme determina o art. 64 do Regimento Interno.

Em, 6/2/86.

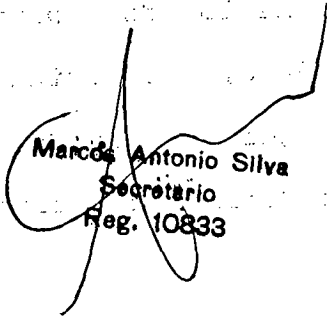
Ver. ~~Dárcio~~ Arruda
Presidente

A Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 8/2/56


Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10833

Recebido na Comissão de Pol. Urbana.

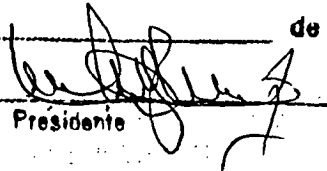
Em 8/2/56 às 11:30 hs.


Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10833

Ao Nobre Vereador
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça

em _____ de _____ de 19. _____


Presidente



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 7 do proc.
N.º 830 de 19 95
O funcionário

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que a ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto interrompe sua tramitação normal obrigando ao arquivamento do mesmo.

CONSIDERANDO que a Douta Comissão de Constituição e Justiça não emitiu parecer sobre o presente Projeto de Lei.

CONSIDERANDO que as Comissões permanentes que ainda deverão se pronunciar sobre a propositura precisam conhecer da sua legalidade ou inconstitucionalidade;

REQUEIRO de Vossa Excelência seja o presente Projeto de Lei encaminhado à Douta Comissão de Constituição e Justiça para reexame da matéria. Outrossim, solicito que o reexame em tela seja realizado sem prejuízo do prazo regimental desta Comissão, possibilitando, desta forma, nosso pronunciamento sobre o mérito da propositura.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 24.04.96.

Vereador Emílio Menechini
Presidente da Com. de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro

26/04/1996

Vereador Brasil Vita
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 25/04/16 às 12:00

1. The first step is to identify the problem. This involves understanding the current situation and what needs to be changed.



16 - PAR
16-0012/1996

Municipal de

Folha n.º 08 do proc
N.º 830 de 1995
Inscrição

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 830/95.

REJEITADO

25 JUN 1996

Projeto de Lei, de autoria do nobre Vereador Carlos Alberto Zarattini, visa obrigar a Prefeitura Municipal a garantir aos moradores atingidos por desmoronamentos, enchentes ou situações de grave risco, o deslocamento para abrigos especiais, em condições de segurança e salubridade.

Apesar de seus louváveis propósitos, a proposta não pode prosperar. O socorro aos flagelados por catástrofes naturais é sem dúvida um grave problema social na Cidade de São Paulo. Mas o projeto da maneira como está, é inexecutável. Os abrigos mencionados no parágrafo único do artigo 1º não são discriminados e, se não existirem, terão de ser construídos. Nesse passo, a proposta invade iniciativa exclusiva do Prefeito para os projetos de lei que disponham sobre organização administrativa e serviços públicos, prevista no art. 37, § 2º, IV, da Lei Orgânica do Município.

Além disso, o projeto comete um grave equívoco ao pretender determinar a perda do mandato da autoridade responsável, entenda-se o Prefeito, que é o único detentor de mandato, por infração político-administrativa, em caso de inobservância dos prazos estabelecidos no projeto. Neste caso, a propositura invade competência privativa da União, para legislar sobre direito eleitoral, pois cria uma infração político-administrativa e a sua respectiva pena, a perda do mandato. Por esses motivos, o parecer é

25 JUN 1996

Pela Inconstitucionalidade

For 26/6

Ilegalidade

17 - RELCOM
17-0018/1996

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 06/02/96

cds/p1830-95

de 01, 05, 1996

pagina 163 columna 3

conferido: W

A. A. T. M.

Em, 02 / 03 / 96

ORLANDO KOCI MENDES
AUXILIAR LEGISLATIVO

[illegible]

1. The first step in the process of identifying a problem is to define the problem. This involves identifying the symptoms of the problem and determining the scope of the problem. Once the problem has been defined, the next step is to identify the causes of the problem. This involves identifying the factors that are contributing to the problem and determining the underlying causes. Once the causes have been identified, the next step is to develop a plan of action. This involves identifying the steps that need to be taken to solve the problem and determining the resources that will be needed to implement the plan. Once a plan of action has been developed, the next step is to implement the plan. This involves carrying out the steps that have been identified in the plan and monitoring the progress of the implementation. Finally, the last step in the process is to evaluate the results of the implementation. This involves assessing the effectiveness of the plan and determining whether the problem has been solved.

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 1.1 billion to 1.2 billion. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 1.4 billion by the year 2015. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 1.6 billion by the year 2020. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 1.8 billion by the year 2025. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 2.0 billion by the year 2030. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 2.2 billion by the year 2035. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 2.4 billion by the year 2040. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 2.6 billion by the year 2045. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 2.8 billion by the year 2050. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 3.0 billion by the year 2055. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 3.2 billion by the year 2060. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 3.4 billion by the year 2065. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 3.6 billion by the year 2070. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 3.8 billion by the year 2075. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 4.0 billion by the year 2080. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 4.2 billion by the year 2085. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 4.4 billion by the year 2090. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 4.6 billion by the year 2095. The number of illiterate people in the world is projected to increase to 4.8 billion by the year 2100.

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971).

$$\partial \bar{\partial} \psi = \frac{1}{2} \left(\frac{\partial \psi}{\partial \bar{z}} \frac{\partial \bar{\psi}}{\partial z} - \frac{\partial \psi}{\partial z} \frac{\partial \bar{\psi}}{\partial \bar{z}} \right) dz \wedge d\bar{z} = \frac{1}{2} \left(\frac{\partial \psi}{\partial \bar{z}} \frac{\partial \bar{\psi}}{\partial z} - \frac{\partial \psi}{\partial z} \frac{\partial \bar{\psi}}{\partial \bar{z}} \right) \frac{1}{2} dz \wedge d\bar{z} = \frac{1}{4} \left(\frac{\partial \psi}{\partial \bar{z}} \frac{\partial \bar{\psi}}{\partial z} - \frac{\partial \psi}{\partial z} \frac{\partial \bar{\psi}}{\partial \bar{z}} \right) dz \wedge d\bar{z}.$$

4

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

São Paulo, 07 de maio de 1996.

Memo No. 133 /96

Ao nobre Ver. Carlos Zarattini

O P L - 830 / 95, de sua autoria, será lido como **REJEITADO** em virtude de parecer pela **ILEGALIDADE** da douta Comissão de Constituição e Justiça, cabendo, entretanto, **RECURSO AO PLENÁRIO**, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme disposto no art. 79 do Regimento Interno.

Atenciosamente

LUIZ AREIAS DE CARVALHO

Assessor Técnico Legislativo Chefe - A.T.M.

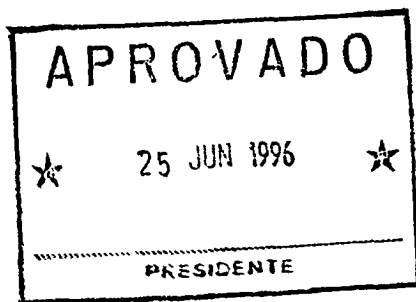
MBury

RECEBIDO NA A. T. M.
em <u>08/05</u> 19 <u>96</u>
às <u>16:15</u> horas

EVANIR RIBEIRO
Vereador **SBC.-**
12.ª Subseção

RECURSO Nº

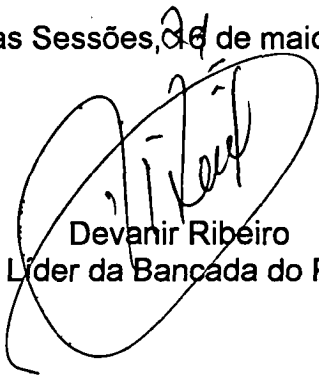
11 - REC
11-0067/1996



Recorre contra a rejeição, pela Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 830/95.

Recorremos ao Egrégio Plenário, com fundamento no artigo 79 da Resolução nº. 02/91, contra a rejeição, pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 830/95, de autoria do nobre Vereador Carlos Zaratini, que "dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população", uma vez que a proposição encontra amparo no art. 13, I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Sala das Sessões, 24 de maio de 1.996


Devanir Ribeiro
Líder da Bancada do PT

25 JUN 1996

26/6 Em.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 11 do proc.n.º de 19 

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
11	1	Paula	2528 SE	25.06.96	Pres.	

OPERADOR	REVISOR	CADERNO	DISK

* * *

- PL 838/95, do Vereador Carlos Zaratini (PT). Dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população. Fase: da Discussão e votação únicas do parecer 12/96, da Comissão de Constituição e Justiça (INEQUALIDADE - RECURSO 07/96).

* * *



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	12	do proc.
n.º		de 19
CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
11	2	Paula	252ª SE	25.06.96	Pres.	
OPERADOR		REVISOR			CADERNO	
					DISK	

O SR. PRESIDENTE (Brasil Vita - PPB) - Não há ora-
dores inscritos; está encerrada a discussão. A votosa o recurso.
Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrá-
rios ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação,
manifestem-se agora. ~~(Pela ordem)~~. ~~DEBATE SOBRE A MATÉRIA~~

~~DEBATE SOBRE A MATÉRIA~~

O SR. MIGUEL COLASUONNO (PPB) - (Pela ordem) -
Sr. Presidente, a bancada do PPB deseja manifestar seu voto con-
trário.

O SR. PRESIDENTE (Brasil Vita - PPB) - Registrem-se
os votos contrários sa bancada do PPB. Está aprovado o ~~RECURSO~~
recurso. A matéria seguirá tramitação normal.

Passemos ao item seguinte.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricando como folha nº.....

do processo nº.....

01-230 95

de 19.....

(n).....

13-
JMS

A Comissão de Política Urbana:

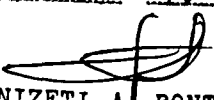
O parecer de Ilegalidade, de fls. 68, da douta Comissão de Const. e Justiça, foi rejeitado na 232ª Sessão Extraordinária de 25/06/96, prosseguindo-se a tramitação.

26/06/96


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Câmara
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop. e Meio
Ambiente

Em 26.56 as 18:00 h.

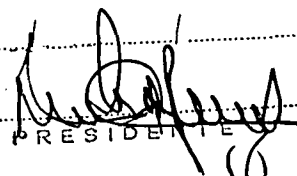

DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar

O NOBRE VEREADOR.....

FARIA LIMA

ARA RELATAR.

ala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.


PRESIDENTE

SEGUE.....ⁿ..... juntado.....^S..... nesta data, documento.....^S..... a papel para informação, rubricado.....^S.....

sob folha.....^S..... nº 14275.....

Em 27, 08, 56

(n).....^W.....



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n° 14 do proc.
830 do 1975
O. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
					SEM REVISAO	

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DI. 10

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E
MEIO AMBIENTE.

Presidente: Sr. Vereador Emilio Meneghini
Membros : Srs. Vereadores
Aldaíza Sposati
Bruno Feder
Faria Lima
Tereza Cristina de S.Lajolo
Ana Maria Quadros

Audiência Pública realizada no Auditório Ver. Antonio Sampaio
da Câmara Municipal de São Paulo em 21 de agosto de 1996.

Solicitante: Sr. Vereador Emilio Meneghini
(Memo nº 50/96-Com. Pol. Urb.Metrop. e Meio Ambiente).



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
0-8	3	Marcia	Com.Pol.Urb.	21.8.96	830	1975

Folha n° 15 do proc.
 O funcionário 830
 CONT. APART. 1975

menos que não seja uma situação desagradável para a criança e para as mães, que se ~~xm~~ vêm envolvidas até em situações de agressividade, de violência dentro dos transportes coletivos. Portanto, o objetivo do projeto é garantir esse direito da criança e do adolescente.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra se encontra aberta.

Cumprimentamos mais uma vez a Vereadora Ana Martins pela oportunidade do projeto. Passemos então ao assunto "Código de Obras", que estava marcado para as 10 horas. Como são 10h10, vamos colocar em discussão: PL 1.368/95; primeira audiência pública; estabelece normas de funcionamento para parques de diversões temáticos, aquáticos e circos do Município de São Paulo. Autor: Bruno Feder.

O SR. ROBERTO - Projeto de lei nº 1.368/95, de autoria do Vereador Bruno Feder. O projeto estabelece normas de funcionamento para parques de diversões temáticos, aquáticos e circos situados no Município. Pela proposta, a liberação do alvará de funcionamento, ou do auto de licença de localização, funcionamento e estabelecimento dependerá de vistoria técnica de órgão do



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Nº ORADOR	do proc.	do COM. ARTE
0-8	4	Marcia	Com.Pol.Urb.	21.8.96	830	16	18-95
					O funcionário		WZ

Executivo, credenciado e habilitado a analisar, decidir, fiscalizar e atestar a segurança e a estabilidade das instalações. Ao solicitar o alvará ou a licença, o interessado deverá apresentar:

- a) personalidade jurídica, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- b) inscrição no C.C.M. da Prefeitura;
- c) documento que comprove autorização para uso do imóvel do estabelecimento;
- d) planta da área;
- e) planta de localização dos equipamentos na área;
- f) planta de localização do espaço de higiene pública, enfermagem, alimentos e outros produtos;
- g) pasta técnica com projeto do sistema de produção de descargas atmosféricas, medição de aterramento dos equipamentos, projeto de instalação elétrica com cabine de força e redistribuição, livre segurança, caldeiras e vasos de pressão, projeto de segurança para o caso de desastre, laudo de inspeção dos equipamentos, laudo de operação e técnica dos equipamentos, manuais de operação e procedimentos de emergência editados em português, comprovante de treinamento do operador e manual de segurança.



Folha n.º 17 do proc.
N.º 830
ORADOR
funcionario
CONT. 18

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-8	5	Marcia	Com.Pol.Urb.	21.8.96

Todos os documentos técnicos deverão ser elaborados por empresa especializada, registrada no CREA E NA Junta Comercial do Estado de São Paulo; que recolherá a RT, a notação de responsabilidade técnica. Tanto o alvará de funcionamento, como o auto de licença de funcionamento e localização, deverão ser renovados a cada 180 dias. Os estabelecimentos deverão manter seguro contra acidentes ou morte para os usuários, cujos números de apólices deverá constar do ingresso, e cuja cobertura deverá ser explicitada em placas informativas.

Se os estabelecimentos estiverem em área pública, serão obrigados a distribuir gratuitamente às creches, ~~manter~~ centros de juventude, escolas municipais ou conveniadas, 500 ingressos ~~manter~~ ~~disponíveis~~ para uso em todos os seus equipamentos.

O descumprimento desta lei implicará em multa de 2.280 UFIR, equivalente a 2.106 reais hoje. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, acrescida a cada dia de 470 UFIR.

A justificativa do autor é que, como o lazer deve ser oferecido ao público com segurança, para garantir a proteção e tranquilidade do usuário, e como o adequado funcionamento dos parques de diversões e circos dependem de instalações que ~~sejam~~ respeitem



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-8	6	Marcia	Com.Pol.Urb.	21.8.96

Folha n°	18	do proc.	37
N°	830	ORADOR	CONT. APARTE
O funcionário			

condições mínimas, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, através do Contru, seu órgão competente, deve expedir alvará de funcionamento após vistoria adequada.

O Vereador apresentou também vários recortes de jornais que retratam acidentes em parques de diversões.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 19 do proc.
N.º 830 de 1975

35

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
09	1	Dagmar	Pol.Urbana	21.08.96	O funcionário	WZ

A comissão da Comissão de Justiça elaborou um parecer pela legalidade da proposta, mas em favor de uma melhor técnica de elaboração legislativa propôs um substitutivo.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra está aberta aos presentes. Tem a palavra a Vereadora Aldaíza Sposati.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Claro que é extremamente importante pensarmos em todas as medidas de segurança urbana. Não sei se está presente algum empresário da atividade circense, mas gostaria até de ouvir um pouco o arquiteto José Carlos, pois parece-me que quando se fala em parque de diversões ou parque aquático, trata-se de um estabelecimento fixado; o circo é volante, tem periodicidade. Então a minha dúvida é se toda essa exigência é passível realmente de viabilidade num circo, ou se isso seria mais para os estabelecimentos fixados e locais. E se o grau de exigência colocado para essa proposta circense não vai ao encontro de uma redução dessa atividade. Fico com essa dúvida e gostaria de discutir um pouco com empresários das atividades circenses.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra está aberta.

O SR. JOSÉ CARLOS - Arquiteto, assessor da Bancada do PT.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	20	do proc.
N.º	830	de 1995
ORADOR	J. Carlos	APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	APARTE
09	2	Dagmar	Pol.Urbana	21.08.96	J. Carlos	

Realmente, parece discrepante haver exigências idênticas para um circo e para um Play Center, por exemplo, ou aquele parque aquático que fechou. Já existe no Código de Edificações uma licença específica para estabelecimentos provisórios. É evidente que o circo também precisa de condições de segurança, só que pelo tipo de documento exigido e o tempo necessário para sua providência seria incompatível com o tempo de permanência no local. Então seria conveniente criar uma norma mais específica para fiscalização dos circos, que ela fosse prévia, com a responsabilidade de especialistas em segurança, mas não nas mesmas condições dos grandes estabelecimentos.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O que está no Código de Obras já é satisfatório para que o circo ofereça segurança?

O SR. JOSÉ CARLOS - Não. A cada ano saem normas mais apropriadas, por exemplo, para locais em que ocorrem bailes de carnaval. É muito parecido com o circo pelo afluxo de público não usual. Então é preciso criar uma rotina específica para o licenciamento dos circos. Deve ser complementado, sim.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Então podemos sugerir ao vereador autor do projeto que fizéssemos um substitutivo, especificando o



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha nº. 21 do proc. 40	Nº ORADOR 830	CONT. APORTE
09	3	Dagmar	Pol.Urbana	21.08.96	O funcionário		ulz

que for necessário.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu teria mais uma sugestão: que para a segunda audiência pública houvesse o chamamento de empresas ligadas tanto a empresas ou à área circense quanto as outras estabelecidas como o Play Center.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Só para ler os convidados para discutir o PL 1.368/95: Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Associação Comercial de São Paulo, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura, Cecov, Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, Instituto de Engenharia, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, e o CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Por isso é que estou propondo que haja o convite, inclusive com a anexação do projeto, diretamente para empresários circenses.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradecemos a presença aos que aqui estão, que é muito enriquecedora, mas lamentamos que quase todos tenham faltado para discutir um assunto que afeta tantas instituições.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 22 do proc.
N.º 830 de 1995
O funcionário
GRADOR CONT. APORTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APORTE
09	4	Dagmar	Pol.Urbana	21.08.96	Ana Maria	

É interessante a sugestão da Vereadora Aldaíza Sposati para que sejam convidados, e vamos consultar o vereador se ele concorda que façamos o substitutivo, separando essa parte do circo, que é específica. Vamos consultar o Vereador Bruno Feder. Alguém mais quer fazer uso da palavra?

(entao cumprimentando o v tambem - 10 monteiro)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-10	1	Monteiro	C. Pol. Urb.	21.08.96		

Então, cumprimentando o Vereador também, pela oportunidade da proposta, as sugestões aqui apresentadas e passamos ao próximo assunto. O próximo projeto é o 830/95, Primeira audiência pública, dispõe sobre os abrigos especiais que asseguram condições básicas de segurança e salubridade à população, Autor: Carlos Zarattini.

O Carlos Zarattini é suplente. Há alguém aqui representando o Vereador? Ele não está no exercício do mandato, apenas em alguns meses ele pôde assumir.

Com a palavra, então, o Roberto,

O SR. ROBERTO - ~~Projeto de Lei nº 830/95, de autoria do Vereador Carlos Zarattini.~~ O projeto dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que ~~ex~~ assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população, os casos de situações de desmoronamento, enchentes ou graves riscos para as famílias. Esses abrigos deverão apresentar os seguintes padrões de qualidade:

1. Um espaço de 25 metros quadrados para cada família, 2. Instalações de refeitório e ~~instalação~~ local apropriado para as crianças. 3. Banheiros em número não inferior a um para cada cinco fa-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha nº. 24 do proc. 43
0-10	2	Monteiro	C.Pol.Urb.	21.08.96	Nº ORADOR 830 de CONTA PARTE
					O funcionário

mílias.

Esses abrigos atenderão aos moradores na mesma região administrativa que ocupavam antes da remoção e deverão dar um atendimento em caráter provisório não excedendo o prazo de 90 dias.

A justificativa do autor é que ele entende que o projeto garantirá à população alvo de remoção pelo Poder Público Municipal condições dignas de moradia nos abrigos especiais, evitando o deslocamento dos moradores de um local a outro da Cidade, por vezes muito distante dos locais onde eles moram.

A ~~posição~~ posição da Comissão de Justiça foi pela inconstitucionalidade e ilegalidade. Posteriormente, houve recurso por parte do Líder da Bancada do PT, tendo sido aceito esse recurso pelo Plenário.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra está aberta.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Queria tecer alguns comentários em relação ao projeto do caro Vereador Carlos Zarattini, que são os seguintes: acho que nós necessitamos de uma política de acolhida na cidade de São Paulo e essa política de acolhida acho que a gente pode pensar de três naturezas. Uma é para aquela população adulta, ou infanto-juvenil, que está nas ruas, e que não deveria estar,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-10	3	Monteiro	C.Pol.Urb.	21.08.96		

evidentemente, e isso seria principalmente a idéia de abrigo por ocasião do inverno. Há até uma ~~distinção~~ distinção de discussão se a gente fala, se a denominação é "albergue" quando é provisório e "abrigo" quando é permanente. Então, acho que esse é um tipo de acolhida daqueles que estão na rua.

Um outro tipo de acolhida é para a população que enfrenta um risco e não tem o recurso próprio para poder..., por exemplo, há um desabamento da sua moradia, ela não tem nem o recursos para ir para a sua família se abrigar, ou para ir para ir para um hotel, diante do seu recurso econômico. Quer dizer, já tivemos várias situações, lembro a do Alto de Pinheiros, em que com o desabamento a família, até era problema da Sabesp, a Sabesp chegou a pagar hotel para a família a ele se dirigir. O que quero lembrar é que aqui se está tratando da família de baixa renda. Seguramente, é essa a questão que está aqui colocada e que há essa distinção.

Por terceiro, acho que uma outra questão de abrigo que também está a merecer uma certa regulamentação pelo Município, é o abrigo da terceira idade, as chamadas formas asilares da terceira idade, em que têm sido encontradas várias e várias irregularidades, até mesmo de reterem o valor da aposentadoria para pagamento desse asi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 26 do proc.
N.º 830 de 1995
O Funcionário
ORADOR CONT. ARABTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARABTE
0-10	4	Monteiro	C. Pol. Urb.	21.08.96		

lo e o procedimento muito aquém dos padrões que seriam necessários. Estames até discutindo e vendo a maneira de poder ser regulamentado.

Mas o que o nobre Vereador está enfatizando aqui não são nem esses abrigos para a população de rua nem esse abrigo para a terceira idade. A disciplina que ele faz é em relação a situações de remoção provocadas pela Prefeitura do ponto de vista de segurança urbana. E aí a proposta de lei incide em algumas questões muito interessantes. Por exemplo, o artigo terceiro diz o seguinte: "Ninguém pode permanecer no abrigo acima de 90 dias." Hoje a população tem permanecido em abrigos, inclusive em containeres, por um ano ou até mais. Então, realmente esse prazo de 90 dias..., nesta última calamidade ocorrida em Itaquera, em que a população ocupava um ex-alojamento do Metrô, das obras lá do José Bonifácio, na verdade ela estava lá há quase um ano. Então, esse artigo terceiro do Vereador dá um limite de prazo para a permanência no abrigo.

Acompanhei também o Jardim D'Abril e essa iniciativa do Vereador tem a ver como o Jardim D'Abril, em que a população foi para uma escola municipal, as crianças dessa escola municipal ficaram sem as aulas, perderam o ano, no ano passado, do Condessa Mataraz-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



-16

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-10	5	Monteiro C.Pol.Urb.		21.08.96		

zo e, na verdade, a população também ficou prejudicada e não teve
uma solução. O artigo quarto relembra essa questão das escolas e
de centros esportivos, dando um prazo de uso máximo de 15 dias, o
que me parece muito ~~insuficiente para a população~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
011	1	Anelise	Pol.Urbana	21.08.96		

interessante, porque, muitas vezes, o abrigo na escola cerceia a ~~na~~ continuidade das aulas, do coletivo das crianças, além de não ser adequado.

Todavia, no parágrafo único, quando o Vereador desenha a forma física do abrigo, penso que sua proposta tenha sido muito acanhada. Comparando, um abrigo existente na Gen. Mendes em Vila Maria Alta tem um espaço no cômodo de 25 m². A população foi para lá dia 4 de outubro de 1995. E nesse espaço um pouco menor - deve ter de 20 a 22 m², é 7m por 3,5 -, em geral, ficam duas famílias. As pessoas cozinham ali mesmo, não há propriamente um local de cozinha coletiva. Isso acarreta vários problemas. A quantidade de banheiros não inferior a um para cada família também é muito acanhado, porque temos aí um banheiro para cada 20 ou 25 pessoas.

É importante que tomemos ~~nossa~~ consciência dessa precariedade, estou querendo incentivar, falando até um pouco demais sobre isso na audiência. Eu estava até discutindo com o Malcon(?) no ~~se~~ domingo sobre essa questão, ou seja, que o padrão de civilidade nesta cidade, que seria ter basicamente uma política de acolhida, é extremamente precário, para não dizer inexistente. Nunca colocamos em questão qual é o padrão de dignidade para acolhida de quem não tem para onde ir.

Minha proposta é de alterar esse parágrafo único para colocar-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
011	2	Anelise	Pol.Urbana	21.08.96		

mos uma outra questão. Evidentemente, não estou fazendo nenhuma proposta de hotel, nem 5, nem 3 e nem 2 estrelas, mas dizendo que também não dá para aceitar um padrão decadente. Estamos vendo na prática que esses banheiros coletivos têm-se mostrado extremamente precários.

Na segunda-feira à noite, em ação conjunta do PNBE com a OA, foi iniciado um trabalho de recuperação do Viaduto do Glicério, com projeto do arquiteto do PTA e considero muito importante acompanharmos e fiscalizarmos a qualificação do que está sendo realizado. Foi até muito significativo quando senhores muito bem postos, engravatados, na segunda à noite, partilhavam desse ato com a população de rua, fazendo uma roda, uma dança em conjunto, no sentido da acolhida da população sob o baixo do viaduto.

Essa questão do abrigo para a população de rua, que está sendo objeto até de uma ação civil pública pelo Ministério Público, envolve episódios terríveis que presenciemos neste inverno, quais sejam a mesclagem de população adulta com população infantil, pois não temos abrigos especializados nesta cidade. Não temos abrigos especiais para crianças de rua. Isso é extremamente sério. Como temos a presença do Conselho Municipal da Criança, é bom dizer que essa questão que o Ministério Público está exigindo da Prefeitura e que ainda não houve uma resposta a-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
011	3	Anelise	Pol. Urbana	21.08.96		

dequada precisa ser muito bem alardeada, porque temos recebido várias manifestações a respeito. Essa acolhida à criança de rua não vem se dando em padrão adequado e mais que isso: a política adotada foi a da "escolha de Sofia". Em tendo uma precariedade de abrigo em número e qualidade para a população adulta de rua, cerca de 5 mil pessoas, com apenas 1.200 vagas, dada a exigência do Ministério Público da produção de vagas de abrigo para crianças e adolescentes, foram retirados adultos para a colocação de crianças. Houve, então, várias cenas de possíveis conflitos, em que os adultos tinham que sair para entrar o adolescente. Portanto, a discussão era quem ia para o frio e quem ficava abrigado. Isso é extremamente perverso.

Já que estamos aqui com a sociedade civil, eu gostaria de saudar essa parceria do PNBE e quem sabe conseguimos com isso estender, como diz o Vereador, abrigos especiais em cada região administrativa com essa política de acolhida em um padrão de dignidade, prevendo essas diferenças entre a acolhida da população de rua, acolhida da população vitimada de uma urgência urbana e acolhida da população de terceira idade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra está aberta. Tem a palavra a Srs. Terezinha.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 31 do proc.
N.º 830 de 1995
O funcionário 102
CONT. ARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
011	4	Anelise	Pol. Urbana	21.08.96		

A SRA. TEREZINHA HELENA (Fórum DOA de São Paulo) - Falo tam-
bém em nome da subcomissão da criança e do adolescente da OAB. Acerca da
questão do abrigo, na segunda-feira, a OAB fez uma reunião, chamando to-
dos os envolvidos, o Ministério Público, Vereadores, etc. Até agora, não
se resolveu nada...

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-12	1	Carla	Pol. Urba.	21.08.96		

nem emergencial definitivo como falamos, um dia definitivo, outro emergencial, porque fala para lá e para cá. Bom, então, segunda-feira, às 19 h haverá uma outra reunião, na OAB, de avaliação e ver o que passou e o descaso. As pessoas vão ao Secretário, ele conversa, sai no jornal, pergunta se é ou não é, e a criança na rua, dormindo na rua, não é só por causa de frio, mas estão na mão dos traficantes. Eles dizem que dormem com um olho fechado e o outro aberto, eles não têm sossego. O SOS está na luta tremenda de tirar, com a banquinha legal, com toda a parafernália que estão fazendo, e a dificuldade de tirar da mão dos traficantes. Eles são os braços dos traficantes. Vocês não viram o menininho loirinho que assaltou um banco? Ele é o braço do assaltante. A criança está desprotegida.

Ontem tivemos uma reunião na Faculdade de Direito, três dias de estudo, com o Edson e ele comentou que visitou doze países e este assunto está mais adiantado do que em São Paulo, em muitas cidades de São Paulo. Nós aqui estamos na idade da pedra na questão da criança e do adolescente, está tudo por fazer. Temos um mundo de leis maravilhosas e não conseguimos.

Então, segunda-feira veremos a questão do abrigo.

A outra coisa que queria saber é que há uma questão pedagógica dentro do abrigo. Não é fazer o prédio e depois colocar lá. Acho



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. (ART. 15)
0-12 2		Carla	Pol. Urba.	21.08.96	830	145
					O funcionário	145

que deve haver uma reunião conjunta de arquitetos, planejadores, junto com a filosofia, inclusive, do ECA. O que é um abrigo hoje, principalmente para a criança e o adolescente? E a questão de verificar se irá nas regiões.

E nesta cidade imprevisível, tanto em relação ao clima, as pessoas morando em regiões ribeirinhas, em morros, explosões, hoje no metrô Clínicas a questão do vazamento de gasolina, o pessoal com medo de trabalhar nesse metrô, ou seja, vivemos em cima de um barril de pólvora e tem o departamento, quero fazer uma pergunta quanto a isso, a defesa civil, qual a sua verba, pois ela teria que ter esses abrigos. O Conselheiro de Pelotas estava reclamando que outra vez estão usando a escola para por as pessoas que tiveram seu abrigo queimado, os galpões provisórios que estão pegando fogo por causa da eletricidade e da madeira fininha.

Estamos num caos, numa cidade que tem dinheiro. Falta organização e sensibilidade para resolver a questão.

Parabenizo a Vereadora que quando pega uma coisa não pega só um pedaço, imediatamente ela faz a política. Para finalizar, ontem à noite, discutimos, na OAB, a questão de um projeto da Criança e do Adolescente e sabemos que temos, na Câmara, "n" projetos que não estão juntos. Precisamos de um mecanismo para fazer um estudo conjunto



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE.
0-12	3	Carla	Pol. Urbana	21.08.96	O funcionário	830 6 de 1995

Folha n.º 34 de 53
 830 6 de 1995
 O funcionário

UM advogado de São José dos Campos falou que precisamos ver a unificação de projetos com o mesmo tema. Não que tiremos o nome do autor, ele pode fazer parte com os outros, para não ficar cada um cuidando de uma parte, um dos braços, outro da perna, outro da cabeça e no fim não unificamos.

A SRª Malcon Forest - A palavra está aberta.

Por favor falar o nome e a entidade que representa.

O SR. MALCON FOREST - Bom dia SR. Vereador, nobres Vereadoras. Pertencço a algumas entidades ligadas ao meio ambiente como a AMAR e o Movimento Defesa São Paulo.

Vejo com muito bons olhos essa proposta fundamental, inclusive com o adendo proposto pela Vereadora Aldaíza porque temos, realmente, um problema grave, gravíssimo que tem que envolver toda a sociedade civil, o problema do menor abandonado, do desabrigado, o fator realimentador da violência, uma coisa desumana, um despropósito muito grande.

Gostaria de fazer ~~um~~ um apelo à Câmara Municipal : divulgar mais as audiências públicas. Agradeço, inclusive, ao Vereador Eníllo Maneghini que teve a gentileza de nos enviar um fax com as

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-12	4	Carla	Pol. Urb.	21.08.96	Funcionário	13

Quêro salientar que ~~XXX~~ temos um problema muito sério nas regiões dos mananciais, Serra da Cantareira, região de guarapinanga com as invasões e na raiz do problema está a questão social-habitacional que tem que ser combatido, resolvido. E com certeza teremos tragédias muito graves em São Paulo, nos próximos anos. Observamos isso na Serra da Cantareira, encostas de morro, todas debastadas



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha nº 36 do proc. 55
0 13 1		Adília	com pol urb	21 8 96	ORADOR 830 CONT. APART 15
					0 funcionário

E aí a erosão vai agir. Aqueles barracos estão montados em cima da terra e vão cair com a chuva. Não se iluda, minha gente. Vamos ter muitas mortes, muito sofrimento. A proposta do abrigo é uma medida muito boa e visa a minimizar o impacto. Mas, repito, temos de ir à causa raiz: as invasões, o problema habitacional, a preservação dos mananciais, como fator de humanidade.

Muito obrigado.

A SRA. ROSÂNGELA (Voto Consciente) - Em relação aos abrigos especiais, na medida em que acontecer um acidente e pertinente que as pessoas sejam atendidas de forma digna. O poder público tem como fazer isso, que é de sua responsabilidade

Devemos colocar que o poder público não se manifesta na ocorrência de alguma catástrofe, da mesma forma em que também não se manifesta diante do problema em si. Ele fecha os olhos para os problemas da cidade e para as emergências também. O problema habitacional é complicado. As áreas de mananciais são invadidas e a cidade é tratada dessa forma. A zona sul tem todos esses investimentos da Prefeitura.

A sociedade organizada precisa estar ciente desses problemas e atuar nessa área. Moro na zona sul e até me sinto privilegiada, mas a questão não é por aí. O problema de segurança atinge a todos. As catástrofes tiram um pouco da nossa energia.

A SRA. ESTELA (CONSELHO Municipal da Criança e do Adolescente)
(Secretaria de Esportes) - o Conselho é paritário, como acredito que a maioria saiba. Participo através da Secretaria Municipal de Esportes.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º	do proc.	56
2013 2		Adilia	com pol urb	21 8 06	830		
					ORADOR	CC CONT. ADPTE	
					funcionário	102	

No Conselho, este ano estou participando da comissão de po-

líticas públicas. Esses projetos que hoje foram abordados aqui chegaram na última reunião que tivemos. Ficamos contentes. Compareci pela comissão para acompanhar o pensamento de todos. Ficamos contentes, apesar de alguns trabalhos já virem sendo encaminhados pelo próprio conselho, não a nível de lei mas de programas de ação e acompanhamento do quem vem acontecendo.

Gostaria de esclarecer que estamos com uma postura no Conselho - a gestão que se iniciou agora - de articulação de trabalhos acompanhando crianças e adolescentes. Com isso temos alguns esclarecimentos. Vamos entrar em contato com os vereadores que estão apresentando projetos sobre abrigos e esses ambientes que estão abrigando não de forma adequada. O Estatuto da Criança legaliza a questão dos baheiros, que são poucos.

Gostaríamos que as pessoas que participam de uma ocorrência de uma inundação, desabamento explosão em menos de 90 dias estivessem devidamente acomodadas em algum lugar. Acredito que o vereador colocou o fato pensando que em 90 dias as pessoas estariam devidamente acomodadas. Sabemos que não é fácil. Quanto a limitar, não sabemos o que irá acontecer depois dos 90 dias. Concordo com a Vereadora.

A questão dos banheiros, as acomodações são pequenas para tantas pessoas. A postura do conselho é de um acompanhamento mais exigente para que o ECA seja devidamente aplicado e as crianças e os adolescentes tenham uma vida mais digna.



Folha n°	39	do proç.
N°	830	CONT. APARTE
ORADOR	Funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
014	1	dalva	Pol.Urbana	21.08.96

Realmente essa incapacidade do Poder Municipal ou Estadual de São Paulo, resolver a questão. Então ficamos pensando, como é que seria possível, em vista a toda essa parafernália de leis e entidades que trabalham com o tema, ser operacional. Queria, então, deixar uma sugestão aos nobres Vereadores, ~~nessa entidade~~ uma medida em que todos fazem essas proposições de leis, todas válidas sem dúvida nenhuma, tentarmos, talvez, rapidamente articular uma lei, que fosse municipal, se fosse mais fácil passar a nível municipal uma lei que criasse um grupo executivo operacional que tivesse por objetivo a enraizamento da indigência e da mendicância na Cidade de São Paulo, e aí ~~existisse~~ obviamente embutida a criança na rua.

Esse grupo executivo teria por função buscar todos os recursos de ordem Federal, Municipal alocados, ou que já existem na cidade de São Paulo, como por exemplo, prédios. O que nós temos de prédios ociosos, pertencentes a União, o Estado e o Município, então na ~~medida~~ medida em que ficamos criando projetos de lei para que se construa abrigos, isso é absolutamente desnecessário isso demanda verba que não existe, atrasando o objetivo básico há anos, e não se consegue tirar a população de rua. Cinco mil pessoas não é nada. Então nós temos prédios ~~em~~ ociosos em São Paulo, bas-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	PARTE
014	2	dalva	Pol. Urbana	21.08.96			

tava que houvesse realmente uma lei, ou uma forma de operacionaliza-
ção bem articulada, e tiramos realmente, em noventa dias, radica-
indigentes e mendicância dessa forma. O que é lamentável é essa
incapacidade ~~em~~ operacional de todos nós que temos trabalhado com
a questão anos e anos. O custo, são as vidas perdidas e o ~~apre~~
apodrecimento dos seres humanos nas ruas.

Então é ~~em~~ isso que eu gostaria, se possível, estou às
ordens para colaborar ~~em~~ nessa ação.

Muito obrigado.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI -

Queria aqui cumprimentar

o ~~Para~~, e sem fazer nenhuma analogia com qualquer propaganda polí-
tica que define preço para retirar pessoas das ruas, ~~nifex~~ até por-
que essa questão é complexa, mas queria dizer o seguinte: essa comis-
são que você propõe, acho que estamos em via da cidade ter do se-
guinte modo: talvez ~~não~~ nós não conhecemos, isso não está tão públi-
co, mas a partir da do Artigo 200 e 304 da Constituição, foi de-
finida a política de assistência social, como política de segurida-
de social. A partir daí foi publicado em ~~dezembro~~ dezembro de 93,
a Lei 8.742 da Lei Orgânica da ~~Assistência~~ Assistência Social, que exige essa



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
0	14	3	daiva Pol.Urbana	21.08.96	

lei, que as cidades tenham o conselho municipal da Assistência Social, e no caso nós estamos, isso já foi fruto de uma conferência municipal, infelizmente São Paulo foi ~~xxxxxx~~ a única capital no Brasil que o Prefeito não chamou a conferência municipal, mas a sociedade civil chamou a conferência municipal, fez suas conclusões levou a Conferências Estadual e Federal. E está, para votação nesta Casa, exatamente a regulamentação do Conselho Municipal da Assistência Social da Cidade de São Paulo, e conta com amências de várias bancadas dessa Casa, PSDB, PT, Pó do B, PMDB, quer dizer, foi um processo que realmente amplo de discussão. ~~Penso~~ Penso, que se nós conseguirmos aprovar, este conselho junto com a sociedade civil e governo municipal, é que deve manter, porque a política de acolhida é uma política da Assistência Social, e aí poder manter dentro dessa ~~relação~~ relação de parceria. Agora, acho que você coloca muito bem, cinco mil ~~xxxxxx~~ pessoas, não é nada, todavia a oferta de abrigo nessa cidade tem sido por volta de de mil a mil e duzentas vagas, quer dizer, é uma guerra de usura do ponto de vista da civilidade. Esse aspecto é bastante importante, só que queria lembrar que há um ~~em~~ diferencial quando você lida com adulto e com a criança, porque que a criança ~~em~~ você vai lidar com a ~~em~~ situação do abandono, com



Folha n.º	42	do proc.
N.º	830	
CONT. APARTES	95	
ORADOR	TAQUI	ORARIO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
014	4	dalva	Pol. Urbana	21.08.96		

a situação da recuperação, que daí são propostas mágicas que dão tempo recorde, para retirar da rua pode realmente engaiolar a oriança, mas não significa que você está dando uma resposta de qualidade do ponto de vista educacional. Mas acho que se a gente conseguir ~~aproveitar~~ aprovar, e São Paulo, é um das poucas capitais que ainda não tem esse conselho, várias capitais já ~~já~~ têm, e tendo esse conselho a Lei Orgânica Nacional vincula a vinda de recursos federais e estaduais na existência do conselho e do plano de ação. Em São Paulo não tem nem o Conselho e nem o plano de ação, essa é uma batalha que temos travado aqui. Na Câmara que vai de encontro a sua proposta.

O SR. _____ ~~de nome, ou não~~

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
015	1	Norma	Com.Pol.Urbana	21.08.96

Folha nº	43	de	1975
ORADOR	830	CONT. APARTE	PROC.
Funcionário	U	U	U

Justamente, eu não sabia da questão do Conselho Nacional de Assistência Social, mas esses conselhos todos precisam, para se efetivar numa prática, e essa prática só será possível com um grupo executivo, quer dizer, é preciso operacionalizar dessa forma, através de um grupo executivo que reúna os diversos setores com poder de resolver as coisas, e que tenha uma ação específica, porque senão teremos mais um conselho e tudo isso acaba sendo utilizado para que as coisas não se resolvam.

Agora, quanto à questão de tempo, sem dúvida, sem apelar para nenhuma demagogia, 180 dias até ~~XXX~~ é muito, do outro candidato aí, desses diversos candidatos. E garanto que eu tiraria, se tivesse poder, em 30 dias, toda a população de rua de São Paulo, sem fazer como o Lacerda, que jogava no rio, mas eu tiraria.

É uma ~~questão~~ questão de espírito empresarial, qualquer empresário moleque tira o pessoal da rua. Mas eu quero insistir na questão de a criança ficar na rua, ou não, isso aí, de qualquer forma, mesmo que se já atabalhoadamente, a rua destrói mais do que qualquer engaiolamento, entre aspas, que fosse obviamente tutelado pelos juizes das varas, etc, quer dizer, a criança, na rua, apodrece, sem dúvida nenhuma.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA
015	2	Norma	Com. Pol. Urb.	21.08.96

Folha n° 44 do proc	62
Nº ORADOR 830	CONT. ABARTE
O funcionário	19-95

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra o Zeca; depois a Terezinha.

O SR. ZECA - Esse assunto é tão mais importante. Eu ia voltar à discussão do abrigo, o projeto fala de um aspecto de abrigo que a Aldaíza mencionou, aliás eu acho que ele é mais restrito ainda, ele fala de um aspecto de um abrigo ligado a uma política de habitação. Pode ser o abrigo usado em casos de catástrofe, em ~~EMMHHH~~ caso de acidente urbano, mas essa questão é muito mais polêmica, acho que a gente tem que discutir mais isso, não se trata de construir prédios nem depósitos de crianças, por favor, é outra coisa, outra coisa.

Mas eu vou falar o que tinha preparado para falar: dois aspectos; primeiro é que eu acho que a Cidade de São Paulo está absolutamente atrasada no planejamento de prevenção de acidentes urbanos e de catástrofes. Quem acompanhou a conferência Habitat viu e pode perceber como as cidades que sofrem muito com ~~em~~ catástrofes naturais estão ~~preparadas~~ preparadas, estão organizadas para enfrentar esse tipo de problema, como terremotos, tufões etc, essas cidades estão absolutamente preparadas para enfrentar esses problemas e têm um grande planejamento para tal.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIV.
015	3	NOM	Com. Pol. Urb,	21.08.96	funcionário	U2

Folha n° 45 do prog. 4
N° 830
CONT. ARQUIV. 45

São Paulo, que não tem nenhum desses problemas graves, não consegue sequer abrigar 200, 200 famílias numa remoção ou em função de um desabamento. É assombroso, é absurdo ver que isso aconteceu. Por outro lado, eu queria que vocês notassem que essa lei é de 95, esse projeto de lei é ~~uma~~ imperfeito, mas é de 95, se ele fosse lei hoje estaria clara a responsabilidade do Prefeito com relação ao incêndio que ocorreu no abrigo. Seria possível uma ação civil pública deixando clara a responsabilidade do Prefeito com relação ao acidente no abrigo que vitimou uma série de pessoas.

É muito importante esse projeto, ainda que a gente tenha de corrigi-lo, ~~mas~~ é importante que ele se torne lei. E, pior ainda, quando esses abrigos são abrigos motivados por políticas habitacionais que removem a população, por exemplo, o Cingapura, vamos deixar bem claro o exemplo, vários barracos de favela, inclusive casas de alvenaria são derrubados para que os prédios possam ser implantados e essa população é removida para um abrigo, desse tipo de abrigo que vocês vêem no jornal, e nem todos voltam para os prédios, e ficam muito mais tempo que o necessário.

É evidente que uma política habitacional que faz isso é uma política catastrófica - é catastrófica!



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
015	4	Norma	Com.Pol.Urb.	21.08.96	Funcionário	10

Folha nº 46 do proc.
Nº 830 1085
CONT. APART. 10

A SRA. TEREZINHA - Olha, Farah, primeiro eu queria responder uma coisinha do outro dia, porque você falou que tem muita gente aqui que fala da criança e do adolescente, ganha dinheiro - e eu concordei, mas eu vou falar para você que eu pago para trabalhar, eu tiro da minha aposentadoria, agora eu fiz 65 anos e estou feliz porque ganhei o passe do Metrô porque eu gastava 4, 5 reais por dia com a minha aposentadoria de professora, mesmo com universidade, ganho como primária, quer dizer, nem todo mundo que fala da criança é vigarista; eu não queria me sentir assim quando eu falasse.

A SRA. AMA MARIA QUADROS - Mas ele corrigiu na semana passada, não é, Terezinha? Ele fez a correção.

A SRA. TEREZINHA - É, está bom, mas é porque o pessoal aqui da criança saiu muito preocupado ~~com isso~~ com isso, inclusive eu falei: vai para o Conselho Municipal que é a instância de registro de entidades, e vocês que têm tempo, é uma ONG mais ou menos que tem condição financeira, que vão fiscalizar, vão ver se o dinheiro que dão para essa ONG estão aproveitando para quantas crianças, qual é o resultado final daquilo; qualquer cidadão pode pedir para Relações Institucionais, para essa Comissão do Conselho Municipal, para averiguar isso daí, dentro da lei.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
015	5	Norma	Com. Pol. Urb:	21.08.96	

Folha n° 47 do proc. 138 de 1995
N° 0 funcionário

Quanto à questão de tirar as crianças em seis meses, eu gostaria que você lesse - não sei se você leu - a Veja da semana passada, na última página, o Pompeu de Toledo falando, respondendo para o Rossi sobre isso, falando da complexidade que representa tirar pessoas das ruas, porque ~~_____~~

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O TORADOR:ário	CONT. APART
016	1	morg.	com.pol.urb.	21.8.96		

Folha n.º 48 do proc.
N.º 830 de 1995

ele não é uma pedra nem um pau que você tira daqui e põe lá, existem mil coisas e com esse modelo econômico, com esse jeito de olhar o pobre, se é pobre tem que morrer pobre, essa cultura burguesa de que o pobre é o pobre isso vai continuar a vida inteira assim, vai crescer feito grama, um atrás do outro. A turma daqui está indo para os sem terra, já viram quantas famílias estão nas estradas, estão indo das cidades, estamos jogando o nosso problema lá para o rural. Conheço uma porção de gente que estava aqui, que eu via na rua, conversava com eles, no entanto, hoje eles estão pelas estradas para pegar um pedaço de terra. Precisamos equacionar isso em nível nacional, não é preciso e ninguém vai resolver isso

Mas, me inscrevi para falar uma outra coisa. A Aldaíza na comissão de estudos, foram sessenta dias, abrangeu várias entidades governamentais e não governamentais e saiu um encarte dentro do Diário Oficial. Na última página reuniu várias propostas sérias para a gente fazer, senão vai ficar uma academia brasileira de letras que só se conversou e nada se faz, gastamos dinheiro público. Então, tem uma proposta que o Forum Municipal já solicitou que é de uma comissão especial para crianças e adolescentes, de vereadores, aqui dentro, para a gente estudar essas questões globalmente não desse jeito que está sendo feito aqui. ~~xxxxxxxx~~

A Sra. Aldaíza Sposati - A comissão de estudos encaminhou ao Presidente da Casa, está em tramitação, porque supõe uma mudança regimental.

A Sra. _____ - O Forum que propôs isso solicita que dê informações para a gente para ver o que tem que fazer para agilizar isso.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA
016	2	morg.	com.pol,urb.	21.8.96

Folha n° 49	do	de
N° 830	CONT. APART.	66 1975
ORADOR	funcionário	0

A Sra. Ana Maria Quadros - As discussões foram profundamente enriquecedoras, cumprimos o vereador autor da proposta do projeto de lei, claro que incorporadas todas as sugestões.

Nós vamos encaminhar ~~esse~~ esse projeto tanto a OAB, como ao Conselho Municipal da Criança e adolescente, a fim de que todas essas sugestões estejam incorporadas e esse projeto possa realmente expressar todas as preocupações fundamentadas e apresentadas aqui.

Temos aqui um convite da Vereadora Lídia Corrêa a todos os interessados, que às 11:30 no oitavo andar audiência pública da Comissão de Atividade Econômica no projeto sobre o tema criança e adolescente que proíbe venda de bebidas alcoólicas em supermercados para menores de 18 anos. Aqueles que se interessarem às 11:30, no oitavo andar.

Vamos passar ao próximo ou como este projeto que terminamos foi a primeira audiência pública a segunda audiência só será realizada após as informações tanto da OAB como do Conselho Municipal da Criança e Adolescente. O próximo projeto é o PL 1320/95, primeira audiência pública, altera a redação do item 951, da seção 95, do capítulo 9, do anexo 1, da Lei 11.228, de 25 de 6 de 92, que trata de elevadores de passageiros nas edificações, autor Archibaldo Zanora.

"PL 1320/95, de autoria do Vereador Archibaldo Zanora, que altera a redação do item 9.5.1, do Anexo 1, da Lei 11.228/92, Código de Obras e Edificações, a fim de obrigar os proprietários de edifícios a instalarem luzes internas de emergência nos elevadores de passageiros. As ~~edificações~~ edificações existentes deverão adaptar-se a essas condições no prazo de 120 dias a partir da publicação da lei.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA
016	3	morg.	com.pol.urb.	21.8.96

Folha n.º	50	da sec.
ORADOR	130	CONT. APARTE
O funcionário	15	15

A justificativa do autor, é minorar as condições de desconforto, intranquilidade e angústia dos passageiros, quando da paralisação dos elevadores por falta de energia, além de facilitar o socorro adequado. A Comissão de Justiça foi pela legalidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O projeto está em discussão.

Podem se manifestar os interessados pela parte de construção que estejam presentes para opinar sobre a validade desse projeto, é o projeto 1320/95 que altera a redação do item 9.5.1., que trata de elevadores de passageiros nas edificações, (Aparte fora do microfone.) Estamos aguardando a chegada do Vereador Antonio Paiva, e vamos aguardar, senão faremos no fim, se ele não vier. Como são três projetos, acho que vamos colocar em discussão porque o vereador ~~está em discussão~~...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA
017	1	Marcelo	Co. Pol. Urb.	21.08.96

Folha n.º	51
ORADOR	CON. APART. proc.
	830 de 1995
O funcionário	103

já deveria ter chegado. Permitam, era o primeiro projeto, projeto nº 046/96. Nós não fizemos no primeiro horário porque o Vereador estava para chegar. Como já são ~~três horas~~ 11h10m acho que vale a pena colocá-lo em discussão.

O Projeto ~~pro~~ proíbe o tráfego, ~~transporte~~ no Município de São Paulo, de caminhões que tenham escapamento com saída nas partes laterais e trazeiras do veículo, obrigando a ter tal saída acima da cabine do motorista. Autor é o Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho. Tem a palavra o Roberto para fazer a leitura.

O SR. ROBERTO - "Projeto de lei nº 46/96, de autoria do Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho. ~~Ex~~ O Projeto proíbe o tráfego de caminhões de transporte com escapamentos nas partes laterais e trazeira do veículo. Para atender essa exigência, os caminhões somente poderão trafegar com a saída do escapamento colocada acima da cabine do motorista. Pelo projeto fica estabelecido um prazo de 90 dias, contados a partir da regulamentação da lei. O projeto prevê ainda uma multa ao infrator de 500 UFIRs.

A justificativa do autor é que o seu objetivo é sanar um problema que vem ocorrendo nas ruas da Capital, ocasionado por caminhões, ou seja, a poluição ocasionada pela ~~x~~ fumaça que é expelida,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha nº 52 do proc. Nº 830 de 85	ORADOR	CONTEÚDO
017	2	Marcelo	Co. Pol. Urb.	21.08.96		O. Funcionário	20

principalmente ~~substituir~~ sobre os carros de pequeno porte.

A posição da Comissão de Justiça foi pela legalidade, com a apresentação de substitutivo para adaptar o projeto à correta forma atualizada no que se refere a valores que devem ser grafados em UFIRs e não em UFMs.

Observações. O projeto vem de encontro ao anseio de grande parte da população que visualiza nessa simples transferência de ~~uma~~ posição de escapamento uma solução barata de, mesmo não eliminando a poluição, evitando que os passageiros que estão nos ~~uma~~ carros vizinhos aos caminhões continuem a ser atacados por nuvens de fumaça.

O SR. RAUL CONTORSE - (?) Sou da Avar (?). Esse projeto de lei considero da maior importância para a saúde nossa, do pedestre, o pedestre que é muito desprezado nessa cultura do automóvel e também para o motorista que não tem ar condicionado e mesmo tendo ar condicionado, a carga de poluentes que é injetada dentro de um carro faz com que a poluição interna do veículo seja maior do que a poluição externa. Há um estudo feito pela Mercedes-Benz, nos Estado Unidos, que comprova isso. Dentro do carro você cheira mais poluição do que se você estivesse fora, porque é um ambiente fechado. Então essa medida é fundamental.

Quero parabenizar o nobre Vereador Antônio de Paiva Monteiro



Folha n° 53 do proc.
Alº 839
ORADOR
funcionário
de CONT. 413

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA
017	3	Marcelo	Co.Pol.Urb.	21.08.96

Filho por essa iniciativa. Eu mesmo já já havia tentado algo assim no Congresso Nacional. Houve uma proposta anterior que não foi aprovada e há um lobby da indústria de caminhões contra isso por uma questão mínima que não vem nem ao caso, porque o benefício para a saúde criança, de idosos, de pedestres e de motorista é enorme.

Acrescento ainda que a questão audiométrica, a poluição sonora, vai ser reduzida com esse fator, porque o som do escapamento sai pela boca do escapamento. Sendo canalizado para cima teremos menos poluição sonora.

Também deve ser utilizada a mesma lei para os ônibus, porque foi o Prefeito Jânio Quadros que instituiu essa medida dos ônibus com chaminés, isso na década de 50, início dos anos 60, mas apenas os ônibus municipais. Então ônibus intermunicipais, que vem de São Guarulhos e Osasco não têm essa necessidade, como também ônibus escolares e ônibus turísticos. Eu acrescentaria à lei esse dispositivo.

Solicitaria, também, que se fizesse muita divulgação da próxima audiência pública, porque tenho certeza que esta sala será muito pequena para receber o número de cidadãos que são a favor desta proposta.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Apenas uma ~~pergunta~~ pergunta: por



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONTAPARTE
017	4	Karcelo	Co.Pol.Urb.	21.08.96	0. funcionario	WZ

que as indústrias são contra? O que atrapalha?

O SR. RAUL CONTORSE - Ex Eu não tenho os dados todos, mas existe uma discussão quanto ao rendimento do motor, se a descarga mfor para cima. Parece que isso consome um pouco mais de potência do motor. Mas eu tenho certeza que com um lobby bem feito junto à Mercedes-Bens, junto à Volkswagen, à GM, à Ford, à Fiat, à Volvo, enfim, a toda indústria, eles vão se colocar a favor da popular, em detrimento de qualquer detalhe técnico, que também pode ser superado. É uma questão técnica e nós temos bons engenheiros para isso.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Continua aberta a discussão.

O SR. ADALTO - Sou consultor jurídico do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas. Primeiramente eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Câmara Municipal, de abrir as discussões dos projetos de lei com a população, logicamente, permitir que a gente possa intervir nesse projeto, que ^{tem} muito interesse ~~tem~~ para o nosso setor.

Todos nós sabemos que 70% do transporte de carga do Brasil é feito pelos caminhões. Nós não temos, no País, uma política de transporte por ferrovia e sim pelo transporte por via terrestre, pela parte rodoviária. Lógico que todo projeto de lei a gente deve levar em con-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
017	5	Marcelo	Co. Pol. Urb.	21.08.96

Folha n° 55 do proc.
N° 830
ORADOR: Funcionário
CONT. APARTE: 15

sideração esse aspecto, que é de fundamental importância, que não é um problema ~~em~~ exclusivamente do ~~xxxx~~ Sindicato de Transportadores, mas, também, de toda população, de toda sociedade.

Evidentemente o nosso sindicato, em nenhum momento, ter se manifestado contrário a qualquer tipo de política que caminhe no sentido da melhoria do meio-ambiente. Tanto isso é verdade que neste momento em que vivemos o rodízio aqui em São Paulo, o Secretário do Estado do Meio-Ambiente, ~~xxx~~ Fábio Feldmann, que várias vezes tem ido ao nosso sindicato, ele tem participado conosco, porque formamos uma comissão ~~xxxxxxxxxx~~

~~de forma a acompanhar o grupo de transportadores para que eles possam~~

~~xxxxxxxxxx~~...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-18	1	Vera	Com. Pol. Urbana	21.8.96

Folha n°	56	do proc.
N°	830	
COPIADOR	funcionário	CONT. APARTES
		12

no sentido de fazer uma campanha junto às transportadoras, para que elas possam regular os motores de seus caminhões, a fim de diminuir a quantidade de fumaça expelida.

O projeto do Vereador é bastante interessante e eu acho que ele deve caminhar, mas no sentido de estar voltado, conforme meu colega que me antecedeu, à questão dos fabricantes. Podemos discutir a questão do tempo em que a frota está circulando em São Paulo. Na realidade, no projeto, eu não vi nenhum dado técnico, nenhum estudo nesse sentido. O nosso sindicato tem representantes no Congresso, que podem levantar essa questão. Isso contribui para a melhoria da poluição no Estado de São Paulo, que é mudar o escapamento para cima. Desconhecemos qualquer estudo técnico nesse sentido.

Segundo, todo mundo sabe que os caminhões estão proibidos de circular na cidade de São Paulo durante o dia. A lei determina que, das 10 h da manhã às 8 h da noite, é proibido. Se entrar na cidade de São Paulo, é multado.

"A priori", o que eu queria colocar é que a nossa preocupação é no sentido de que o Vereador encaminhe duas questões: um estudo técnico de que, realmente, isso vai melhorar a poluição no Estado de São Paulo. Se melhorar, a gente vai participar. O segundo ponto é que essa questão



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-13	2	Vera	Com. Pol. Urbana	21.8.96

Folha n.º 51
CONT. APARTES PRO.
O funcionário de 1975

seja voltada, exclusivamente, para os fabricantes, porque, na realidade, impõe-se multa para ^{punir} o transportador e se esquece do papel social, do papel econômico que ele cumpre. O projeto tem que estar voltado para a Volkswagen, para a Mercedes-Benz, para os fabricantes, é lá que se vai resolver o problema relacionado à questão da poluição dos caminhões.

O SR. EDSON FARAH (Sociedade Amigos de V. Buarque, Santa Cecília, Higienópolis, Pacaembu) - Só para enfatizar essa questão, a gente vem insistindo nessas posturas para tentar manter um mínimo nível de qualidade de vida, meio ambiente, que têm a ver com a saúde e saúde tem a ver com a vida.

A incúria de todas as administrações tem sido no sentido de permitir que todo transporte de carga - essa decisão tem a ver com o petróleo, com a década de 50, com o "lobby" do petróleo - , num Brasil com essa dimensão, fosse feito por caminhão. É trágico e agora nós estamos colhendo o resultado disso.

Então, é preciso agora usar de paliativos. Sem dúvida, a solução do projeto é paliativa. O nosso colega lembrou, o próprio Jânio Quadros tinha obrigado os ônibus a fazerem isso no município de São Paulo quando ele foi prefeito. Essa providência mínima, certamente, tem



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	U ORADOR	CONT. APARTE
0-18	3	Vera	Com. Pol. Urbana	21.8.96		

que ser estendida aos transportes que utilizam óleo diesel. É o mínimo que se espera.

O colega tem razão, a indústria tem que, imediatamente, passar a produzir isso. Acontece que não é uma lei municipal que resolve o problema dos veículos. É necessário que se encontre uma forma operacional para que, o mais rapidamente possível, ônibus, caminhões que adentrem ou que trafeguem no município de São Paulo não nos sufocem mais com essa poluição toda.

O SR. DANIEL (Assessor da Comissão de Política Urbana) -

Eu tive que fazer um resumo do projeto, então, eu sei do que se trata. Vou ler a justificativa do autor.

A propositura tem por objetivo sanar um grave problema que vem ocorrendo nas ruas da capital, ocasionado por caminhões de transporte de carga pesada. Vários desses veículos possuem a saída do escapamento instalada em suas laterais e traseiras. Com isso, a fumaça é expelida principalmente sobre os carros de pequeno porte, causando grande transtorno, além da poluição. Muitos desses caminhões possuem a saída do escapamento colocada acima da cabine do motorista, possuindo também filtros antipoluentes.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	PARTE
0-18	4	Vera	Com. Pol. Urbana	21.8.96	0	62	

Folha n.º 59 do proc.
N.º 830 de 10/95

O que se pretende é impedir o tráfego daqueles caminhões, no município de São Paulo, medida essa que há muito é solicitada pela população. Saliente-se mais que, muitas vezes, a fumaça é expelida em carro de passeio que têm como passageiros crianças de colo e idosos.

A propositura, se aprovada, penalizará aqueles que abusam da situação, a adaptarem seus veículos para que não causem transtornos maiores em nosso trânsito.

O projeto estabelece um prazo e, após isso, será regulamentado, para que os veículos se adaptem às exigências contidas na lei.

Vamos deixar bem claro que aqui não tem nada a ver com poluição. A questão é os carros vizinhos ~~causando poluição~~.

~~Ninguém está falando que os caminhões causam poluição~~

~~os caminhões não machucam fumaça~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
0-19	1	Marcia	Com.Pol.Urb.	21.8.96	Funcionário	19

Folha n.º 60 do proc.
N.º 830
CONT. APARTES 19
Funcionário

os caminhões não receberem fumaça. Ninguém está dizendo que isso vai resolver a poluição. É uma questão de cidadania; uma questão de eu estar no meu carro e não receber uma fumaça na minha orelha, como a qualquer momento ocorre nesta cidade.

Então, o objetivo do projeto... Ninguém falou em resolver o problema da poluição. É isso que eu queria deixar claro.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Gostaria de levantar uma questão: nós podemos legislar sobre o Município de ~~SXH~~ São Paulo; não podemos impedir o tráfego de... E resta-nos um problema sério que é constitucional, que são os caminhões provenientes de outros estados e municípios. Quando o Jânio colocou, colocou sobre os ônibus do Município de São Paulo; mas aqueles intermunicipais... Nós precisamos quebrar a cabeça aqui juntos para descobrir como a gente faz; o respeito à norma constitucional...

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE)

Sim, nós não temos ainda as vias, não temos os anéis rodoviários, porque entrando na Marginal, ele está no Município de São Paulo.

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APAREC.
0-19	2	Marcia	Com. Pol. Urb.	21.8.96	O. funcionário	820 1993

Pois é, estou só colocando... Vamos estudar, está aí um problema para os juristas, para as pessoas que quiserem estudar como é que faz. Está ótima, brilhante a propositura do Vereador Antoninho Paiva. A única colocação, então: quais são os juristas aqui presentes?

Eu vou até ler; o Roberto está aqui nos lembrando, vale a pena:

"Cabe aos Estados-membros legislar supletivamente a respeito da matéria, nos termos da lei complementar pertinente. Além disso, o decreto federal, que regulamentou o Código Nacional de Trânsito, declarou competir aos municípios especialmente regulamentar uso das vias sob sua jurisdição."

Nós temos aí toda uma jurisprudência que coloca que o município legisla sobre o que acontece aqui. Nós temos o direito de ir e vir, da Constituição, Então acho que valeria a pena, quem for da área do Direito, ajudar a quebrar a cabeça. Pelas argumentações colocadas, nós não teríamos possibilidade de impedir a entrada de alguém que não atende à nossa lei.

(MANIFESTAÇÃO PORA DO MICROFONE)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-19	3	Marcia	Com. Pol. Urb.	21.8.96

Talvez. Nós não podemos impedir e nem multar. Mas veja, você não pode impedir a alguém de entrar em sua jurisdição. Se nós tivéssemos os grandes anéis rodoviários, etc, tudo bem, porque aí estaria fora...

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE)

Gostaríamos que usassem aqui o microfone, dizendo o nome e a entidade.

A SRA. SÔNIA - Eu queria dizer que esta semana... Toda segunda-feira, não posso rodar com o meu carro. Conversei com um guarda, na segunda-feira à noite, dizendo: "Puxa, mas eu vejo às vezes alguns carros. Na sexta-feira passada vi um carro final zero circulando." Ele disse: "Mas não era carro importado?" Eu disse: "Qual é a diferença?" E ele disse: "É porque agora os carros importados, se nós multarmos, eles já têm um papel, alguns carros e alguns proprietários já conseguiram uma liminar dizendo que carro importado não polui." Eu disse: "Puxa vida, mas eu vi um Fusquina." Mas quer dizer que quem tem um poder aquisitivo alto, que tem um carro importado, é liberado todos os dias? Eu acho que existem exceções, que todo o mundo é igual mas nem todos são tão



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha de Nº ORADOR	CONT. APARTE
0-19	4	Marcia	Com.Pol.Urb.	21.8.96	830 O funcionario	63 da 1995 proc.

iguais. Existe muito disso, e o guarda fica com receio.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - E vale não só para carro impor-
tado. Há vários grupos que entraram e conseguiram a liminar, pro-
fissionais, etc. Quem conseguiu a liminar, o guarda não pode mul-
tar.

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE)

Sim, pode multar, só que essa multa não tem valor.

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE)

Nós estamos só colocando aqui a questão do problema jurídi-
co.

O SR. _____ - Eu sugiro que se façam duas
coisas, que acho importantes. Primeiro, que se aprove a lei, o de-
talhamento dela, aplicando imediatamente aos veículos do Município
de São Paulo. Acho que essa questão é clara, evidente, ponto pací-
fico. E, em segundo lugar, que se peça apoio da O.A.B., ou através
da Comissão do Meio Ambiente ou outra, para que se estude essa
questão da jurisprudência do alcance jurídico dos veículos que
trafegam em São Paulo.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 64 do proc. 83	ORADOR 830	CONT. ABASTE
0-19	5	Marcia	Com. Pol. Urb.	21.8.96	O funcionário		

Essa questão é sumamente importante, não pode ser banalizada ou, por uma questão ou outra, ser adiada em sua decisão. Obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Há alguém aqui da O.A.B. hoje?

Mais alguém quer fazer uso da palavra?

Então, cumprimentamos o Vereador Antônio Paiva pela oportunidade da presente propositura.

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE)

Sim, tudo o que foi dito fica registrado e é transcrito.

Então veremos com o Vereador como é que se faz. Se vai aqui, ou se há possibilidade de uma outra lei; dando origem a uma outra lei.

Então vamos para o próximo. Voltando ao Código de Obras, PL 201/96, segunda audiência pública. Dispõe sobre a instalação, em shoppings centers, centros comerciais, etc, ~~em shoppings centers, centros comerciais, etc, em shoppings centers, centros comerciais, etc,~~



Folha n°	65	84
Nº ORADOR	830	de 1995
O funcionário	Ug	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0.20	1	Dagnar	Pol.Urbana	21.08.96

de sanitários públicos apropriados para deficientes físicos e mentais e seus acompanhantes. Autor Nelo Rodolfo. Já é a segunda audiência pública.

O SR. ROBERTO

- Projeto de Lei nº 201/96,

de autoria do Vereador Nelo Rodolfo. O projeto torna obrigatória a instalação de sanitários públicos para deficientes físicos e mentais acompanhados, nas dependências de "shoppings centers", centros comerciais e estabelecimentos de diversões públicas. O não atendimento desta lei implicará em multa de 3.000 UFIRs ao infrator. A justificativa do autor é que a instalação desses sanitários permitirá aos deficientes maior conformo e tranquilidade por ocasião dos seus momentos de lazer e compras nos citados estabelecimentos. Também justifica o autor que os deficientes são discriminados por não terem sanitários apropriados, ficando expostos a constrangimentos e humilhações, assim como os seus acompanhantes. A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer pela legalidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Está aberta a discussão, lembrando

que a primeira audiência foi muito rica, com muitas colocações e esclarecimentos justamente sobre o problema do acompanhante. As



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha nº	ORADOR	CONT. APARTE
0.20	2	Dagmar	Pol. Urbana	21.08.96	66	830	de 1995
						O funcionário	WZ

pessoas que aqui estiveram disseram sobre a dificuldade dos acompanhantes do sexo contrário, que não têm direito de entrar. A finalidade do projeto é corrigir essa distorção.

O SR. EDUARDO DELLAMANA (Cecov) - Acharnos o projeto interessante. Só temos uma dúvida, em relação ao tamanho do centro comercial de que fala o projeto de lei. Seria obrigatório em todos eles? Temos aqueles que são pequenos, com três ou quatro lojas, e não seria caso de obrigá-los a ter um banheiro com essas características. O segundo ponto é mais uma sugestão: A Secretaria da Habitação tem hoje uma comissão permanente de acessibilidade. Sugiro encaminhar esse projeto de lei a essa comissão e já pedir a ela uma sugestão de regulamentação para ele.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O Roberto está levantando que essa lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 dias. Há necessidade de mandar para essa comissão, Eduardo? Ela não é auto-aplicável.

O SR. EDUARDO DELLAMANA - Vereadora, a prática tem mostrado que efetivamente essas regulamentações não saem no prazo definido pela lei. Então a nossa preocupação é que o processo fique empilhado na



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	FOLHA ORADOR	CONT. APARTE
0.20	3	Dagnar	pol.urbana	21.08.96	830 funcionário	61 do proc. de 1995 105

Secretaria por falta de regulamentação. Já que existe uma comissão específica para monitorar e acompanhar esse tipo de problema...

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Está bem. Então a comissão acata essa sugestão e vai encaminhar o presente projeto de lei para a Comissão Permanente de Acessibilidade. Mais alguém deseja fazer uso da palavra? Então vamos passar para o próximo projeto de lei, o 327/96, segunda audiência pública, que dispõe sobre itens administrativos de segurança a serem observados para expedição de alvarás de localização e funcionamento de pistas de "kart indoor" no município de São Paulo. Autor Vadih Mutran.

O SR. ROBERTO - Projeto de Lei nº 327/96 de autoria do Vereador Vadih Mutran. O projeto regulamenta a expedição de alvará para o funcionamento das pistas de "kart indoor" no Município de São Paulo. Pela proposta, a licença deverá ser requerida com antecedência de 30 dias da instalação e o pedido deverá estar acompanhado de: a) termo de responsabilidade; b) comprovante de celebração de seguro contra incêndio e explosões; c) laudo de pré-vistoria com parecer técnico dos órgãos competentes; d) comprovante do pagamento do IPTU. Haverá, após a aprovação do pedido e antes da expedição do



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 68 do proc. 67
0.20	4	Dagnar	Pol.Urbana	21.08.96	N.º 830 O.º funcionário CONT. CRATE W.º

alvará, prazo de 72 horas para o pagamento da taxa de fiscalização de localização. No edifício, exigir-se-á a existência de: a) exaustores especiais para os poluentes; b) container blindado para o armazenamento de combustíveis; c) ambulatórios com equipes médicas de plantão. Durante a operação, deverá ser exigida autorização dos pais dos menores entre doze e dezessete anos de idade. O teste com bafômetro é facultativo. A justificativa do autor é que a prática do kartismo em pistas fechadas tem se tornado muito popular em São Paulo e as pistas tem se proliferado por toda cidade, sem qualquer exigência de segurança. Verifica-se, de modo geral, que esses edifícios mantêm combustíveis malcondicionados e não dispõem de sistema de segurança. Alguns deles trabalham sem alvará. Observações sobre a propositura: A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela legalidade, mas apresentou substitutivo apenas para adequar o projeto às melhores técnicas de elaboração legislativa.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra está aberta. Na primeira audiência foi bastante interessante essa discussão dos cuidados a tomar. Muitos estabelecimentos estão funcionando com riscos graves. Então os cuidados

~~(Assinatura colocada)~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha nº	ORADOR	CONT. APARTE
0-21	1	Monteiro	Q. Pol. Urb.	21.08.96	830	O funcionário	do 19.08.96

aqui colocados pelo Vereador Wadih Mutran, nos parece que oferecem as condições necessárias de segurança.

Acham melhor enviar a algum Órgão do Executivo para se pronunciarem? O que seria sugerido? A Renata quer sugerir? (Pausa) A gente tem sempre perguntado porque interessa a esta Câmara e a esta Comissão aprovar projetos com a maior qualidade possível.

A SRA. RENATA - A Aldaíza é relatora desse projeto e como não tenho certeza se essas medidas são necessárias, se precisa ter mais alguma coisa, ou tirar alguma coisa, acho que seria interessante.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Então, vamos pedir informações ao Executivo pra melhor complementar esse projeto. (Pausa) O Contru determina. Às vezes nem caberia a nós indicarmos o Executivo, mas a gente quebra as regras e indica, como no caso que você colocou, comissão de acessibilidade e outras.

O SR. JOSÉ CARLOS - Assessor da Bancada do PT, Esse é mais um problema de gestão e de fiscalização do que de regulamentação. A maioria desses edifícios não tem alvará de funcionamento porque não tiveram, não obtiveram a licença para construir ou para reformar é



Folha n.º	89
N.º ORADOR	830
de	1995
funcionário	Uch

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-21.2		Monteiro	O.Pol.Urb.	21.08.96

uma série de irregularidades em cadeia. Já existe regulamentação para depósito de combustíveis, já existe regulamentação para ventilação artificial e forçada no caso do ambiente gerar... quer dizer, há uma série de medidas que poderiam ser tomadas e já existe lei para isso. Não digo que a lei não seja importante...

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu sei, você está colocando que a fiscalização é o problema eterno nosso.

O SR. JOSÉ CARLOS - E que como eles não têm alvará para funcionar não deveriam estar funcionando simplesmente.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Mais alguém gostaria de falar?
(Pausa) Então vejam que um dos grandes problemas, entre tantos que nós temos, é o problema da fiscalização, as coisas não funcionam, não se cumprem as ordens e aí vai gerando uma série de outros problemas.

O próximo projeto é o 419/96, segunda audiência pública, dispõe sobre colocação de tela de proteção irremovível em lareiras para prevenção contra incêndio. Autor: Bruno Feder.

O SR. ROBERTO - Projeto de Lei nº 419/96, de autoria do Vereador Bruno Feder. Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de te-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQ.
0,21,3		Monteiro	C. Pol. Urb.	21.08.95		

la de proteção nao removível nas lareiras das edificações residenciais quando de sua construção, condicionando a expedição do "habite-se" com o cumprimento da mesma. Estabelece também as multas pelo seu descumprimento.

A justificativa do autor é que a utilização de tela de proteção evitará que as fagulhas saltem da lareira podendo causar incêndios.

A posição da Comissão de Justiça foi pela legalidade, oferecendo substitutivo para adaptar o projeto à melhor técnica legislativa.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Vamos pedir que usem sempre o microfone para ficar registrado.

O SR. EDSON FARAH - Sociedade Amigos de Vila Buarque, Santa Cecília, Higienópolis e Pacaembu. É mais um esclarecimento: um detalhe desse tipo, que é uma norma técnica de segurança, já não é previsto para ter o alvará? Será que precisa uma lei específica para isso? Quer dizer, é uma parafernália de leis, tanto detalhe, a gente fica até abismado. Realmente, empresário neste país não tem chance, não é possível você ter tanta lei assim, tanta coisa. Isso aí é um assunto técnico.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-21	4	Monteiro	C.Pol.Urb.	21.08.96

Folha n.º	72	do prot.º
ORADOR	030	CONT. APARELHO
O Funcionário		de 1975

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O Roberto, assessor da Comissão de Política Urbana, gostaria de dar uma informação.

O SR. ROBERTO - O Código de Obras atual não contempla esse dispositivo e como é um dispositivo da construção necessário para ter o certificado de conclusão da obra, ele deve ser incluído no Código de Obras. Trata-se de um equipamento da construção.

O SR. EDUARDO DELAMANA - Secovi. Já tive oportunidade de manifestar-me a respeito desse PL na primeira audiência. Primeiro, a gente estava falando agora há pouco do problema de fiscalização. Hoje, com a nova lei de "habite-se" o fiscal não vai mais na obra para ver se o imóvel está regular ou não. Então, a gente vai criar uma lei para pedir par ao fiscal xix voltar? A gente sabe que o fiscal não vai passar na obra, muito menos para ver esse tipo de coisa.

O Código de Obras procurou desregulamentar, acho que é uma tendência mundial essa de desregulamentação, a gente não pode ficar trazendo para o código essas pequenas coisas. Na prática, todo mundo que tem lareira tem a sua tela de proteção.

Um aspecto da lei que vi agora é "tela não removível", é isso?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
0-21	5	Monteiro	C. Pol. Urug.	21.08.96

Folha nº 13	CONT. C. AB. J. E. C.
ORADOR	850 de 1975
O funcionário	Unip.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - É irremovível, como está colocado.

O SR. EDUARDO DELAMANA - Como é que vai ^{fazer para} colocar a lenha?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Vou ler o artigo segundo: "A proteção de que trata esta lei deverá fechar totalmente a boca da lajeira com tela de proteção não removível, ~~mas~~ com abertura movel e ser elaborada com material resistente à corrosão."

O SR. EDUARDO DELAMANA - As colocações são nesse sentido: primeiro, acho que ele não deve ficar regulamentando, trazendo coisas para o Código de Obras. Segundo, a gente vai ter efetivamente esse problema de fiscalização, não vai ter fiscal ~~para cumprir~~

~~a lei~~

~~ANA MARIA QUADROS~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
022	1	Anelise	Pol. Urbana	21.08.96

Folha n° 34	do proc 73
Nº ORADOR 830	CONT. APARTE
O funcionário	VL

para fazer cumprir a lei. A gente sabe disso.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra?

A pergunta que se coloca, respeitando a justificativa do Vereador Bruno Feder, é qual a probabilidade de incêndio através da lareira. Eu não tenho conhecimento, mas se ele falou é porque há uma razão.

O SR. JOSÉ CARLOS (Assessor da Bancada do PT) - Mais importante do que a tendência de desregulamentação que o código recentemente aprovado seguiu, é o fato de que, estatisticamente, o número de residências que possuem lareira na cidade de São Paulo deve ser ínfimo, e se você pensar no número de acidentes com lareira deve ser mais ridículo ainda para que nos preocupemos em fazer uma lei municipal sobre isso. Há coisas tão mais importantes e para se cuidar nesta Cidade, que eu considero o assunto absolutamente irrelevante.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Pergunto se há algum assessor do Vereador presente para poder apresentar, além das justificativas por escrito, a defesa do projeto.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
022	2	Anelise	Pol.Urbana	21.08.96		

Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra?(Pausa.)

Então, passaremos aos projetos cujo assunto é uso e ocupação de solo.

PL 520/96. 1ª audiência pública. Dispõe sobre a expedição de alvará ~~para~~ para comércio de fogos de artifício e de estampidos(?). Autor: Vereador Gabriel Ortega.

Há algum assessor do Vereador presente? (Pausa.)

Tem a palavra o Roberto para leitura.

O SR. ROBERTO - Projeto de Lei 520/96 de autoria do Ver. Antônio de Paiva Monteiro Filho. O projeto estabelece normas para implantação e funcionamento de estabelecimentos de comércio de fogos de artifício no município de São Paulo.

Pela propositura apresentada, o comércio varejista passará a ser permitido com licença provisória em barracas, desde que situadas em terrenos baldios. O comércio regular passará a sofrer distinção conforme seja varejista ou atacadista e suas licenças serão anuais. No caso do comércio atacadista, os terrenos dos imóveis deverão ter pelo menos 5.000 m² e suas construções afastadas 50 metros das rodovias, ferrovias e outras edificações e 150 metros de equipamentos e materiais inflamáveis ou



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 76 do proc.
N.º 830 de 1995
O Funcionário Paulo

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

No sentido de melhor avaliarmos o Projeto de Lei nº 830/95, solicitamos que o Executivo, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente se manifeste a respeito da propositura.

Em 28-08-96.

Vereador Emilio Meneghini
Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro, em 28/08/96.

Vereador João Brasil Vita
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

NOTA: Este documento é de uso interno da Câmara Municipal de São Paulo. Não deve ser divulgado ao público em geral.

A LEG. 3
Em, 29/08/96

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Assist. Parlamentar

RECEBIDO EM LEG. 3

29/08/96

13:20hs

No sentido de melhor avaliar o Projeto de Lei nº

830\92, solicitamos que o Executivo, através do Conselho Municipal
Sra. Soraia,

da Criança e do Adolescente se manifeste a respeito da proposição.

Preparar ofício solicitando informações ao Executivo
para que a Comissão de Política Urbana possa emitir
Parecer a respeito da presente proposição.

29.08.96

ANGELA BORDIN ANDREONI
Presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
Chefe de Seção Técnica

Sra. Chefe,

Preparado o ofício conforme despacho de V.Sa.

30.08.96

SORAIA LÚCIA FERREIRA BARBOSA
Assistente de Chefe Técnica

SEGUE m... juntado... nesta data
documento... e papel de informação
rubricado... sob folha... n.o... 77/80
Em 09/09/96



Câmara Municipal de São Paulo

Folha No 77 do proc
No 830 de 19 96
O funcionário

São Paulo, 30 de agosto de 1996.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0762/1996

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 830/95, de autoria do Vereador Carlos Alberto Zarattini - que dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

BRASIL VITA
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do PL nº 830/95 e do despacho da comissão solicitante de fls. 76.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

jcsc.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 76 do proc.
N.º 830 de 895
O Funcionário Paulo

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

No sentido de melhor avaliarmos o Projeto de Lei nº 830/95, solicitamos que o Executivo, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente se manifeste a respeito da propositura.

Em 28-08-96.

Vereador Emilio Meneghini
Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro, em 28/08/96.

Vereador João Brasil Vita
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Recebido em 28/08/96
Assinatura do Vereador João Brasil Vita

A LEG. 3
Em, 29/08/96

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Assist. Parlamentar

RECEBIDO EM LEG. 3

29/08/96

13:20hs

No sentido de melhor avaliarmos o Projeto de Lei nº

830\92, solicitamos que o Executivo, através do Conselho Municipal
Sra. Soraia,

da Criança e do Adolescente se manifeste a respeito da proposição.

Preparar ofício solicitando informações ao Executivo
para que a Comissão de Política Urbana possa emitir
Parecer a respeito da presente proposição.

29.08.96

ANGELA BORDIN ANDREONI
Presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
Chefe de Seção Técnica

Sra. Chefe,

Preparado o ofício conforme despacho de V.Sa.

30.08.96

SORAIA LÚCIA FERREIRA BARBOSA
Assistente de Chefe Técnica

Vereador João Brasil Vitor
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

SEGUIE m juntado, nessa data
documento e papel de informação
rubricado sob folha n.º 77/80
Em 09/09/96



Câmara Municipal de São Paulo

Folha No 77 do proc
No 830 de 19 96
O funcionário

São Paulo, 30 de agosto de 1996.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0762/1996

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 830/95, de autoria do Vereador Carlos Alberto Zarattini - que dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

BRASIL VITA
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do PL nº 830/95 e do despacho da comissão solicitante de fls. 76.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

jcsc.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n° 79

do processo n° 830 de 19 95 09 09 96 (a)

ZUZASSATO
Oficial Legislativo

A Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 09/09/96

Angela Bordin Andreoni
ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica III

SEGUE *m* juntado *p* nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha *p* nº *80 a*

Em *08.10.96*

(a)

Rw

MARIAMALIA DE VASCONCELLOS AUGUSTO
Secretaria da Comissão de Política Urbana,
Municipal e Meio Ambiente



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha No 78 do proc
No 830 de 1995
O funcionário 7

São Paulo, 30 de agosto de 1996.

Recebi ofício Leg.3 nº **762/96**, de
30.08.96, solicitando ao Executivo informações referentes
ao Projeto de Lei nº **830/95**, de autoria **do Vereador Carlos**
Alberto Zarattini.

Anexo: **cópia xerográfica do PL.830/95 e do despacho da**
comissão solicitante de fls.76.

RECEBI EM:

04 / 09 / 96

Regina
REGINA LUCIA FERREIRO TEIXEIRA
Oficial de Gabinete



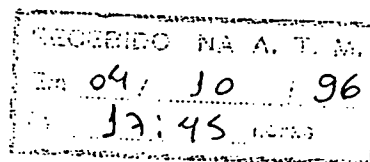
Prefeitura do Município de São Paulo

Folha n.º 80 do proc.
N.º 830 de 19 95
O funcionário *AW*

GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 4 de outubro de 1996

Ofício A. J. L. n.º 237/96



Senhor Presidente

15 - DOCREC
15-0308/1996

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor João Brasil Vita
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/fsc

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em, 08/10/96

Margarete Nunes da Silva
MARGARETE NUNES DA SILVA
Chefe de Seção Técnica III
Substituto

Folha 1 de 1 do proc.
Recebido na Comissão de Pol. Urbana.
Em 08/10/96 às 15:00

Maria Mália de Vasconcellos Augusto
MARIAMÁLIA DE VASCONCELLOS AUGUSTO
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente



Folha n.º	81	do proc.
N.º	850	de 19 95
O funcionário	<i>[Signature]</i>	

CÓPIA DA INFORMAÇÃO RELATIVA AO PROJETO DE LEI Nº
830/95, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/LEG.3/0762/96, REMETIDO À
CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO ATL. Nº 237/96.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº

Folha n.º	82
N.º	830
de	19 95
O funcionário	AM

d.....n.º.....em...../...../.....(a).....

Interessado: Câmara Municipal de São Paulo

Assunto : Informações sobre o Projeto de Lei nº 830/95.

S.G.M. / A.T.L.

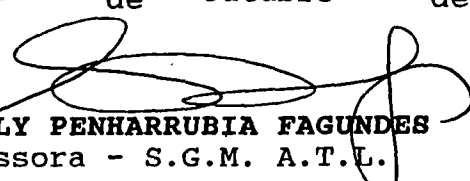
Senhora Assessora Chefe

Através do ofício no. 18/Leg.3/0762/96, à Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, solicita providências no sentido de serem enviados subsídios para que a referida comissão possa emitir parecer a respeito do Projeto de Lei nº 830/95.

O expediente formou o processo nº 59-002.278-96*45 e está sendo examinado pelas unidades competentes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, visando o atendimento solicitado.

É o que se propõe seja transmitido à E. Câmara, aduzindo-se que, oportunamente, a resposta será complementada.

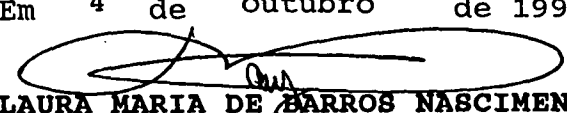
Em 4 de outubro de 1996


SUELLY PENHARRUBIA FAGUNDES
Assessora - S.G.M. A.T.L.

Dra. Suelly

De acordo.

Em 4 de outubro de 1996


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe - S.G.M. A.T.L.



Prefeitura do Município de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 16 de outubro de 1996

Ofício A. T. L. n.º

242/96

15 - DOCREC
15-0324/1996

Folha n.º	83	do proc.
n.º	830	de 19 95

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 16/10/96
às 16:40 horas

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor João Brasil Vita
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/fsc



Folha n.º	84	de proe:
n.º	830	de 19.95
<i>Re</i>		

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE
LEI Nº 830/95, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0762/96, REME
TIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO A.T.L. Nº 212 /96.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

Folha n.º	85	de pros.
n.º	830	de 1996



Folha de Informação nº 008

Receiva
SYLVIA REGINA F. DA SILVA
Aux. Téc. Administ.
SGM/CEA/CMDCA

Interessada: CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: Informações sobre o Projeto de Lei nº 830/95 de autoria do
Vereador CARLOS ALBERTO ZARATTINI

Senhor Presidente

O Conselho aprova a proposta. Porém, no artigo 4º que propõe a escola como abrigo provisório o Conselho se manifesta contra, uma vez que os prejuízos com afastamento das crianças de suas atividades escolares causa danos irreversíveis com relação a aprendizagem, desenvolvimento do currículo, além das crianças ficarem abandonadas nas ruas sem atividades.

São Paulo, 10 de Outubro de 1996.

Nancy Caruso Ventura
NANCY CARUSO VENTURA
Presidente - CMDCA

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

SEQUE. Juntado nesta data para informação
documento, rubricado sob

folha n.º 62 B4 25/10/96 a) Ulp.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 86 do proc.
SÃO PAULO 830 de 1995
O funcionário 107

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE.

Presidente: Sr. Vereador Emílio Meneghini

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Bruno Féder

Faria Lima

Tereza Cristina de S.Lajolo

Ana Maria Quadros

Audiência Pública realizada no Auditório Ver. Antônio Sampaio
da Câmara Municipal de São Paulo em 23 de outubro de 1996.

Solicitante: Sr. Vereador Emílio Meneghini

(Memo nº 61/96 -CPU).

Secretária: Sra. Mariamalia de Vasconcelos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 87 do proc.
N.º 0830 de 1995
O funcionário WZ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N63	3	Monteiro	Aud. Pública	23.10.96		

a outra, isso nós já sabemos aqui em São Paulo, quando entope a Faria Lima entope a Marginal; quando entope a Marginal entope a 23 de Maio e assim por diante. Temos tido congestionamentos de mais de cem quilômetros. Isso aí acho que só mesmo em São Paulo porque nunca vi isso acontecer em nenhum outro lugar do mundo e estamos tentando aplicar sanguessugas para resolver um problema de apoplexia da Cidade.

Muito obrigada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra continua em aberto, Projeto 1.100/95. (Pausa) Ninguém mais querendo manifestar-se, já são dez e meia, começamos a audiência cujo assunto é o Código de Obras, o primeiro projeto. (Pausa)

Está sendo feita uma solicitação de começarmos pelo Projeto 593/96. Se não houver ninguém discordando, passaremos a esse em primeiro lugar, o Projeto 593. Alguém discorda? (Pausa)

Projeto 593/96, primeira audiência pública, o autor é o Vereador Zenas Pires, obriga os proprietários de lotes no Município a construir reservatório para captação, absorção e retenção



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O.º Funcionário	CONT. APARTE
N63	4	Monteiro	Aud. Pública	23.10.96		

temporária de águas e Pluviais. Vou pedir ao Roberto que faça a leitura do mesmo.

O SR. ROBERTO - Projeto de Lei nº 593/96, de autoria do Vereador Zenas Pires. O projeto estabelece que as novas edificações que vierem a ser erguidas no Município deverão dispor de sistema de captação, absorção e retenção temporária de águas pluviais no próprio lote. Esse sistema devera ser capaz de absorver volume de água equivalente ao absorvido por uma área livre de pavimentação igual a 15% da área do lote.

A proposta inclui a exigência ~~x~~ de que tal sistema se utiliza de brita, pedrisco e areia grossa na proporção adequada ao solo do terreno.

A justificativa do autor é que como as chuvas ^{que} anualmente atingem São Paulo têm provocado enchentes cada vez mais graves, é necessário reduzir a quantidade de água que flui através da rede de drenagem pública e dos córregos e rios da Cidade.

A Comissão de Justiça manifestou-se pela legalidade.

Observações: A Lei nº 10.774/89 previa que pelo menos

25



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N63	5	Monteiro	Aud. Pública	23.10.96		

15% da área do lote das novas construções deveria ser preservada livre de impermeabilização. Caso contrário, seriam construídos microrreservatórios e caixas de retardamento para 40% desses 15% de área livre.

Esse dispositivo foi incorporado com modificações ao Código de Obras. Nessa lei, a capacidade do reservatório é igual à diferença entre o volume de água padrão absorvido por 15% da área do lote e o volume absorvido pela área efetivamente impermeável do terreno. Em nenhuma dessas leis há qualquer menção ao tempo de retardamento até o lançamento da água reservada. No entanto, a Comissão de Edificações e Uso do Solo, CEUSO, na sua Resolução 60/92, caracterizou os parâmetros dos dispositivos destinados à captação, absorção e retenção de águas pluviais de que trata o Código de Obras e Edificações.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra se encontra aberta a quem dela quiser fazer uso. O representante do SECOVI.

O SR. EDUARDO DELAMANA - Bom dia. Apesar da nobre intenção do Vereador Zenas Pires, como o Roberto falou, essa matéria já é tratada no Código de Obras e no seu decreto regulamentador.

~~Recebi em 23/10/96~~

20



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
N64	1	Anelise	AUDIÊNCIA P.	23.10.96

PAULO	21	do 10
Folha n°	30	do proc.
O funcionário		
CRADOR		CONT. PARE.
O funcionário		

No Código de Obras, esse tema aparece no item 10.1.5 e vai até o item 10.1.53, inclusive especificando fórmulas de cálculo para caixa de retenção e para escoamento dessa água retida nas ruas.

Isso foi, inclusive, motivo de regulamentação por parte do Executivo em função de uma lei do na época Vereador Arnaldo Madeira, foi montada uma comissão dentro da CEAB (?), composta por técnicos, projetistas hidráulicos, engenheiros, arquitetos, para tratar especificamente desse assunto.

Além de aparecer no Código de Obras, também aparece no seu decreto regulamentador, então me parece sem o menor sentido o presente ~~projeto~~ projeto, porque ele já está totalmente contemplado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Quem mais gostaria de fazer uso da palavra? Há algum representante do Vereador Zenas Pires aqui presente?

Nosso assessor dará uma resposta à questão levantada.

O SR. KXX IRANI (CPU) - Na verdade, há diferença entre o que este projeto de lei está propondo e o que está em vigor no código de obras. Esse projeto de lei está eliminando a fórmula que que

27



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N64	2	Anelise	AUDIÊNCIA P.	23.10.96		

pega a diferença entre os 15% que tem que reservar e o que está efetivamente construído para definir o volume do reservatório. Por esse projeto de lei, o volume do reservatório já está prédefinido como ^{15%} ~~20%~~ do volume.

O SR: EDUARDO - Pelo que entendi, estão mudando o critério da fórmula da caixa de retenção.

É, o que eu coloquei é que, por motivo da regulamentação da lei do Vereador Arnaldo Madeira, foi ~~xxx~~ montada uma comissão dentro da CEAB de técnicos especializados para se chegar a esse cálculo.

Eu gostaria de saber qual o critério técnico adotado pela equipe do Vereador para mudar isso?

O SR. IRANI (Assessor da Comissão de Política Urbana) - O Vereador está ~~x~~ pretendendo, além de eliminar a fórmula, aumentar a área de absorção.

O SR. ~~EdUARDO~~ EDUARDO - Então, solicito informações do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 92 do proc.
PAULO 830 de 1975
O funcionário *W*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N64	3	Anelise	AUDIÊNCIA P.	23.10.96		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Correto. Esta Comissão encaminhará a solicitação ao Executivo para explicar o porquê.

A questão é: é válida a mudança de critério, uma vez que a comissão, dominando uma série de conhecimentos, contemplou aquilo que, na época, parecia ser a melhor forma? Para a mudança de critério, é interessante saber mais a respeito a partir de informações do Executivo.

Mais alguém quer fazer uso da palavra? (Pausa.) Então, seguindo a pauta, contamos com a presença do Vereador Carlos Zarattini. Pedimos ao Roberto que faça a leitura do Projeto 830/96. Segunda audiência pública, dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais e segundo condições básicas de segurança e salubridade à população que necessita ser removida de suas residências.

Já que o Vereador se encontra presente e uma Vereadora integrante da comissão pede que esse assunto seja rediscutido, então solicitaremos uma terceira audiência pública para o mesmo. O Roberto fará a leitura e depois o Vereador tem a palavra. Aí então abriremos a quem mais quiser se pronunciar.

O SR. ROBERTO - Projeto de Lei nº 830/96, de autoria do Vereador Carlos Zarattini O projeto dispõe sobre o atendimento em abrigos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N64	4	Anelise	AUDIÊNCIA P.	23.10.96		

especiais que assegurem condições básicas de segurança, salubridade à população em situações de desmoronamento, enchentes ou grave ~~xx~~ risco para as famílias.

Esses abrigos deverão apresentar os seguintes padrões de qualidade: 1. um espaço de 25 m² para cada família; 2. instalação de refeitórios em local apropriado para as ~~xx~~ crianças; 3. banheiros em número não inferior a um para cada cinco famílias. Esses abrigos atenderão aos moradores da ~~xxxx~~ mesma região administrativa que ocupam antes da remoção ~~x~~ e deverão dar um atendimento em caráter provisório, não excedendo o ~~prazo~~ prazo de 90 dias.

A justificativa do autor é que ele entende que o projeto garantirá à população alvo de remoção pelo ~~por~~ poder público municipal condições dignas de moradia em abrigos especiais, evitando o deslocamento dos moradores a local ~~xxx~~ outro da cidade por vezes muito distante do local onde esses moram.

A posição da Comissão de Justiça foi pela inconstitucionalidade e ilegalidade. Houve recurso por parte do líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, tendo sido aceito pelo plenário.

Durante a realização da primeira audiência pública, em 21 de agosto de 1996, houve a participação da nobre Vereadora Aldaíza Sposati,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 95 do proc.
N.º 0830 de 1975
O funcionário 13

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APROVE
65	1	Carla	Aud. Públ.	23/10.96		

e ao mesmo tempo deixava essas famílias em péssimas situações de higiene e conforto. Posteriormente, há cerca de alguns meses, tal fato voltou a ocorrer com o incêndio de favelas debaixo do viaduto do tatuapé, o que levou as famílias a serem removidas para containers onde várias delas estão até hoje.

Então, julgo que seja um projeto adequado para que o Executivo seja responsável por providenciar abrigos para estas situações de emergência, abrigos provisórios onde as pessoas poderão permanecer por um prazo máximo, de 90 dias, e posteriormente o Executivo deve providenciar formas definitivas de residências a essas famílias.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - Com a palavra a Vereadora Aldaíza Sposati.

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI - Bom dia a todos. Primeiro gostaria de trazer algumas informações relativas à importância deste projeto de lei do Vereador Carlos Zarattini. Já tivemos até ocasião de tocarmos neste assunto na primeira audiência, como houve um conflito durante o período de inverno entre a população infantil e adulta, no mesmo abrigo havia uma disputa para saber se ficariam crianças ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 96 do proc.
N.º 0830 de 1955
O funcionário *Ug*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
65	2	Carla	Aud. Públ.	23.10.96		

adultos, inclusive colocando adultos para fora do abrigo e incluindo as crianças, isso provocou uma posição do Ministério Público e da OAB, está em curso um debate, na OAB, sobre quais seriam mais regras de segurança a serem criadas do ponto de vista do atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à questão do abrigo. Nesta audiência anterior, ficou acordado ouvir o Conselho de Direitos para eles fazerem as sugestões, encaminharem, acrescentarem em termos de substitutivo.

As ~~sugestões~~ sugestões ainda não chegaram. Seria o caso de aguardarmos mais um pouco para podermos fechar e incluir a questão relativa à Criança e ao Adolescente. Foi isso que foi encaminhado para ver que regras de segurança devem ser obedecidas em relação à criança. Até porque o recolhimento de crianças das ruas, também colocado, tem a questão das crianças que usam a cola que necessitam de um trabalho educativo diferenciado, nos abrigos, que só a disposição de equipamentos de higiene, alimentação que a população adulta, em geral requer.

Claro que no caso, quando o nobre Vereador colocou a questão, inclusive o enfrentamento que se teve lá da situação dos Jardins da Abril, as crianças daquela escola perderam o ano porque fo-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Forma n. 94 de proc.
N.º 0830 de 1995
O funcionário 12

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
65	3	Carla	Aud. Públ.	23.10.96		

abrigadas famílias dentro da escola, impedindo que aulas fossem ministradas.

Temos que por um paradeiro nestas questões. Uma cidade com 20 milhões de habitantes deve ter uma rede de acolhida e segurança para as várias situações de segurança urbana, independente dela estar criando um bloqueio ao processo educacional. O mérito maior da propositura reside, sem dúvida alguma, aí. Agora, tem que ser feito, de acordo com o que levantou o conselho de direito, alguns ajustes para atender à questão da criança e do adolescente.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - A terceira audiência pública só seria marcada quando tivéssemos esta posição. Mais alguém quer fazer uso da palavra sobre o projeto 320/95? Passaremos à leitura do projeto seguinte, ^{1.320/95} ~~1.320/95~~, segunda audiência pública.

" Projeto 1.320/95, segunda audiência pública, obriga os edifícios a instalarem luzes internas de ~~luz~~ emergência nos elevadores de passageiros." Autor : Archibaldo Zancra.

Pedimos a Roberto para fazer a leitura do projeto.

O SR. ROBERTO - Projeto 1320/95, de autoria do Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 98 do proc. N.º 830 de 1395
O funcionário 12

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-55	4	Carla	Aud. Públ.	23.10.96		

Archibaldo Zanora. O projeto altera redação do item 9.5.1 do anexo um da lei número 11.228/92, Código de obras e edificações, a fim de obrigar os proprietários de edifícios a instalarem ~~II~~ luzes internas de emergência nos elevadores de passageiros.

As edificações existentes deverão ~~II~~ adaptar-se a estas condições no prazo de 120 dias a partir da publicação da lei. A justificativa do autor é minorar as condições de desconforto, intranquilidade e angústia dos passageiros quando da paralisação dos elevadores por falta de energia, além de facilitar o socorro adequado.

A posição da Comissão de Constituição e Justiça foi pela legalidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra se encontra aberta para quem quiser fazer uso. Queremos registrar aqui a presença da Edeli, assessora do Vereador Nelson Proença. Mais algum assessor de vereador presente? Está presente também o assessor do Vereador Cosme Lopes.

Passaremos ao próximo projeto de lei, 1368/95, 2ª audiência pública. Estabelece normas de regulamento para parques de diversões temáticos, aquáticos e circos no município de São Paulo. Autor



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
N-65	5	Carla	Aud. Púlb.	23.10.96		

Vereador Bruno Felder.

Com a palavra o Roberto para a leitura.

O SR. ROBERTO - Projeto de Lei nº 1369/95, de autoria do Vereador Bruno Felder. O projeto estabelece normas para o funcionamento de ~~para o funcionamento de~~

~~para o funcionamento de~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

AVULSO	100	do	prec:
Nº. funcio	830	de	19 95
Comissionário	CONT.	PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
N56	1	Adilia	aud pub	23 10 96		

parques de diversões temáticos, aquáticos e circos. A liberação do alvará de licença ou do auto de licença de localização e funcionamento desses estabelecimentos dependerá de vistoria técnica de órgão do Executivo, credenciado e habilitado a analisar, decidir, fiscalizar e atestar a segurança e a estabilidade das instalações.

Ao solicitar o alvará ou a licença, o interessado deverá apresentar: a- personalidade jurídica registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ou no Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Físicas; b- inscrição no CCM da Prefeitura - Cadastro do Contribuinte Municipal; c - Documento que comprove autorização para uso do imóvel ou estabelecimento, inclusive decreto ou portaria, se se tratar de área pública; D- Planta da área; E - Planta de localização dos equipamentos na área; F - Planta de localização dos espaços de higiene pública, enfermagem, comércio de alimentos e outros produtos; G - pasta térmica com projeto de proteção de descargas atmosféricas, medição do aterramento dos equipamentos, projeto de instalações elétricas com cabinas de força, rede de distribuição, livros de segurança, caldeiras e vasos de pressão, projeto de segurança para os casos de desastre, laudo de inspeção dos equipamentos, laudo de operações e testes dos equipamentos, manuais de operação e procedimentos de emergência, comprovante de treinamento dos operadores e manual de segurança.

Todos os documentos técnicos deverão ser elaborados por empresas especializadas, registradas no CREA e na Junta Comercial do Estado de São Paulo, que recolherá anotações de responsabilidades técnicas, a ART. Tanto o alvará de funcionamento como o auto de licença de



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N56	2	Adilia	aud pub	23 10 96		

localização e funcionamento deverão ser renovados a cada 180 dias. Os estabelecimentos deverão manter seguro para os acidentes ou morte dos usuários, cujo número da apólice deverá constar do ingresso e cuja cobertura deverá ser especificada em placas informativas.

Se os estabelecimentos estiverem em área pública, serão obrigados a distribuir gratuitamente às creches, centros de juventude e escolas municipais ou conveniadas, 500 ingressos para uso em todos os seus equipamentos. O descumprimento dessa lei implicará em multa de dois mil reais. no caso de reincidência a multa será aplicada em dobro, acrescida a cada dia de 415 reais.

A justificativa do autor é a seguinte: como o lazer deve ser oferecido ao público com segurança, para garantir a segurança e a proteção do usuário, e como o adequado funcionamento dos parques de diversões e circos depende de instalações que respeitem condições de segurança mínimas, a Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, através do Contru, que é o órgão competente, deverá expedir alvará de funcionamento após vistoria adequada.

O Vereador apresentou também vários recortes de jornais que tratam de acidentes em parques de diversões. A Comissão de Constituição e Justiça elaborou parecer em que afirma a legalidade da proposta, no entanto, em favor de melhor técnica de elaboração legislativa, propõe substitutivo.

Na primeira audiência pública, realizada em 21 de agosto de 1996, os presentes atentaram para a necessidade de se diferenciar a atividade circense das demais descritas no projeto de lei. O circo, como



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OPERADOR	CONT. PARTE
N56	3	Adilia	aud publ	23 10 96	Operador	CONT. PARTE

A audiência considerou também que o atual código de edificações não regulamenta adequadamente o funcionamento dos circos. Por esses motivos, surgiu a proposta para que a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente elabore substitutivo englobando essas observações.

Observações: O Código de Obras e Edificações, no item 8.11, considera que os circos fazem parte ~~do~~ do conjunto das atividades temporárias e exige no item 16.6 que esse local respeite todas as exigências desse código. O decreto regulamentador do Código de Obras e Edificações exige que as atividades temporárias atendam à legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e a legislação de obras e edificações. Condiciona também a instalação à prévia emissão de alvará de autorização.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra está aberta pra discutir este assunto.

O SR. JOSE CORPO - Sou advogado do Playcenter, diretor jurídico do recém criado Sindicato das Empresas de Entretenimentos no Estado de São Paulo. Quero apenas fazer algumas considerações sobre o pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

rolha n.º 103 do prec.
PAULO 830 de 1995
O funcionário LQ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPAR
N56	4	Adilia	aud publ	23 10 96		

jeto, porquanto fui pego de surpresa, a despeito de ser a segunda audiência só fiquei sabendo ontem à noite.

Gostaria que fosse considerada a distinção entre parque de diversões e circos. São coisas, atividades e casas de espetáculos completamente distintas. Em segundo lugar, deveria haver distinção entre parques de diversões itinerantes, móveis, e parques de diversões fixos como é o caso do Playcenter e o Parque da Mônica.

Uma terceira observação que virá no decorrer dos meus considerandos, é que há parques de diversões abertos e parques de diversões fechados, caso do Parque de Diversões da Mônica, que é uma exceção, porque tradicionalmente os parques de diversões são abertos.

Feitas estas considerações, tendo ainda a dizer que no que se refere a parques de diversões fixos, constantes na cidade de São Paulo, não haveria necessidade de alvará de licença e funcionamento de 180 dias. Deveria seguir a norma geral que estabelece a anuidade. Isto porque acarreta uma série enorme de documentações. Estando dentro da cidade a fiscalização é maior e a documentação é mais adequada e constante.

Neste particular, haveria ainda necessidade de se estabelecer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 104 do proc. 830 de 1995
O funcionário 02

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
N57	1	dalva	Audiência Pública	23.10.96		

~~.....~~ e o que faltou no projeto, mesmo para os parques fixos como para os parques intinerantes, a exigência de laudos de engenharia de segurança, porque não consta do projeto essa parte que é a mais importante. Existe aqui a parte referente ao item 7, onde a responsabilidade técnica subscrita por engenheiro mecânico e eletricitista, sem nenhum loby, sem nenhum interesse, mas a prática nos obriga a dizer que hoje a engenharia mais importante nessas casas é a engenharia de segurança. Então haveria necessidade de laudos técnicos constantes dos engenheiros de segurança, principalmente no caso específico dos parques de diversões, em relação aos equipamentos, principalmente quando há mudanças de equipamentos, novos equipamentos, etc... Então entendo, tornar-se-ia necessário essa observação no substitutivo do projeto.

Outro aspecto, como já disse anteriormente, é claro, é óbvio quando se fala em restrições a bebidas alcoolicas e a fogos de artifícios, evidentemente é fundamental, não há o que discutir. Mas na parte de tabagismo, cigarros, é absolutamente impossível se não houver uma distinção entre parques de diversões ao ar livre ou fechados. Portanto, queria que se observassem então,

KPOGRAF

que não houvessem essa restrição de problema de tabagismo-cigarro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Reina n. 105 do proc.
AULO 830 de 1955
O funcionário LQ

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N57	2	dalva	Audiência Pública	23.10.96		

nos parques de diversões abertos, mesmo porque, hoje nós temos legislações municipais, estaduais e federais, sobre regulamentação de tabagismo. Tornando verdadeiramente ~~inviável~~ inviável em controlar uma entrada de ~~circos~~ circo, ainda é possível, mas controlar uma entrada de fumante e não fumante em um parque de diversões com 10 a 15 mil pessoas diárias, é absolutamente impossível, humanamente inadequado.

Outro aspecto que gostaria de ~~ex~~ salientar, diz respeito a questão do seguro, no artigo 6º onde diz: ^{Face} ~~parte~~ fundamental há necessidade que as casas fiquem adequadas a questão da responsabilidade civil com as companhias de seguros e que haja também o seguinte: por exemplo, para parques intinerantes, circos intinerantes a apólice de seguros deveria acompanhar o período da licença outorgada pelo Poder Público e Prefeitura. No caso das fixações do §1º deverão constar os ingressos o nº da apólice, nome da companhia responsável pelo seguro, data da vigência e o tipo de cobertura. Essa cláusula ela é possível, --- como talvez se faça ainda nas passagens de ônibus --- se nós tornarmos a lei muito rígida, tornará verdadeiramente inaplicável, porque estamos atualmente em processo de ⁴² cartões magnéticos e outras entradas que não podem estabelecer, ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Reina n. 106 do proc.
N.º 830 do 1955
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFETE
N57	3	dalva	Audiência Pública	23.10.96		

pelo menos não fiquem afixadas tais exigências e condições. ~~Isso~~
Uma vez que é condição sine qua non a obtenção do alvará, da li-
cença com esse documento, então creio que o ~~visitante~~ e o Po-
der Público estão perfeitamente conformado, garantido por essa con-
dição. Terceiro lugar, é absolutamente impossível esse parágrafo
segundo do artigo 6º que estabelece áreas visíveis deverão ser afixadas
placas com dimensões de 1 metro de comprimento por 50 de largura
com fundo branco informando a cobertura do seguro e os dados indi-
cados. Isso realmente não leva a nada, não condiz a nada, não trás
absolutamente nada de útil. O que é importante é que a autoridade
competente ao receber a documentação tenha a sua apólice de se-
guro e o prêmio devidamente pago, quitado e com isso toda a atividade
estará coberta. Então considero essa exigência inadequada, e ino-
portuna.

Era o que tinha a dizer, peço escusas por causa do
improviso, ~~talvez~~ talvez não tenha tido um maior aproveitamento,
se houver a necessidade eu pediria aos senhores ~~a oportunidade~~ a oportu-
nidade de apresentar algumas razões por escrito.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Seria interessante o
senhor apresentá-las por escrito, porque podemos fazer um substitui-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

107 do proc.
N.º PAULO 830 de 1995
O funcionário
10
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N57	4	dalva	Audiência Pública	23.10.96		

tivo, mas estou pensando, inclusive se a ~~Comissão~~ Comissão concordar pedir também informações ao Executivo, além de aceitar o que o senhor passaria por escrito.

Com a palavra ~~da~~ a nobre Vereadora Aldaíza Sposati.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Essa segunda audiência,

~~Essa segunda audiência, a Sra. Aldaíza Sposati, pediu informações ao Executivo, além de aceitar o que o senhor passaria por escrito.~~

~~Essa segunda audiência, a Sra. Aldaíza Sposati, pediu informações ao Executivo, além de aceitar o que o senhor passaria por escrito.~~



100 proc.
Folha n. 108 de 19
O funcionário do proc.
O SEADOR
funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O SEADOR	funcionário
N58	1	Norma	Aud. Pública	23.10.96		

inclusive ela foi solicitada e até nem demandaria a natureza do projeto mas porque na audiência anterior não ocorreu a presença de interessados exatamente para essa interlocução porque causou mesmo para nós, aqui, durante a audiência uma preocupação exatamente essa diferença: o que é um equipamento fixo e o que é um equipamento móvel, e a possibilidade de de atender a todos esses quesitos na diferença dos equipamentos.

Penso que isso poderia talvez nós caminharmos, senão para mais uma audiência para colocar numa das pautas regulares da Comissão quando esse assunto estiver em debate, convidar a presença também dos interessados para poder se chegar a uma propositura pública, ou uma audiência ou numa das sessões regulares a gente poder realmente debater para chegar aos termos adequados do substitutivo, que de um lado garantam a segurança mas que, de outro, não impeçam o desenvolvimento da atividade.

Nós poderemos encaminhar - ~~XXXXX~~ hoje, na reunião da Política Urbana - o que será mais adequado, se é chamá-los ou se uma audiência pública.

Tem a palavra Ideli, assessora do Vereador Nelson Proença, e depois o senhor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 109 do pto.
1ª AUL. 0830 de 1995
O funcionário Wgn

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N58	2	Norma	Aud. Pública	23.10.96		

A SRA. IDELI - Eu queria esclarecer que a questão do cigarro não está indicada no projeto como uma proibição de fumar, mas, sim, que é proibido vender, comercializar o cigarro. A segunda questão é que realmente eu acho necessário um pedido de informações ao Executivo porque eventualmente os circos poderiam ter uma certa facilidade - não deixar de ~~XXXXXXXXXX~~ serem atendidas as condições essenciais de segurança, mas talvez a própria Prefeitura pudesse se incumbir de auxiliar a instalação dos circos na Cidade.

Eu imagino o pessoal do circo elaborando planta, esse tipo de coisa, e eu acho que fica um pouco difícil, e quando a gente coloca todas estas necessidades para a instalação de um circo, com certeza, como falou a Cândida, até o palhaço vai fugir daqui, não é? Então eu acho que deveríamos até perguntar para o Executivo como é que a gente pode ajudar a população a se instalar em um circo com segurança e ao mesmo tempo ajudar o circo a se instalar sem tanta dificuldade ~~em~~ na questão burocrática, não é?

Como existe um serviço de elaboração de planta para a população de baixa renda, um serviço de apoio da Prefeitura, para a instalação do circo. E realmente a questão dos parques que estão ins-

46



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 110 do proc.
PAULO 830 de 1935
O funcionário *Uz*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N58	3	Norma	Aud. Pública	23.10.96		

instalados de uma forma permanente, a licença de 180 dias - acho que é uma exigência que pode continuar a ser de um ano, a licença anual ~~para~~ para os parques.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Deverá fazer parte do substitutivo essa criação desse órgão, desse setor. Tem a palavra o Diretor do Circo Escola Picadeiro.

O SR. JOSÉ WILSON MOURA LEITE - Venho aqui representar o circo. Como o nobre advogado estava falando, torna-se impossível a presença do circo na Cidade de São Paulo, por tudo o que ele está expondo aqui, porque o circo, em primeiro ^{lugar} ~~lugar~~, é móvel, e não existem plantas, mesmo porque não existem fábricas que construam os circos, nós construímos os circos em fábricas de fundo de quintal, então é uma dificuldade muito grande e se a gente coloca um engenheiro dentro de um circo, porque ele não sabe por onde começar a montar o circo, porque é uma coisa impressionante, é uma coisa de pai para filho, que é de tradição, e não existe mesmo possibilidade.

Então, uma série de documentos que eles ~~podem~~ pedem aqui, que o advogado já falou, que para nós ~~impossíveis~~ do circo são impossíveis porque o único circo fixo que tem na Cidade é a Escola de circo da qual eu sou diretor. A gente pode fazer as exigências que eles



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 111 do proc.
N.º 830 de 1955
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N58	5	Norma	Aud. Pública	23:10.96		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Com essas sugestões nós poderemos dar origem a um substitutivo ao projeto, colocando não só alguém para assessorar mas reservando as áreas para os circos com as colocações que aqui estão feitas.

O SR; JOSÉ WILSON MOURA LEITE - Porque se a gente tiver áreas dentro da Cidade de São Paulo a própria Prefeitura oferece a infraestrutura pra os circos. Aqui tem coisas que pedem o laudo do circo, a planta do circo, o trailer do circo, nós vamos colocar onde ? É só ~~é~~ isso. Obrigado.

A SRA; ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra o Vereador Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Eu acho que se falou aqui da distinção do circo mas me parece que deveria, como falou o representante dos parques, se discutir também a distinção em relação aos parques móveis porque há uma infinidade de parques móveis na periferia da Cidade,

~~_____~~

49



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
N59	1	Paula	audiência	23.10.96

Relatório 112 do proc.	
TRAB. DE	830 CONT. 10/11/96
O funcionário	

que se instalam e que, evidentemente, têm uma estrutura mínima e, que teria dificuldade em ter todas essas exigências cumpridas; o que inviabilizaria o funcionamento desses parques na periferia da Cidade. Essa é uma alternativa de lazer que tem que ser levada em conta. Acho que deve ser levado em conta, num substitutivo, essa questão. Nos parques móveis existe uma responsabilidade civil e criminal por conta de qualquer acidente que, é necessário que se diminua esse tipo de exigência e que se fiscalize aquilo que foi exigido.

Agora, me parece que tal nível de exigências para parques móveis que funcionam precariamente na Cidade, inclusive ^{com} precariedade econômica para dar continuidade ao seu trabalho. Acho que esse projeto como um todo é muito interessante para os parques fixos, para as grandes estruturas que têm um alcance maior; Mas, para essa infinidade de parques ⁷ móveis que temos hoje me parece que é um caso similar ao do circo, se bem que o circo tem toda uma questão cultural em torno dele. Mas, acho que existe uma similaridade do ponto de vista de lazer para a periferia da Cidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra o Sr. José. 50



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Fls. 113 do proc.
Nº 830 de 1975
Funcionário: [assinatura]
ORADOR: [assinatura] CONZ. AFARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
N59	2	Paula	audiência	03.10.96		

O SR. JOSÉ / - Em primeiro lugar, eu não

represento a classe circense. As empresas de entreterimento são os parques de diversões, as lojas que existem nos shoppings de parte de entreterimento e não a parte circense. É por isso que não abrangi a parte de circos.

No que se refere aos parques móveis, Sr. Vereador, o senhor está perfeitamente correto. E, vou lhe dizer mais: São Paulo com a população e com a capacidade financeira que tem, o parques de diversões móveis não chegam mais à Cidade, os bons parques não passam; eles passam por perto, mas não entram em São Paulo. Só os circos, realmente, mais modestos trabalhando também em regiões precárias na periferia. Não existem possibilidades. Os outros, com exceção do Playcenter, praticamente, não existe mais nada. Tem o Parque da Mônica que é mais para o público infantil e é coberto. Suas palavras são oportunas e eu as endosso.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS / - Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra?

Então, vamos dar por encerrada a reunião e numa próxima



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Processo nº 174	de proc.
Nº 830	de 1995
Orador nº 10	Cont. Parte

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
N59	3	Paula	audiência	23.10.96		

audiência pública, ou como a Vereadora Aldaíza sugeriu, na reunião da Comissão.

O próximo projeto é o 492/96, 1ª audiência pública: "obriga a colocação de telas nos portões e gradis de muros frontais de residências que possuam cachorro". O autor é o Vereador Cosme Lopes.

Tem a palavra o Roberto, assessor técnico da Comissão.

O SR. ROBERTO - "Projeto de lei nº 493/96, de autoria do Vereador Cosme Lopes, o projeto obriga a colocação de telas nos portões e gradis dos muros frontais das residências que possuam animais domésticos".

A justificativa do autor é: "evitar o ataque de cães aos transeuntes, especialmente crianças e idosos, ao conseguirem colocar as cabeças para fora dos portões e gradis".

O Parecer da Comissão de Justiça foi pela legalidade e com a apresentação de substitutivo apenas para adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O Artigo 1º fica meio vago:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 115 do proc.
PAULO 830 de 1995
O funcionário, *le*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AP. ME.
N59	4	Paula	audiência	23.10.96	AnaMaria	

"torna obrigatória a colocação de telas em residências que possuem animais domésticos". Seria necessário esclarecer que são telas que dêem para a rua porque da maneira que está colocado ninguém poderá exigir nada. "Telas aonde"?

Acho que nós da Comissão deveríamos redigir esse Artigo 1º de maneira que fique clara a idéia do autor.

A SRA. ALDAÍZA APOSATI - É claro que se trata de uma medida de segurança. Agora, está um bocado complexo isso porque interfere, inclusive, na própria estética, em como é construída essa casa. Em geral, a opção de ter uma placa "cuidado com o cachorro"...pelo que estou entendendo é uma pessoa que coloca a mão dentro de uma casa. Se a casa já tem um portão, como é que o cachorro vai morder. É uma coisa um pouco estranha porque o cachorro está preso dentro da casa. Não sei, fico um pouco preocupada com todo esse investimento de vedação na Cidade, estamos construindo coisas semelhantes a uma prisão. Não sei se uma placa "cuidado" já não garante. A atitude desavisada me parece que é a de quem coloca a mão dentro da casa. Se já há portões e se já é proibido cães na rua. Agora, se o cão está preso, dentro do portão e você ainda tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Fp/haum^o 116 do prec.
N^o 830 de 1995
O funcionário *le*
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE...
N59	5	Paula	audiência	23.10.96	Aldaíza	

que colocar a tela para dentro do portão, acho isso um bocado complicado. Inclusive, você está falando do quê? De um poodle? De que cachorro você está falando aqui?

O SR. CARLOS ZARATINI - Inclusive, não define quais animais domésticos. O gato, por exemplo, é um animal doméstico que pularia a tela e o muro. Então, acho que precisaria de uma definição um pouco melhor de quais animais domésticos estão sratando.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra a Sra. Eva, da Associação dos Mordores dos Jardins Europa e Paulistano. Aproveito para registrar a presença da assessora da Vereadora Ana Martins que ~~AXSEXXXXX~~ fará uso da palavra e depois o assessor do Vereador Cosme Lopes.

A SRA. EVA - Quero falar não como representante da associação, mas como cidadã.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 117 do Proc.
PAULO 830 de 19 95
O funcionário *Ulp*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
n60	1	alex	aud.pública	23 10 96		

Parece-me que quem possui um cachorro, tem dinheiro, e está interessado no bem-estar do cachorro, faz de tudo para evitar que o cachorro vá para a rua. Quem não tem dinheiro, está numa situação péssima, não cuida dos cachorros, não cuida dos filhos, não cuida de nada...

Quando se vai à periferia, vê-se um monte de cachorros pelas ruas.

Esse tipo de medida é um tanto quanto supérfluo. Acho que há outras leis, muito mais úteis, para serem discutidas.

Obrigada.

A SRA. - Tem a palavra o nobre Vereador

Cosme Lopes, autor da lei.

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

O SR. JORGE AUGUSTO DE CASTRO - Sou assessor do Vereador Cosme.

É uma lei para ser discutida; é até um pouco engraçada. Por outro lado, já fui vítima da mordida de um cão. Estava conversando com um amigo na calçada, distraído - isso foi logo quando faleceu Jânio Quadros -, e o cachorro mordeu minha perna. Tenho até hoje a marca. Estava na calçada, próximo a uma grade, da residência. É comum isso acontecer.

Então é preciso haver essa segurança. Vários carteiros são mordidos.

55



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº	118	de proc.
Nº	830	de 1995
O funcionário	Ugo	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
n60	2	alex	aud. pública	23 10 96		

Sobre existir uma plana, é ótimo que ela exista. Mas se formos até o pátio da CET de São Paulo, ^{veremos} o que há de carro apreendido por estacionando irregular. São pessoas adultas, capacitadas, que sabem ler e escrever; enfim, pessoas esclarecidas. Estive na CET e lá estava o carro do assessor do Ricardo Izar devido a estacionamento em local proibido. Então, haver só a placa com os dizeres "Cuidado com o cão" não basta. Será que uma criança terá o cuidado de ler a placa? Várias crianças, e adolescentes, já foram vítimas - casos gravíssimos -, porque com o aumento da insegurança todos nós estamos colocando cães ferozes nos quintais.

Tudo bem que já existe a grade, mas essa tela - que seria fina ~~antes~~ serviria para proteger as pessoas que passam pela calçada. Se formos analisar com ~~um~~ um pouco mais de seriedade o assunto, veremos que o Vereador teve uma iniciativa correta e nos adequaremos à lei. Creio que essa iniciativa, inclusive, não partiu de uma idéia exclusiva dele. Creio ter sido alguma reivindicação da população e da comunidade, que sempre vem nos procurar em nossos gabinetes.

- Pergunta feita fora do microfone.

A colocação que estou fazendo diz respeito a se adequar o sistema. Se não for feito, então, de acordo com a falta, ^{sujeito} fica-se às penalidades da lei. Isso vem ao encontro não só de nossa segurança como das crianças.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 119 do proc.
PAULO 830 de 1995
O funcionário Uap

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
n60	3	alex	adu.pública	23 10 96		

Sou da 3a. Vara do Jabaquara, do Juizado de Menores. Várias denúncias, vários casos ^{chegam} até nós, de crianças sendo atacadas por cães ao passar pela calçada, quando o cachorro, colocando a cabeça por entre as grades, investe contra elas.

Se o senhor for fazer um levantamento no Fórum, há vários processos contra pessoas em função dessa situação.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A lei não prevê o pagamento de multa. Então, se for feito um substitutivo, ter-se-á de incluir. Se houver alguma sugestão, seria melhor encaminhá-las à Comissão.

Luna, do Voto Consciente, por favor.

A SRA. LUNA - Acredito que já existe legislação a respeito de proprietários de cães ferozes. Os gatos não constituem um perigo tão grande quanto os cachorros. (Comentário feito fora do microfone) No papel que eu tinha dizia cachorros. Acredito que a responsabilidade é do proprietário do cachorro. Não podemos, como legisladores da Cidade, procurar legislar sobre cada detalhe, de cada família, de cada casa, do Município de São Paulo.

Certas coisas dependem da responsabilidade civil da pessoa que ali mora. Se há multa ou punição, é responsabilidade do proprietário do cão reconhecer ser o responsável. Se possui um cão pequeno, feroz, que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 120 do proc.
PAULO 830 de 1975
O funcionário Ugr

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
n 60	4	alex	aud.pública	23 10 96		

consegue colocar a cabeça entre as grades para morder os transeuntes, isso é de responsabilidade de seu proprietário. Muitos cães têm cabeças maiores. Muitas casas têm grades, e cachorros pequenos que mordem, que estão dentro das grades.

Seria, na minha opinião - e peço desculpas -, um desperdício do tempo da Cidade legislar a respeito de uma situação que depende, unicamente, do proprietário do animal doméstico.

Estamos invadindo, como a Vereadora Aldaiza Sposati tão bem disse, a privacidade das pessoas em suas casas. Devemos, ao invés disso, frisar a responsabilidade civil do proprietário do animal doméstico. Poderia muito bem ser um macaco que morde, que pula a cerca e morde o vizinho. Isso também acontece...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 21 do proc.
830 de 13 de 95
O funcionário Ug

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-61	1	Camilo	Aud. Pública	23/10/96		

~~_____~~
~~_____~~ Não somente a responsabilidade é do cachorro ou do gato, mas também do proprietário do animal.

Em São Paulo, há mais uma lei que não será observada e não poderá ser implementada. Acredito que as placas que dizem: "Cuidada com o cão" ou aquelas que aparecem uma figura do animal espantam qualquer criança ou qualquer pessoa que não saiba ler. Às vezes, o cão nem é aquele demonstrado na placa, com a boca arreganhada.

Já existe uma legislação. O que devemos fazer é fortalecê-la.

Muito obrigada.

A SRA. ANA MARIA GUADROS - Mais alguém quer

falar?

O SR. JORGE AUGUSTO - Sou assessor do Vereador Cosme Lopes. Vejam bem a colocação maravilhosa que a Sra. disse há pouco.

Se vocês forem procurar falar com os carteiros ou com quem trabalha no correio, eles vão dar uma resposta adequada a vocês, semelhante como dizia a minha finada avó: "Pimenta nos olhos dos outros é refresco."

A SRA. ANA MARIA GUADROS - Mais alguém quer

~~falar a respeito deste projeto? Então vamos ao último projeto e depois voltaremos ao~~
KPOGRA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 122 do proc.
PAULO 830 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AP. NTE
N-61	2	Camilo	Aud. Pública	23/10/96		

projeto nº 593, o qual já foi discutido. Vamos agora ao projeto de lei nº 631/96 -
1ª Audiência Pública - Altera a Lei nº 11.522/94 (Anistia de Edificações Irregulares), dando o prazo até 31/12/96 para a Prefeitura efetuar o processamento dos pedidos, além de conceder ao protocolo de pedido os efeitos gerados pela auto de regularização. - de autoria do Vereador José Mentor.

Algum assessor do Vereador quer falar? Então, vamos pedir ao Sr. Roberto para que faça a leitura do projeto.

O SR. ROBERTO - Projeto de lei nº 631/96, de autoria do Vereador José Mentor.

O projeto altera a lei nº 11.522/94, última lei de anistia de edificações irregulares, dando o prazo até 31/12/96 para a Prefeitura efetuar o processamento do pedido solicitado, quando a partir daí o protocolo de solicitação de regularização passaria a ter, no caso de residências de usos familiares, R 1, os mesmos efeitos gerados pela auto-irregularização.

Dentro desta mesma perspectiva, foi substituído no art. 14 da citada lei o termo efetuado após a regularização por, a qualquer tempo, a fim de que a Prefeitura verifique a veracidade das difamações declaradas, as condições de estabilidade, de higiene, de insalubridade, de segurança, de uso das edificações e de respeito aos direitos da vizinhança.

A justificativa do autor é que a propositura, procurando garantir efetiva-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
N-61	3	Camilo	Aud. Pública	23/10/96	Roberto	

mente os direitos do cidadão, dando um prazo limite para a morosidade, a burocracia do Executivo, beneficiaria os moradores que desejam regularizar os seus imóveis.

Isto porque, apesar da anistia em tela ter sido promulgada e regulamentada, em meados de 1994, teve apenas 25% dos processos analisados até agora, estando pendentes ainda 75 mil casos.

A posição da Comissão de Justiça foi pela legalidade, com a apresentação do substitutivo apenas para adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A palavra continua em aberta. Quem gostaria de falar?

A SRA. EVA - Sou da associação dos moradores do Jardim Europa, e Paulistano. Quero pedir um esclarecimento. Gostaria de saber se essa justiça se refere apenas às residências de tamanho mínimo, ou se refere a qualquer residência. Caso se referir a qualquer residência, as pessoas fazem tudo o que é proibido e depois pedem uma anistia. Isso também é um absurdo.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O Sr. Roberto vai dar um esclarecimento.

O SR. ROBERTO - A lei nº 11.522/94 anistiou todas as edificações irregula-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 154 do proc.
PAULO 830 de 1995
O funcionário Ugo

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N-61	4	Camilo	Aud. Pública	23/10/96	Roberto	

ridades, quaisquer que sejam.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Então, a irregularidade levanta, dependendo da região e do tipo de construção em que seja construído o imóvel, senão, na prática, ela altera a lei do zoneamento.

A SRA. - 3 Isto pode acarretar um absurdo enorme, porque a lei do zoneamento existe para ser seguida. A pessoa faz o que não é permitido pela lei de zoneamento, vai à Prefeitura e depois regulariza a situação. Isso é um absurdo total.

O SR. ROBERTO - A legislação não regulariza o uso, mas sim a edificação.

A SRA. - Exatamente. Eu tive um caso que aconteceu comigo. Um vizinho meu encostou a casa dele na minha. Legalmente, é proibido encostar uma casa a outra nos dois lados, contudo meu vizinho fez isso. Eu cansei de ir à Administração Regional reclamar desta construção irregular. Aliás, isso causou goteiras na minha casa. Eu precisei gastar o meu dinheiro para consertar o que o vizinho tinha estragado.

Moral da história, o que o fiscal disse para mim? Ele disse que eu era uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 125 do proc.
RM.ULO 830 de 1995
O funcionário Ulp

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
N-61	5	Camilo	Aud. Pública	23/10/96		

vizinha chata. Agora, esse vizinho meu que fez tudo irregularmente, vai regularizar o edifício dele e pronto, morre por aí. Isso é um absurdo. Isso foi apenas uma pequena irregularidade. Deve haver outras maiores. Por isso é preciso que haja um limite do que pode e do que não pode ser regularizado. Não se pode abrir totalmente a situação.

O SR. ROBERTO - Não estamos discutindo a lei da regularização, porque esta já foi aprovada. Estamos discutindo o prazo para que seja concedido.

A SRA. _____ - A Sra. Ideli é assessora do Vereador Nelson Proença. O Sr. Roberto falou muito bem. A lei talvez não tivesse que ser aprovada, mas foi.

Agora é uma questão de se viabilizar o processo administrativo

63



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 136 do proc.
R. AULO 830 de 1975
O funcionário Ulp

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
N66	01	Denise	Aud. Pública	23.10.96		

e 75 mil processos que estão parados na Prefeitura. Talvez, o que o Prefeito poderia fazer seria uma triagem de áreas que eventualmente poderiam ter problemas como restrições contratuais e agilizar esse tipo de análise. Mas, em geral são tantos processos e residências espalhadas pelas cidade que poderiam ser regularizadas porque a lei já permite.

Acho que a Prefeitura pode montar um esquema para tentar peneirar o que não poderia ser regularizado, ao invés de conceder esse auto de regularização automaticamente. Mas, se tivesse esse procedimento, poderia ser até interessante.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Com a palavra o próximo inserido. Por favor, diga o nome, a entidade que representa ou se é só cidadão.

O SR. MASSATO - Sou assessor do Vereador José Mentor. Para esclarecer, como o Roberto já disse, na verdade não é uma lei que regularizará. A lei que regulariza é a 11.522, alterando o item que irá agilizar a saída dos autos de regularização, fazendo com que o protocolo valha como tal, ou seja, ninguém pode dar entrada com novos pedidos, porque o prazo de entrada de novos pedidos de regularização encerrou-se

em dezembro de 1994.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 127 do proc.
830 de 1955
O funcionário *U*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
N66	02	Denise	Aud. Pública	23.10.96	Massato	

Não se trata de regularizar ~~nada novo~~ nada novo. É sobre a anterior mesmo, a que já entrara. É claro que no projeto de lei existem restrições do tipo: a Prefeitura poderá verificar a veracidade das informações declaradas. Na verdade, não está transformando o protocolo em auto de regularização, sem nenhum tipo de verificação, que está prevista no projeto de lei.

Quanto à questão da vizinhança, a Lei 11.522 já fala sobre isso. Por exemplo: quando alguma coisa interferir no vizinho, tipo: abertura a menos de 1 metro e meio, que é o regular, só é dada a regularização com anuência do vizinho. Isso já está assegurado no corpo da lei e não no projeto de lei.

A SRA. ANA MARIA CUADROS - Com a palavra o próximo inscrito.

O SR. DOMINGOS SINIVALDO - Sou da Sehab. Trabalho na Comissão de Verificação do Uso do Solo e participei, juntamente com os Vereadores representando o Executivo, na elaboração da Lei 11.522 e tivemos uma participação ~~muito~~ conjunta, principalmente com o Vereador José Mentor, que trabalhou muito nessa lei.

15



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 128 do pre-
PAULO 830 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N66	03	Denise	Aud. Pública	23.10.96	Domingos Sinivaldo	

A intenção do Vereador José Mentor é das mais nobres, e no entanto, entendemos que em relação às edificações residenciais a lei prevê realmente uma anistia nas edificações de até 150 metros quadrados. Nesse sentido, enviamos para 1 milhão e duzentas mil residências de São Paulo o seu certificado de regularidade. Essas edificações foram anistiadas mesmo.

Não se trata apenas de uma lei de anistia, mas também de regularização das edificações e como tal, demanda uma análise, às vezes mais apurada do que na aprovação do projeto. A própria lei diz isso. Acredito que com o passar dos anos, nas últimas leis de regularização as coisas vêm-se tornando mais complicadas, vêm-se aprovando menos leis. Tanto que na legislação passada, da Prefeita Luiza Erundina, a Câmara não aprovou uma lei que estava proposta para que fosse aprovada. E essa lei foi ~~reestudada~~ re-estudada nessa legislação e aprovada em 1994.

Nesse sentido, o Secretário Municipal das Administrações Regionais, Dr. Nieto Martin, ~~xx~~ tentou exatamente isso. Retirou de todas as administrações regionais, todos os processos, num total de aproximadamente 100 mil processos, para que fossem agilizadas. No entanto, o exame é muito complexo, pois precisa-se ver se há interferência com o logradouro público, com o espaço público, com córregos, com cláusulas

66



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 137 do proc.
PAULO 830 de 1975
O funcionário Uap.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
N66	04	Denise	Aud. Pública	23.10.96	Domingos Sinivaldo	

restritivas de loteamento. Não é tão fácil como pretende esse projeto. Até porque de nada adiantaria considerar um protocolo como uma regulari-
zação, pois não teria uma planta aprovada e carimbada pela Prefeitura, não teria um auto, que é importante para se levar no Registro de Imóveis para se poder vender esse imóvel. Sem esse documento, é tudo mais compli-
cado.

Além disso, a reforma dessas edificações se tornariam bastante complicadas porque ~~teriam~~ não se teriam como comprovar o ~~ex~~ que se tem realmente regularizado.

Nesse sentido fomos ~~a~~ convidados pela assessoria legis-
lativa do Prefeito a opinar sobre o projeto e a Comissão de Edificação e Uso do Solo e a Sehab, por consequência, manifestaram-se contra o ~~pr~~ projeto.

Quanto à primeira parte, é certa e acredito que o ~~arti~~-
go 1º não teria problemas, apesar de que a Prefeitura não precisa de li-
cença e nem de lei para entrar em qualquer imóvel de São Paulo para vis-
toria a qualquer tempo.

Nesse sentido nos manifestamos pelo projeto.

~~A SRA. ANA MARIA GUARES - Com a palavra o Sr. Jorge A. e~~

~~Projeto, assessor do Vereador Costa Lopes.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

N.º 830 do proc.
PAULO 830 de 1995
funcionário V62

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N66	05	Denise	Aud. Pública	23.10.96		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Com a palavra o Sr. Jorge Augusto, assessor do Vereador Cosma Lopes.

O SR. JORGE AUGUSTO - Com relação à regularização, concordo com o colega da Sehab, o qual tenho visitado muito. É um problema grave.

Vejam bem, quando a pessoa constrói a sua casa de, por exemplo, 1.700 metros quadrados, o caminho correto seria procurar uma orientação na Prefeitura ou na Secretaria da Habitação, e fazer a seguinte pergunta: ao engenheiro: o que eu posso fazer nessa área?

~~Se o engenheiro não tiver a licença necessária, ele não pode fazer a obra.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 131 do proc.
PAULO 830 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N67	1	L. Carlos	Aud. Pública	23.10.96	Jorge Augusto	

Só que, aqui em São Paulo, não ocorre esse tipo de coisa. A pessoa primeiro constrói. Às vezes não dispõe de condições aquisitivas para poder fazer um projeto da sua casa e ele constrói assim, no "o lhômetro" e, depois, ele fica apavorado para poder regularizar a sua construção. É uma situação difícil, social, a nível de São Paulo: pessoas passando várias dificuldades, às vezes pagando um aluguel, consegue um pequeno pedaço de terra, para poder construir sua casinha, e, depois, ela luta para poder regularizar.

Tanto é verdade que, inclusive, até na venda desse imóvel - por exemplo, estou com casa do Ipesp, levei um atestado de regularização da Secretaria de Habitação, e o Ipesp não aceitou: o Dr. Mário achou que aquilo não era viável, que teria que fazer uma planta, e ele queria um visto em planta. Então, tive que ir até o arquiteto para ele poder desenvolver essa planta, para, depois, ter o visto em planta, para dar entrada no Ipesp, para essa pessoa receber o seu cheque, o seu valor.

Veja bem: e se essa pessoa não tem condições aquisitivas - como não teve - de pagar a arquitetura? Isso aí eu tinha através de canais de amigos, consegui gratuitamente para essa pessoa a planta, e estou desenvolvendo agora o visto em planta, para que ela possa receber o valor da residência que ela vendeu e passou para o Ipesp.

É uma problemática grande, e temos que ver essa situação com muito carinho. Tenho acompanhado o Dr. Itamar: pilhas e pilhas de processos, lá na Secretaria da Habitação, e temos que viabilizar isso, creio, com o máximo de urgência, que é muito papel e muitas pessoas sendo prejudicadas dentro da cidade de São Paulo. Obrigado.

A SRA ANA MARIA QUADROS - Mais alguém quer fazer uso da palavra?

Então, agora, recebendo esse processo, vamos ouvir os integrantes da ^{Seab} ~~Seab~~ que gostariam de falar sobre o 593/95, que já foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 132 do proc.
PAULO 830 de 1975
O funcionário *Ulp.*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
N67	2	L. Carlos	Aud. Pública	23.10.96	Ana Quadros	

zemos a leitura e o debate. Então, com a palavra, dizendo o nome.

o SR. PAULO BRASILEONE - Sou o Assessor-Chefe da Comissão de Edificações e Uso do Solo. Nosso objetivo com relação a esse projeto é justamente, talvez, até reiterar o que já foi ~~o~~ dito aqui anteriormente, mas essa matéria já vem sendo tratada no Código de ~~Obras~~ Obras, de 1992, praticamente com o mesmo enfoque do projeto ~~de~~ de lei, o qual acaba sendo redundante, acredito, e, até certo ponto, ele vai ~~prejudicar~~ prejudicar, inclusive, a questão relativa a multa, porque não se corre o risco de hoje se ter um projeto aprovado, sem essa observância dos 15% ou de área de terreno livre de pavimentação de construção, ou, então, de um sistema de captação com um volume e equivalente ao que seriam os 15% da área do terreno. E, para a obtenção do certificado de conclusão, do habite-se, há de se também considerar que a obra tem que ter sido executada de acordo com o projeto aprovado.

Não se observando, existe hoje no Código uma previsão de multa que, no nosso entender, ela ~~é~~ é muito mais razoável e justa, em se tratando de imóveis com metragens diferentes. Hoje, a multa prevista no Código de Obras é dada em função da metragem da construção e a multa do projeto de lei é uma multa única, de 1000 Ufirs, seria em torno de 880, então, tanto faz se uma residência tiver não observando, ou um shopping center, a multa seria a mesma. No Código, hoje, essa multa é diferenciada. Então, se, por acaso, houver um ~~desvirtuamento~~ desvirtuamento da licença, se não executado o sistema de captação ou se não mantido os 15% de área de terreno livre, essa multa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 133 do proc.
N.º PAULO 830 de 1995
O funcionário *Dep.*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
N67	3	L. Carlos	Aud. Pública	23.10.96	Paulo	

vai variar de acordo com a área de construção e seria, no caso, se não me engano, de R\$ 42,00 por metro quadrado. Assim, parece-me u ma situação muito mais justa em termos de multa.

Agora, no restante, essas posições são idênticas às do Có digo de Obras. Eu diria até que o Código de Obras, hoje, já ~~está~~ avança um pouco mais porque ele já traz o dimensionamento do que se ria esse volume de captação, equivalente à área permeável do terre no. Também na revisão do Código, que está aqui na Câmara, que é uma revisão ampla, geral, essas mesmas ~~ex~~ disposições estão sendo manti das, razão ~~pe~~ pela qual também, quando fomos consultados sobre o pro jeto de lei, propusemos que, caso viesse a ser aprovado, ele deve ria ser vetado.

Era o que eu gostaria de trazer.

A SRA ANA MARAI QUADROS - Mais alguém quer ~~trazer~~ fazer u so da palavra? Nós já tínhamos, inclusive, aqui, pedido informações do Executivo para não ter nenhum problema. Acredito que vá para a Secretaria dos senhores, onde poderão colocar.

O SR. IRANI - Sou Assessor Técnico da Co missão de Política Urbana e Meio Ambiente. Só para diferenciar um pouco, pelo que estamos vendo no Código de Obras, ele di ~~z~~ que as condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositi vos. Aí ~~ele~~ ele fala de reserva de, no mínimo, 15 % da área de ter reno livre e construção de reservatório ligado por sistema de drena



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 134 do proc.
PAULO 830 de 1995
O funcionário *Usp.*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
N67	4	L. Carlos	Aud. Pública	23/10/96	Paulo	

gem. Um, não necessariamente o outro também. Então, pelo projeto de lei, todos os lotes terão que ter a reserva, terão que ter o reservatório para absorver, para retardar o lançamento de águas pluviais na rede.

Outra característica é que, no Código de Obras em vigor, e-
~~xxxx~~ xiste uma descrição genérica do reservatório, diz que precisa ter o reservatório, e, no projeto de lei apresentado, exige-se que o reservatório - apesar de ele não dizer como, também -, mas exige-se que o reservatório tenha uma ~~par~~ proporção adequada ao tipo do solo, de brita, pedrisco e areia grossa. Agora, não diz, também, como trabalhar com esses materiais. Acho que são diferenças que vale reite-
rar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 135 do proc.
PAULO 830 de 1995
O funcionário 1050

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
N68	1	Idelci	Aud. publ.	26.10.96		

A Sra. Ana Maria Quadros - Tem a palavra o Sr. Domingos.

O Sr. Domingos - Acho que é mais um motivo para que a gente se manifeste contrariamente, porque o ideal não é o reservatório. O ideal é deixar 15% do terreno livre, sem construções. Isso realmente é o objetivo. Agora, a legislação de zoneamento de São Paulo permite que se construa o subsolo para estacionamento. O que, aliás, é muito restritivo na legislação, em relação ao número de vagas necessárias para os empreendimentos habitacionais. Então, em função disso, o solo todo é impermeabilizado com construções. O subsolo pode ocupar praticamente 100% do lote. As edificações acima do solo não podem ocupar 100%, porque a taxa varia de 20 a 70%, dependendo da zona em que está localizado o imóvel. A lei tem uma intensão. Existia uma lei, do Vereador Maçeira, a Lei 10.774, que foi incorporada ao Código de Edificações. Essa lei exigia apenas 15% do terreno de área livre. Como os terrenos em São Paulo são caros e pequenos, a questão fica muito complicada. Então foi introduzida a figura do reservatório como alternativa. O ideal seria que fossem mantidos 15% do terreno livre. Para vocês verificarem a complexidade, basta lembrar que a gente tem obtido isso nos grandes projetos. Os grandes projetos têm deixado essa área e construído esses reservatórios. O nosso grande problema é com a periferia, onde as residências são todas pavimentadas; não se deixa uma área de jardim; todo o quintal, que não recebe a edificação principal é pavimentado com cerâmica, cimento ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 136 do pro.
830 do 1995
O funcionário *dep*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N68	2	Idelci	Aud. publ.	26.10.96	Domingos	

outro material. Aí é que está o problema. E as residências não vão, com certeza, construir reservatório porque é um equipamento caro e a manutenção é cara. São bombas elétricas para retirar etc. O ideal de fato seria assim como está no Código, porque atende muito mais às necessidades, em que pese o que vem sendo mostrado. Esses reservatórios são fantásticos, está funcionando no Pacaembu; nas Águas Espraiadas o Prefeito está terminando de construir mais um. Isso vai resolver. Na Cidade de Paris existem 15 mil reservatórios entre piscinas, piscininhas e piscinões. É uma cidade que tem muito pouca enchente.

A Sra. Ana Maria Quadros - Tem a palavra o Daniel.

O Sr. Daniel - (Fala fora do microfone)

A Sra. Ana Maria Quadros - Mais alguém quer fazer uso da palavra? (Pausa) Acho que hoje fomos sábios, juntamente com os assistentes técnicos, ao colocar um número menor de projetos. Foi possível que fizéssemos a discussão das 9,30 às 11,50h sem cansar. Entre os presentes mais alguém gostaria de se pronunciar? (Pausa)

Agradecemos a presença de todos. Até a próxima quarta-feira, com nova Audiência Pública e novos projetos.

Muito obrigada.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEQUE, Juntado nesta data ~~em~~ ^{em} ~~seu~~ ^{seu} ~~original~~ ^{original}, rubricado sob
folha n.º 1314 / 31 / 10 / 96 a) W. J. -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha	134	do prec.
Nº	830	de 1975
O funcionário	2	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

DEP. A.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA

E MEIO AMBIENTE

Presidente: Sr. Vereador Emílio Meneghini

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Bruno Feder

Faria Lima

Tereza Cristina S. Lajolo

Ana Maria Quadros

Audiência Pública realizada no "Auditório Vereador Antonio Sampaio" da Câmara Municipal de São Paulo.

Em 30 de outubro de 1996.

Solicitante: Sr. Vereador Emílio Meneghini
(Memo. nº. 62/96)

Secretária: Mariamalia de Vasconcelos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

AULO	
Folha n.º	138 do proc.
N.º	830
RAZÃO	CONELIA P. 195
funcionário	U2

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFIA	SESSÃO	DATA
N63	4	Adilia	aud publ	30 10 96

O SR. TOMAZINI - Ele bancaria,

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Poderia, inclusive, fazer divulgação da região. Mais, alguém? O projeto é interessante. Todos os projetos de hoje têm sido bastante interessantes.

Na sequência, vamos começar o Código de Obras. PL 830/95, terceira audiência pública. Dispõe sobre a qualidade dos abrigos destinados à remoção da população. Já vieram as respostas do Executivo. Vamos ler o projeto e as respostas.

O SR. ROBERTO - PL 830/95, de autoria do Vereador Carlos Zaratini. Dispõe sobre o atendimento, em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança, salubridade, à população.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 139 do proc.
Nº 830 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
N-64	1	Carla	Aud. Ppb.	30.10.96		

~~condições de habitação da população~~
nas situações de desmoronamento, enchentes ou graves riscos para as famílias.

Esses abrigos deverão apresentar os seguintes padrões de qualidade: espaço de 25 m² para cada família; instalações de refeitório e locais apropriados para as crianças; banheiros em número não inferior a um para cada cinco famílias. Esses abrigos atenderão aos moradores da mesma região administrativa que ocupavam antes da remoção e deverão dar atendimento em caráter provisório, não excedendo o prazo de 90 dias.

A justificativa do autor é que ele entende que o projeto garantirá à população remoção pelo poder público municipal, condições dignas de moradia nos abrigos especiais, evitando o deslocamento dos moradores de um local a outro da cidade por vezes muito distante dos locais onde estes moram.

A posição da Comissão de Justiça foi pela inconstitucionalidade e ilegalidade. Porém houve recurso por parte do Líder da Bancada do PT e tal recurso foi aceito pelo plenário.

Durante a realização da primeira audiência pública houve a participação da Vereadora Aldaíza Spósati, tendo esta sugerido a alteração do parágrafo único, do artigo 1º, já que se tendeu ter sido a proposta contida no mencionado parágrafo muito acabada, lembrando que esta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Formulário 140 do proc.
Nº 830 de 1995
Originais 10 CONT. PARTE 1

PROZÓIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. PARTE
N-64	2	carça	aud. púb.	30.10.96	

em discussão para votação desta Casa projeto sobre a regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Após a primeira audiência, foi solicitado ao Executivo para o mesmo, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, se manifestasse sobre o assunto. O Executivo enviou, através do mencionado órgão, uma cópia da folha de informação na qual declara que aprova a proposta, porém se manifesta contrariamente ao proposto no art. 4º, já que entende que o prejuízo com o afastamento das crianças de suas atividades escolares causa danos irreversíveis com relação à aprendizagem e desenvolvimento do currículo.

Foi realizada a segunda audiência pública onde o autor da proposta, Vereador Carlos Jaratini expõe seus motivos para a aprovação da mesma. Houve também a participação da Vereadora Aldaíza Sposati que novamente mostrou a sua preocupação quanto à necessidade de haver estudos específicos quanto às regras de segurança em relação a menores acompanhados que fiquem nos abrigos.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Vamos fazer a leitura da informação do Conselho.

O SR. - O Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente em resposta à informação sobre este pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 141 do proc.
Nº 830 de 1995
Orçamento 10 CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORÇAMENTO	CONT. PARTE
N-64	3	Carla	And. Públ.	30.10.96		

Seto diz o seguinte:

" Sr.Presidente, o Conselho aprova a proposta, porém no art. 4º que propõem a escola como abrigo provisório o Conselho se manifesta contra uma vez que os prejuízo com o afastamento das crianças das suas atividades escolares causa danos irreversíveis com relação à aprendizagem, desenvolvimento do currículo, além das crianças ficarem abandonadas nas ruas sem atividades!"

O ART. 4º que o Conselho menciona é o seguinte: " Não havendo locais suficientes para este atendimento, poderá ser designada escola ou centro esportivo pelo prazo máximo de 15 dias, sendo renovado, exclusivamente, após aprovação da Câmara Municipal.

A SRª. ANA MARIA QUADROS - Realmente o Conselho tem razão.

Porque por esta medida provisória que se coloca há o prejuízo na escolaridade da criança. Concordamos, neste sentido encaminharíamos que no Substitutivo revíssemos este art. 4º tendo em vista o posicionamento do Conselho da Criança e do Adolescente.

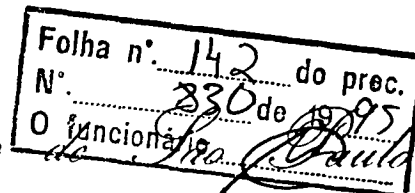
A palavra está aberta para os presentes.

Na ausência de intervenção, seguiremos para o próximo.

O próximo é às 10:30, temos 20 minutos de espera.



Prefeitura do Município de São Paulo



GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 11 de novembro de 1996

Ofício A. J. L. n.º

263 /96

11 11 96
14:30

Senhor Presidente

15 - DOCREC
15-0347/1996

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor João Brasil Vita
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

LMBN/fsc

À Deuta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em 12/11/96


MARGARETE NUNES DA SILVA

Chefe de Seção Técnica III
Substituto

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop. e Meio
Ambiente

Em 21.11.96 as 18:00 h.


DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar



Folha n°	143	do proc.
N°	830	de 19 95
O funcionário	<i>[Signature]</i>	

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE
LEI Nº 830/95, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0762/96, REME
TIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO A.T.L. Nº 263 /96.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n°	144	do proc.
N°	830	de 19 95
O funcionário		

Do Processo nº 59-002.278-96*45

Folha de Informação nº.....20.....
em 25/10/96 (a).....

ROSÂNGELA TEIXEIRA
Encarregada Setor II
HABI GAB - SEHAB

Informação nº 1153/HABI-G/96

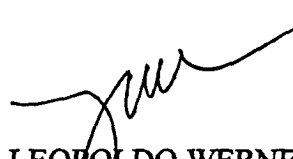
SGM-ATL
Sra. Assessora

Não compete à esta Superintendência manifestar-se sobre o Projeto de Lei do Nobre Vereador tendo em vista que, o atendimento à famílias vítimas de situações de emergência está cometido à Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, à Defesa Civil e à Secretaria das Administrações Regionais.

As competências da Superintendência da Habitação Popular vêm elencadas no artigo 11 da Lei nº 10.237/86.

Assim, restituimos-lhe o presente para o que mais couber.

Em, 25.10.96


JOÃO LEOPOLDO WERNEK DE CAMARGO
Superintendente de HABI

TRMM/rt

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

SEGUE, Juntado nesta data para informação
documentos, rubricado e ch

folha n.º 452191 07/12/96 a) 



Câmara

Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-2391/1996

Folha n°	145	do proc.
N°	830	de 1995
O funçio	Santo	

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº: 830/95

Visa o presente Projeto de Lei nº 830/95 de autoria do nobre Vereador Carlos Alberto Zarattini, dispor sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população.

De acordo com a propositura a Prefeitura Municipal fica obrigada a garantir aos moradores o desdobramento para os mencionados abrigos especiais, nas situações de desmoronamento, enchentes ou grave risco para as famílias.

O projeto dita que os abrigos deverão apresentar os seguintes padrões de qualidade:

- a - um espaço mínimo de 25 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada família;
- b - instalações de refeitórios e local apropriado para as crianças;
- c - banheiros em números não inferior a 1 um para cada 5 cinco famílias.

De modo a assegurar o fácil acesso aos locais de trabalho e de ensino o projeto dispõe que os mencionados abrigos deverão atender aos moradores na mesma região administrativa que ocupavam antes da remoção.

O autor propõe (artigo 4º) que não havendo locais suficientes para o atendimento, poderão ser designadas escolas ou centros esportivos, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo renovado, exclusivamente, após aprovação da Câmara Municipal.

De acordo com a Justificativa do autor, o projeto tem a finalidade de garantir à população, alvo de remoções pelo Poder Público Municipal, condições dignas de moradia nos abrigos especiais.

A Comissão de Constituição e Justiça analisou o projeto e entendeu pela apresentação de um parecer "Pela Inconstitucionalidade e Ilegalidade".

Houve recurso por parte do líder da Bancada do PT tendo o mesmo sido aprovado.

O projeto foi alvo de duas (02) audiências públicas (em 21/08/96 e em 23/10/96). Houve a participação de algumas pessoas que se posicionaram favoráveis à propositura.



Câmara Municipal de

Folha n.º 146 do proc.
N.º 830 de 1975
O fun.ário

Esta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente tendo analisado a propositura entende que, embora os méritos da mesma serem válidos no entanto são inviáveis de serem realizados e portanto posicionamo-nos contrários à mesma.

Entendemos que com o custo do empreendimento, do modo que foi proposto, seria mais interessante fazer-se moradia popular, já que em caráter definitivo para a população de baixa renda que vive o drama da moradia.

Por outro lado existe a possibilidade do abrigado não querer mais sair do local, por não ter onde ir.

Este é o nosso parecer.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 22.11.96.

Presidente

Relator

Mra Maria Bradas (continua)

Contrário
G. L. L. L.
Contrário



BE. 1. p. 1. 1. 1.
E M
conferir MC

Folha n.º	147	do proc.
N.º	830	de 1995
O funcionário	U2	

Câmara Municipal de São Paulo

VOTO EM SEPARADO CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR SOBRE O PROJETO DE LEI 830/95.

O PL 830/95, de autoria do nobre vereador Carlos Zarattini, dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais a população que se encontra em situações de desmoronamento, vítimas de enchente ou grave risco.

Através do presente projeto pretende o autor garantir que as famílias que estiverem em situação de risco iminente sejam transferidas para locais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade. Dentro deste contexto, o autor propõe que as famílias sejam removidas para locais de fácil acesso aos seus locais de trabalho e de ensino, sendo que na ausência de locais suficientes para este atendimento, possam ser designadas escolas ou centros esportivos para este fim.

Por ser matéria referente à criança e adolescente, o presente projeto de lei foi submetido à duas audiências públicas. Nessas, várias pessoas manifestaram-se favoráveis ao projeto, mas propuseram modificações. Uma das modificações propostas foi a troca do nome abrigo para "alojamento", já que os abrigos tem um caráter de atendimento às crianças e adultos que vivem em situação de abandono ou sem apoio familiar e de terceiros. Nas audiências foi solicitado também que o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) fosse ouvido.

Desta maneira, foi enviado pedido de informações ao Poder Executivo, solicitando a manifestação do Conselho referido acima. Respondendo ao pedido, o CMDCA posicionou-se favorável ao projeto de lei. Entretanto, solicitou que fosse retirado deste a possibilidade de utilização de escolas como alojamento, já que isso causa problemas para as crianças e adolescentes que as freqüentam, os quais ficam muito tempo sem ter aulas, podendo até chegar a perder o ano letivo.



Folha n°	148	do proc.
N°	830	de 1995
O funcionário	L	

Câmara Municipal de São Paulo

Tendo em vista as sugestões apresentadas nas audiências públicas e pelo CMDCA, esta Comissão coloca-se **FAVORÁVEL** ao projeto, apresentando, porém, o **SUBSTITUTIVO** abaixo:

SUBSTITUTIVO n°

SOBRE O PL 830/95

Dispõe sobre o atendimento em alojamentos à população em situação de risco, insegurança urbana ou remoção em razão de realização de obra pública.

A Câmara Municipal de São Paulo aprova:

Art. 1º: Fica a Prefeitura Municipal de São Paulo obrigada a garantir aos moradores o deslocamento para alojamentos especiais, em condições de segurança e salubridade, nas situações de desmoronamento, enchentes ou grave risco para as famílias.

Parágrafo Único - Os alojamentos especiais referidos no caput deste artigo deverão apresentar os seguintes padrões de qualidade:

I - um espaço mínimo de 25 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada família;

II - instalações de refeitórios e local apropriado para as crianças;

III - banheiros em número não inferior a 1 (um) para cada 5 (cinco) família

Art. 2º- Os alojamentos especiais atenderão aos moradores na mesma região administrativa que ocupavam antes da remoção, assegurando, assim, o fácil acesso aos seus locais de trabalho e de ensino.

Art. 3º- O atendimento previsto nesta lei terá caráter provisório, não excedendo o prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Em caso de inobservância do prazo estabelecido nesta lei, a autoridade responsável incidirá em infração político-administrativa, sob pena de perda do mandato.



Câmara Municipal de São Paulo

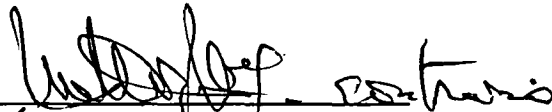
Folha n.º 149 do proc.
N.º 830 de 1995
O funcionário 98

Art. 5º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 23.11.96.


EMÍLIO MENECHINI
presidente




contrário





Publicado no DIÁRIO OFICIAL		
de 30	/ 11	/ 19 96
página 68	coluna 01	
conferido: <i>Uly</i>		

À Douta Comissão de
Saúde, Promoção Social e Trabalho
Em, 02/12/96

[Assinatura]
DONIZETTI A. PONTES
Assist. Parlamentar

Recebido na Comissão de
Saúde, Fr. Soc. e Trabalho
Em, 03/03/96 às 10 h,

AO NOBRE VEREADOR
PARA RELATAR.

SALA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO
SOCIAL E TRABALHO.

02/12/96
[Assinatura]
PRESIDENTE

À DT. 94 - Senhora Chefe,

De acordo com o Art. 275
do Regimento Interno, solicito o arquivamento do presente projeto.

SP., 02/01/97

[Assinatura]
MARIA ANTONIETA FELIX DE PAIVA
Secretária

Segue (m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
e folha de informação
sob n.º 150 02/01/97
VIVIANE PEREIRA-P6
Assistente Técnico de Direção I



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº 01.0830 de 19 95 02 01 97 (a)

VIVIANE FERREIRA PO
Assistente Técnico de Direção I

DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

Proc. encerrado c/ 150 fls.

Arquivo em 02/01/97

O Func.º

VIVIANE FERREIRA PO
Assistente Técnico de Direção I

[A large diagonal line is drawn across the page, likely indicating it is void or crossed out.]

SEGUE M juntado S nesta data, 1 documento e papel para informação, rubricado S
sob folha S n° 151 e 152

Em 17 3 97

(a) Rm
Raydalla C. L. Bittencourt
Oficial Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n°

151

do processo n°

830

de 19

95,

17

3

97

(a)

Raydalla C. L. Bittencourt
Oficial Legislativo

À ATM - Sr. Assessor Chefe,

Em atendimento ao RDS...13-0483/97....., segue o
presente expediente para volta à tramitação.

17 / 3 / 97

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II

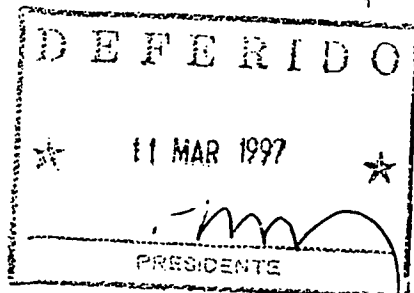


Folha n.º 152
830 19 95
o func. Am

Raydello C. L. Bittencourt

Secret. Legislativa

Câmara Municipal de São Paulo



REQUERIMENTO 'D' Nº. 13 - RDS
13-0483/1997

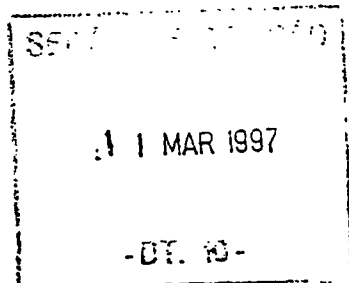
Requeremos, à Douta Mesa, em conformidade com o artigo 275 da Resolução nº. 2 de 26 de abril de 1991 que as proposições de autoria do ex - Vereador **Carlos Zaratini** que se encontram arquivadas, abaixo relacionadas, sejam desarquivadas e sigam seu trâmite normal.

Projeto

Ementa

- | | |
|-----------------------|--|
| ✓ PDL 08 93 | Susta o Decreto nº. 32.956/93 de 4 de janeiro de 1993 |
| ✓ PL 255 95 | Dispõe sobre equipamentos dos ônibus usados para transporte coletivo urbano que operam no município de São Paulo, e dá outras providências |
| PL 284 95 | Dispõe sobre a drenagem dos pisos de estacionamento de veículos, e dá outras providências |
| PL 406 95 | Denomina Rua Izabel Sacco Bayardi, a rua sete localizada no parque dos príncipes, regional do Butantã cad 30374-7 cep 05396-000 e dá outras providências |
| ✓ PL 407 95 | Dispõe sobre a criação de taxa de uso das vias públicas municipais para caminhões que adentrem o município de São Paulo e dá outras providências |
| ✓ PL 623 96 | Incentiva a abertura de vagas para estacionamento de bicicletas, concede isenção tributária e dá outras providências |
| ✓ <u>PL 830 95</u> | Dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população e dá outras providências |
| PL 1120 95 | Aprova plano de melhoramentos viários no distrito do Butantã, e dá outras providências |

Sala das Sessões, 11/3/97



Ver. Arselino Tatto
Líder da Bancada do PT

A Com. de Saúde

25/03/97

LUIZ ALBERTO DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Saúde, Pt. Soc. e Trabalho
Em 31/03/97 h.

AO NOBRE VEREADOR Osvaldo Enéas
PARA RELATAR.
SALA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO
SOCIAL E TRABALHO.

03/04/97
[Assinatura]
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SEGUE, Juntado nesta data	para para informação documento, rubricado em
folha n.º <u>153</u>	<u>1</u> / <u>15/05/97</u>



Câmara Municipal de São Paulo
São Paulo, 09 de maio de 1997.

Folha n.º	153	do proc.
N.º	830	de 95
Funcionário		

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exa. que encaminhe ao Executivo as seguintes informações, referentes ao PL 830/95:

1 - Quais os meios de que dispõe a Administração Pública Municipal, para, emergencialmente, alojar famílias desabrigadas em decorrência de enchentes, desmoronamentos, incêndios, etc.?

2 - A Defesa Civil do Município possui uma rotina operacional para enfrentar situações desta natureza? Qual é ela?

Esclareço que tais informações são necessárias ao seguro pronunciamento desta Comissão.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho, 15/05/97.


ADRIANO DIOGO
Presidente

DEFIRO
21/05/97.
PRESIDENTE

À LEG. 3

Em

21/05/97

MARIA ANTONIETA FELIX DE PAIVA
Secretária

RECEBIDO EM LEG. 3

22 / 05 / 97

16:05

Sr. Zuzi.

Oficiar ao Executivo, solicitando informações.

22-05-97

Sra. Chefe.

Providenciado, conforme determinação de V.Sa.

22-05-97

ZUZU ASSATO
Oficial Legislativo

SEGUE em, juntado 1, nesta data
documento 5 c. papel de Informação
rubricado 5 no folha 5 n.º 154/6
Em 02/06/97



Folha No 154 do proc
No 830 do 19 95
O licenciado 7

Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 23 de maio de 1997.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0310/1997

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 830/95, de autoria do Vereador Carlos Zarattini - que dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


NELO RODOLFO
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do PL nº 830/95 e do despacho da comissão solicitante de fls. 153.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Celso Roberto Pitta
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

jcss.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

MEMORANDO

São Paulo, 23 de maio de 19 97.

Folha No 155 do proc
No 830 do 19 95
O funcionário [assinatura]

Recebi ofício Leg.3 nº 310 , de
23/05/97 , solicitando ao Executivo informações referentes
ao Projeto de Lei nº 830/95 , de autoria do Ver. Carlos Za
ratini.

Anexo: cópia xerográfica do PL 830/95 e do despacho da Comissão
de Saúde, Promoção Social e Trabalho de fls. 153.

Recebi em 28-5-97

LAURA MARIA DE BEZOS NASCIMENTO
Assessora - S.G.M. - A.T.L.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n.º

156

do processo n.º

830 de 1995 02.06.97

(a)

ZUZU ASSATO
Oficial Legislativo

À Doula Comissão de
Saúde Promoção Social e Trabalho
Em, 02.06.97.

ALVARO DE CARVALHO DA SILVA
Chefe de Seção Técnica III
Substituto

Recebido na Comissão de
Saúde, Pr. Soc. e Trabalho
Em 02/06/97 h,


MARIA ANTONIETA FELIX DE PAIVA
Secretária

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado
sob folha n°
Em 18 08 97
(a) 10



Prefeitura do Município de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 21 de JULHO de 1997

Ofício A. J. L. n.º

130/97

15 - DOCREC
15-0143/1997

Folha n.º	153	do p.
N.º	836	de 95
O funcionário		

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.


CELSO PITTA
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Nello Rodolpho
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/fsc

221 07 EM LEG 3
198
19:07

Comissão de
A Deputado Comissão de
Saúde, Previdência Social e Trabalho
Em 31/07/98

MARGARETE LOPES DA SILVA
Chefe de Serviço Técnico III
Substituto



Folha n.º	158	do proc.
N.º	830	de 19 95
O funcionário	[assinatura]	

Folha n.º	158	do proc.
N.º	830	de 19 95
O funcionário	[assinatura]	

CÓPIAS DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE
LEI Nº 830/95, REFERENTES AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0762/96, REME-
TIDAS À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO A.T.L. Nº 139-
/97



folha n.º	59
N.º	830 de 95
O funcionário	10

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL
ASSESSORIA POLICIAL MILITAR

Folha de informação nº - 43 -

do processo nº 59-002.278-96*45

Em 02/06/97

(a)

OSVALDO XAVIER DOS SANTOS
Sd PM - COMDEC

INTERESSADO: Câmara Municipal de São Paulo

ASSUNTO : Informações sobre o P.L. 830/95 de autoria do Vereador
Carlos Alberto Zarattini.

SGM / A T L

Senhora Assessora:

Em resposta ao solicitado contido nas folhas 39, tenho a informar o seguinte:

a) Quesito 1:

A Defesa Civil do Município de São Paulo esta estruturada através do Decreto nº 26.188/88 e Ordem Interna nº 004/GAB/92, que cria o SIMDEC - Sistema Municipal de Defesa Civil, com atuação em 04 (quatro) áreas: Preventiva, de Socorro, Assistencial e Recuperativa.

No tocante a alojamento de vítimas temos dois tipos de operação onde participam diretamente os seguintes órgãos: Secretaria das Administrações Regionais; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social e Guarda Civil Metropolitana:

1) Operação Enchente;

2) Operação Inverno

- Operação Enchente: onde no tocante a abrigo estão listados os locais para onde podem ser encaminhados os atingidos, conforme a área e a administração Regional a qual pertencem.

- Operação Inverno: instalada para o recolhimento dos moradores de rua, sendo que a cada ano o número de estadia/dia está aumentando, bem

JJ



160 do 45
830 de 1997
O funcionário

F05-44-

OSVALDO M. DOS SANTOS
64 PM - COMDEC

como transformando os abrigos provisórios e sazonais em permanentes, dentro das possibilidades.

Para fazer frente a esta estrutura a Secretaria da Família e Bem Estar Social, dispõe de um "Depósito de Emergência" em caráter de 24 horas, onde temos estoque de colchões, cobertores e cotas alimentares.

b) Quesito 2:

A Defesa Civil do Município possui uma rotina ou um procedimento operacional padrão, que envolve desde o atendimento do telefone 199 (05 ramais), monitora o sistema de rádio-comunicação com as Administrações Regionais, coordena o sistema de previsão hidrometeorológica, aciona todo o sistema em caso de emergência através de fax, telefone ou rádio, atualmente, através da cartografia de risco (enchente/deslizamento) com 475 pontos que servem de base para nosso trabalho.

Esta acoplado também através de convênio com o Corpo de Bombeiros da Capital na denominada operação enchente.

Finalizando, segue em anexo os trabalhos citados, bem como o relatório de prestação de contas publicados no DOM nº 103 de 31/05/97.

- a) Relatório de Prestação de Contas;
- b) Operação Enchente;
- c) Operação Inverno;
- d) Trabalho de SAR (AR);
- e) Trabalho de SAR em área de risco.

São Paulo, 02 de junho de 1997

MDFigueira

MARCOS ANTONIO FIGUEIRA
Maj PM Presidente Interino da COMDEC

JJ

AO NOBRE VEREADOR
PARA RELATAR.

SALA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO
SOCIAL E TRABALHO.

Carlos Neder
03/10/98
[Signature]
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

SEGUE, Juntado aos data 03/10/98, rubricado m.b.

folha n.º 161 14/09/98 a) *[Signature]*

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CHAMOR	CONT. APART.

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL

E TRABALHO

PRESIDENTE: Senhor Vereador Nelson Guimarães Proença

MEMBROS : Senhores Vereadores

Paulo Frange

Mário Dias

Adriano Diogo

Luiz Paschoal

Carlos Neder

Jose Izar

AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada no Auditório Oscar Pedroso Horta da Câmara Municipal de São Paulo em 27 de agosto de 1998.

SOLICITANTE: Senhor Vereador Nelson Guimarães Proença

(Mmeo. nº. 82/98)

Secretaria: M^a Antonieta Felix de Paiva



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPORTE
A=L	1	Marcia	Com. Saúde	27.8.98		

O SR. PAULO FRANGE

Vamos dar abertura nos tra-

balhos da Comissão de Saúde de hoje. Temos duas audiências públicas, e vamos iniciar com a audiência pública do PL 1109, do nobre Vereador Brasil Vita, que dispõe sobre a autorização de remissão de créditos que especifica, sobre isenção de imposto municipal, sobre anistia fiscal e dá outras providências. Esse projeto autoriza a remissão dos créditos tributários, anistias e multas relativas à débitos tributários, e concede isenção do pagamento de impostos municipais a sociedades beneficentes dos Hospitais Sorocabana. Inclusive, os relativos aos imóveis de sua propriedade. A proposta é de beneficiar a instituição, que com muita dificuldade atende a uma população carente, beneficiada anteriormente pela Lei 9.503/82, que concedeu isenção de impostos municipais e foi prejudicada por uma lei posterior que revogou o primeiro.

A Comissão de Justiça deu pela legalidade, com substitutivo para retirar o artigo 6º do original, o qual estabelece que a lei entrará em vigor na data da publicação. Mas produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à sua aprovação.

Segundo o parecer da Comissão de Justiça, como o projeto atendeu o dispositivo da lei das diretrizes orçamentárias, indicando a dotação orçamentária a ser anulada para atender à renúncia da

ORDIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
4-1	2	Naydia	Com. Saude	27.8.98		

despesas previstas no projeto, o artigo 6º torna-se desnecessário. Estamos informados pela assessoria técnica que após essa audiência da Comissão de Saúde, já deve voltar para mais uma audiência na Comissão de Finanças.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores. Eu já os conheço, mas gostaria de fazer menção ao pessoal que está presente, representando o Hospital Sorocabano, a Secretaria de Finanças, o nobre Vereador Carlos Zarattini, que daqui a pouco, se Deus Quiser, ocupará uma cadeira na Legislativo do Estado; e aos demais presentes.

Eu gostaria de passar a palavra, inicialmente, ao nobre Vereador Carlos Néder para que possa se pronunciar a respeito, e em seguida aos oradores inscritos. Embora eu esteja presidindo, gostaria também de fazer uma manifestação depois.

O SR. CARLOS NÉDER - Inicialmente, meus cumprimentos a todos os presentes. Vejo que este projeto 1209/97 tem como relator o Vereador Mário Dias, que infelizmente não tem comparecido às reuniões da Comissão de Saúde. Seria muito importante um pronunciamento do Vereador na comissão, na data de hoje.



PROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	3	Marcia	Com. Saúde	27.8.98		

Procurei levantar documentação referente à sua isenção de impostos proposta no projeto do Vereador Brasil Vita, e pude constatar que já havia uma autorização anterior de isenção de impostos para a Associação Beneficente dos Hospitais Sorocabana, que era datada de julho de 1982. Na época, o prefeito era Antonio Salim Guriati. Ocorre que em 1986, o Prefeito Jânio Quadros decidiu revogar esse benefício que era concedido à citada associação. Explicitamente revogou a lei 9.503, de 05/07/1982, que concedia isenção de impostos à Associação Beneficente dos Hospitais Sorocabana. E o argumento do então Prefeito Jânio Quadros é que se tratava de um tratamento ~~de~~ discriminatório, e que havia uma grande quantidade de isenção de impostos praticada no Município de São Paulo.

Eu não sei - gostaria de perguntar ao relator desse projeto, do Vereador Brasil Vita, se existem outros hospitais na mesma situação do Hospital Sorocabana, que neste momento se beneficiam ou gostariam de ser beneficiados por uma isenção de impostos.

Em segundo lugar, na medida em que nós temos pessoas presentes do conselho do Hospital Sorocabana, eu gostaria de ser informado, mais precisamente, de qual é o estatuto jurídico do hospital nesse momento, a sua relação com a Secretaria de Estado da Saúde, com o



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	LABORATOR	CONT. APORTE
A-1	4	Marcelo	Com. Saúde	27.8.98		

Governo do Estado, e a participação de entidades da sociedade civil na gerência desse hospital. É importante levantar essas considerações porque deverei pautar o meu voto, minha decisão nesta comissão, na medida em que esteja convencido de que não se trata de uma abordagem diferenciada para esse hospital, se outros estão na mesma situação, ou numa situação similar. Muito obrigado.

O SR. PAULO FRANGE - Vou passar a palavra ao nosso amigo pessoal, Floriano Peixoto, para que possa fazer uso do microfone e expor a situação. Enquanto ele se dirige ao microfone, eu gostaria de fazer um comentário, porque vivo, convivi e estive dentro desse hospital durante um bom período, participando e utilizando os serviços: a zona oeste de São Paulo tem única e exclusivamente o Hospital Sorocabana como referência para atendimento das pessoas carentes, porque naquela região temos o Hospital São Camilo, que não atende mais o Sistema Único de Saúde; temos o Metropolitano, que não atende mais o Sistema Único de Saúde; o Hospital Geral da Lapa, que foi um grande hospital de atendimento de urgência da região, e hoje é um pátio de estacionamento. E a duras penas, e talvez por um trabalho heróico do Floriano, esse hospital ainda está aberto, e a história dele ligada à rede ferroviária, realmen



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
1-1	5	Jardim	Com. Saúde	27.6.98		

to é uma coisa interessante.

Fu me permiti fazer esse comentário, até porque son-
vidade que fui há alguns anos, nós fizemos um diagnóstico completo do
hospital mostrando a situação em que se encontrava, justamente por-
queles que se elitizaram para atender os convênios e os particulares
deixaram o Sorocabana com a bomba na mão. Depois do Sorocabana, nós va-
mos encontrar um hospital lá na ponta da zona oeste, que é o Hospital
Jardim Estela; que, por um projeto de lei nosso, passa a se chamar agora
Hospital Professor Mário Deni, em homenagem ao grande médico da zona oes-
te que por mais de quarenta anos trabalhou na região.

Agora isso, nós não temos absolutamente mais nada
na região, que hoje só tem uma saída: ir ao HC, para também não ser aten-
dida.

O SR. FLORIANO PEIXOTO - Sr. Presidente, Srs. Ve-
readores, realmente V.Exa. expôs com brilhantismo porque conheceu e vi-
veu, nos orientou no começo, naquela fase difícil que atravessávamos no
Hospital Sorocabana. Quando chegamos ao Hospital, há quatro anos, só pa-
ra ter uma idéia, o hospital devia para fornecedores 850 mil reais. De-
via para a White Martins 290 mil reais. Devia para construtoras, etc.



PRODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DEPUTADO
1-2	2	Marcelo	Com. Saúde	27.8.98		

Assim a coisa foi crescendo, mas fomos para lá, com a ajuda de Deus, e com a firmeza de que iríamos colocar aquela casa em ordem, porque fomos para lá, estamos lá, sem nenhum real recebendo - a diretoria, nem ninguém lá dentro. Então, o Dr. Paulo Frange acompanhou nossos primeiros passos lá dentro. Nós pensamos: qual é o primeiro caminho para o hospital se reencontrar? Vamos primeiro pagar a dívida de fornecedores, porque não tinha remédio, não tinha alimentação, não tinha coberta para nenhum paciente. O senhor conheceu e viveu conosco esse problema. Então começamos assim. O bairro é um bairro que realmente quer bem ao hospital e conhece o seu problema. Começamos com shows no Olimpia. Fizemos vários shows em benefício do Nossa Casa, para tentar pôr a casa em ordem. Fizemos pedágio na rua, fizemos bingo na igreja, fizemos tudo o que foi possível para a casa entrar nos eixos.

Então, V.Exa. que perguntou sobre a Secretaria da Saúde, o Secretário da Saúde, tanto o do Município como o do Estado, têm-nos visitado muito e muito. Porque é o único hospital que atende pobres em São Paulo, daquela região. Para terem uma idéia, qualquer dia da semana, se chegar lá em uma segunda-feira, tem mais de duas mil pessoas para atender. Pode ir a qualquer hora. Se chegar lá hoje, agora, tem três ou quatro ambulâncias do PAS lá. E se o senhor quiser



PROZÓ	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPART
4-2	3	Marcia	Com. Saúde	27.8.98		

a Prefeitura nos dá, não dá um real.

Fora esses problemas que nós encontramos na casa, qual foi então a primeira solução? O Hospital das Clínicas estava com um problema seriíssimo, não tinha onde pôr doentes, o corredor superlotado. Eu me dirigi ao Secretário da Saúde e falei com o Dr. José da Silva Guedes: "V.Exa. quer resolver esse problema dos doentes, do Hospital das Clínicas, dos corredores? É só entregar nas nossas mãos, que nós recebemos e operamos essa gente, ou o que for possível, dentro do Sorocabana." "Mas como?" "É só o senhor reformar um pavilhão nosso. O senhor reformando, porque o taco é podre, a casa é podre, a parede é podre, e tudo é podre. Nós temos que reformar para receber pobre decentemente em nossa casa, com respeito".

O Sr. Secretário, então, foi nos visitar. E nos deu verba para essa situação. O mesmo aconteceu com o Sr. Secretário Municipal da Saúde, Dr. Richter, que foi também nos visitar e nos deu verba para o pronto-socorro naquela situação difícil que atravessávamos.

Fomos, então, atravessando os obstáculos. E o povo realmente não acreditava mais no Sorocabana. Hoje, V.Exa. terá oportunidade de visitar, verá que o povo voltou a acreditar no Hospital Sorocabana, porque ele é atendido gratuitamente. Todos lá são atendidos;



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	DEPARTAMENTO
A-2	4	Barcelo	Com. Saude	27.8.98		

noventa e nove virgula nove por cento são atendidos gratuitamente dentro de hospital. Como é que nós conseguimos isso? Hoje o hospital tem tomografia, tem mamografia, tem raios-X, tem tudo. Nós recorremos a instituições particulares e terceirizamos, dentro do SUS. Então passamos a pagar crédito da Secretaria da Saúde do Estado; recebemos verba extra para reformar o hospital. E hoje a nossa casa, de cima até embaixo, é uma casa que recebe todos aqueles que não têm onde cair, que não têm um paro nenhum, e ninguém volta do hospital sem ser atendido. Ninguém. E realmente nós estamos crescendo. Mas as dificuldades; se o senhor perguntar, a dívida com a Prefeitura é enorme. Se o senhor perguntar como é que nós chegamos nesta situação hoje, só Deus sabe como nós passamos dificuldades.

Eu não exagero. Hospital filantrópico, V.Exa. perguntou. Tudo legalizado. Mas não era. Então eu fui com o Sr. (?) que é o presidente, nós fomos várias vezes a Brasília para legalizar junto ao Ministério. Mas o hospital não tem condições de pagar nossa viagem a Brasília. Sem demagogia nenhuma. Eu falei para o presidente: "Vamos fazer uma coisa. O senhor paga a passagem, eu pago a estadia, e vamos atrás disso". E fizemos isso várias vezes, e conseguimos realmente legalizar, no Município, no Estado, e no Governo Federal a situação do hos-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. N.º
1-2	3	Marcia	Com. de Saúde	27.8.98		

pital.

Então começamos a colocar a casa em ordem. O serviço de bombeiro, também, o hospital não podia, porque o bombeiro podia fechar o hospital na hora que quisesse, porque não tinha condições. Não tinha porta contra incêndio, não tinha nada. Legalizamos tudo. Então, hoje é um hospital respeitado. Mas o hospital luta com dificuldades. O problema hoje é que medicamentos são caros. A parte de, se o senhor chegar lá no hospital e dizer: "Este hospital é um luxo", como é que é um luxo? É um luxo sim. ~~Exigiamos muito, para o hospital,~~ Cada médico que recebe pelo SUS pagou o Paviflex na sua frente. Ele pagou o azulejo do sanitário. ~~Porque~~ Porque nós não tínhamos de onde tirar. E não podíamos continuar naquela situação. É fácil falar: "Com dinheiro qualquer um faz tudo" o problema é fazer sem ter como receber dinheiro.

Então, começamos a bolar idéias para que o hospital chegasse onde chegou. O Dr. Paulo Frange que conheceu, quem sofreu com a gente, que conhece realmente o problema da Lapa, com o que ele disse não precisava que eu falasse mais. Mas viveu o nosso drama e o conhece. Mas se V.Exa. for hoje ao hospital, não o ~~mesmo~~ reconhece. A entrada nós modificamos. Entrava quem quisesse lá. Sumia raio-X, sumia tudo. Eu, com minha experiência ~~vi~~ vivida no passado - sou Diretor Geral da Peniten-

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A-3	1.	Marcia	Com. de Saúde	27.8.98		

ciária do Estado -, eu disse: a primeira coisa é estabelecer segurança nesta casa. Porque roubavam raio-X, relógio da parede, telefone, tudo. Hoje ninguém entra no hospital sem ser identificado. Nós começamos a colocar ordem na casa, Excelência. E hoje, realmente é um hospital que o senhor vai sentir. O Dr. Paulo Frange, que esteve lá, que conheceu o problema na hora da miséria, se falou: "Como está funcionando a cozinha?" Kamil nós dá arroz, União nos dá o açúcar, O óleo, os funcionários da antiga Fepasa, todos fornecem o óleo. Então o hospital tem alimentação. O Sacolão dá duas peruas por semana de alimentação. Então tem tudo do melhor, mas tudo quase de graça.

É esse o nosso hospital. É essa relação. Realmente nós precisamos disso para continuar sobrevivendo. Agora, nós só lutamos para aqueles mais necessitados. Se o senhor fosse lá e conhecesse que ainda - é uma das últimas coisas, se Deus quiser - a instalação sanitária nem nessas piores favelas, nem nesses piores lugares tem uma instalação sanitária como tem ainda lá hoje, para atender duas mil pessoas em duas casinhas sanitárias, que a gente fala. Mas graças a Deus, com a cooperação da população da Lapa, nós vamos entregar uma instalação sanitária à altura para a população, que qualquer pessoa, nós possamos frequentar.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PART.
A-3	2	Marcia	Com. Saúde	27.6.98		

É uma equipe, uma equipe de homens de bem, honestos e honrados, que realmente encararam esse problema e estão lutando para que o Hospital Sorocabano não feche suas portas.

Agradeço as palavras de V.Eza. e peço a compreensão que for possível vá nos visitar antes de fazer esse estudo. Dará um conhecimento mais profundo para V.Eza. ver realmente como é o hospital. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PAULO FRANGE - Tem mais alguém inscrito, que gostaria de se manifestar?

O SR. CARDOS NÉDER - Em primeiro lugar, eu gostaria de informar V.Sa. que eu exerci o cargo de Secretário da Saúde em São Paulo de 1990 até 1992, e no ano de 1992 eu participei de uma visita ao hospital para conhecer suas instalações, e na ocasião fiquei bastante preocupado com a precariedade de funcionamento do hospital, e ao mesmo tempo com a sobrecarga que pude constatar no local.

Em segundo lugar, o Partido dos Trabalhadores usualmente não é favorável à política de isenção fiscal. Nós relutamos muito em aceitar a idéia da isenção fiscal. Só concordamos com essa isenção



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OPORTUNIDADE	CONT. PARTE
1-3	3	Marcia	Ord. Saúde	27.6.98		

quando ela é muito bem fundamentada, e de tal forma que não haja um tratamento discriminatório, porque se nós chegamos à conclusão de que outros hospitais similares ao Sorocabana também têm igual necessidade - daí porque eu pedi o estatuto jurídico do hospital para saber qual tem sido a relação do hospital com a Secretaria de Estado da Saúde -, aí nós ficamos em um dilema: ou pleiteamos a isenção para outros hospitais também, ou então não concordamos para nenhum, porque temos e vários hospitais em situação semelhante, embora não necessariamente pleiteando essa isenção fiscal.

Nesse sentido, estou sendo muito transparente, muito honesto com os senhores. Acho importante a idéia de renovarmos a visita ao hospital. Mas de qualquer forma, vou entrar em contato com o Secretário José da Silva Guedes porque quero saber da Secretaria que atitudes tem tomado no sentido de garantir o custeio do hospital. O senhor mencionou aqui, se não entendi erradamente, que cerca de 90% ou quase a totalidade dos recursos, são provenientes do Sistema Único do Saúde. Deve ter um aporte de recursos privados ou de convênios, não sei. Ou se cem por cento... (MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE) Exata. Mas ela corresponde a quanto por cento da receita do hospital hoje? (MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE).



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	TRABALHO	CONT. APARTE
A-3	4	Marcia	Com. de Saúde	27.8.98		

Eu levantei alguns pontos que eu gostaria de ver esclarecidos. Um é a situação jurídica; vou analisar o documento que me foi entregue. Segundo: se existem situações similares em hospitais pleiteando a mesma isenção fiscal. Terceiro: vou entrar em contato com a Secretaria de Estado da Saúde para saber qual tem sido a participação dela na manutenção, no custeio do hospital. Quarto: o senhor nos informou das dívidas, que são bastante volumosas, que vêm se acumulando de 1986 para cá, e que também a diretoria não é remunerada no hospital. Não é isso? Sete: que a Prefeitura não tem feito nenhum repasse, a não ser uma ajuda feita pelo então secretário Paulo Richter, para uma reforma localizada dentro do hospital. E oitavo: seria importante nós termos a planilha de custos do hospital hoje. Não só sabermos a receita, mas no que, basicamente, o hospital tem gasto, se é que ele pode gastar numa situação quase pré-falimentar, em que pese todo o esforço que me parece, com honestidade, os senhores vêm fazendo para manter o hospital funcionando.

Nesses termos, é que pretendo orientar meu voto futuramente. Muito obrigado.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
A-1	57	Maria	Com. de Saude	27.8.92		

1-4 1

O SR. PAULO FRANGE - Solicita a criação de uma

mais um comentário. Quando nós fizemos essa análise técnica do Hosp. Soroceabana, uma equipe nossa permaneceu no hospital por oito dias, e eu sou Professor de Administração Hospitalar, e tecnicamente, a orientação na época era: fecha e pronto. Não tinha outra saída, se não fosse pela figura de Floriano aqui presente, que ele não quis destacar o seu currículo, e a seriedade como assumiu, e nós nunca imaginaríamos que chegaria onde chegou. Eu tenho passado pelo hospital, já fui visitar alguns pacientes recentemente, à noite, e realmente houve uma mudança muito grande em tudo. Mas nós, na época, pela Sociedade Beneficente São Camilo, a orientação, e nós fizemos muitas dessas pelo interior do Brasil, era fechar e cair fora antes que caia o hospital. O hospital, Vereador Carlos Néder, a V.Exa. visitou-o em 1992; eu estive lá e a situação era realmente caótica. Afora as ações trabalhistas e todas as confusões que envolviam a administração.

Tendo em vista que ele cumpre todas os requisitos da filantropia, e eu sei que o senhor não tem remuneração, a direção não tem, e está dentro dos requisitos, hoje, para ter o Certificado de Filantropia. Mas vamos também movimentar nosso voto nesse sentido. Vamos também fazer uma visita ao hospital, esclarecendo às pessoas que



RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CORADOR	CONT. APART. P.
1-4	2	Marcia	Com. de Saúde	27.8.98		

hoje, a execução do Hospital Sorocabano, na zona oeste; a execução do Santa Marcelina, na zona leste, e a execução do Amparo Maternal, em Ouratão, nós não temos três heróis ainda em pé. E me preocupam, Vereador Carlos Néder, Vereador Roberto Rojão, que chegou agora, Vereador do PSDB, é que os senhores estão também atendendo os pacientes que vêm do PAS - eu tenho certeza disso, eu passo pela porta, é corrinho da minha casa e vejo as ambulâncias estacionadas lá. Até porque o hospital tem uma localização privilegiadíssima, é um corredor de todas as pessoas que saem de Taipas, Perus, Pirituba, que têm de cruzar a ponte e sair saem na porta dele; quem vem da Brasilândia, 300 mil habitantes, sem leito, terminam naturalmente dentro do vosso hospital. E o pessoal que deixou de ter assistência médica gratuita na região da Pompéia, Perdizes e Sumaré também recorrem ao Sorocabano. Nós sabemos, inclusive, das dificuldades das equipes médicas desse hospital, que hoje têm trabalhado de uma maneira heróica dentro do hospital.

Para terminar, eu gostaria de parabenizar o Sr. Floriano, pela forma como conseguiu reescalonar essas dívidas, que fiquei sabendo junto à White Martins, com cuja presidência temos um relacionamento e conhecemos um pouco da matéria.-Vamos tentar, dentro do possível, ajudar, e, dentro do critério técnico ~~em~~ que o Vereador Carlos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
1-4	3	Maroia	Com. de Saúde	27.8.98		

Nóder colocou, nós teríamos que também buscar uma abrangência para outros serviços que também prestam esse tipo de atendimento em São Paulo.

O SR. FLORIANO PEIXOTO - Quisro também dizer que a própria Câmara Municipal, sem nós conhecermos o vereador, fez um voto de louvor pela atendimento indiscriminado aos pacientes dentro do Hos-

pital Sorocabana. A Câmara Municipal, sob a presidência do Vereador Nelo Rodolfo, mandou um voto de louvor por Marco Antonio

~~Secretário de Saúde~~
Chefe de Seção Técnica: "Reconhecimento pelos excelentes trabalhos prestados à população pelo Hospital Sorocabana". Eu havia esquecido de mencionar, também, que a dificuldade de São Paulo são os aidéticos. Não têm onde cair. É por lei obrigatório receber aidéticos, ter leitos especiais para eles. Nós fizemos um pavilhão para aidéticos. Não recebemos nada disso. Temos leitos de aidéticos, os senhores vão conhecer lá, um pavilhão especial só para Aids. Gasta-se muito também com isso, mas é gente que precisa mais do que ninguém desse atendimento. Então, a gente tem procurado, dentro do possível e do impossível, também atender a essa população carente de aidéticos de São Paulo. Tem um pavilhão para eles, com todos os requisitos modernos.

10

PROZÓIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTEPANTE
1-4	4	Marcia	Com. Saúde	27.8.98		

O SR. PAULO PRANGE - Muito bem, não havendo mais inscritos nós vamos dar por encerrada, solicitando à Comissão de Finanças, se possível, o Hospital Sorocabana trouxesse também, ou pudesse encaminhar para a Comissão de Saúde, mais dados para que a gente pudesse acompanhar a situação real, financeira do hospital. E se possível, também, colocando as dívidas trabalhistas, uma projeção que sei que existe, para que possamos levar isso também no contexto dessa dívida toda. Embora não seja da Prefeitura, mas faz parte de uma dívida real. Para que a gente possa discutir isso na próxima comissão, a Comissão de Finanças.

O segundo projeto da comissão, que está em audiência pública, é do nobre Vereador Carlos Zarattini, aqui presente, que dispõe sobre atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população. Estabelece o projeto que nas situações de desmoronamento, enchentes ou grave risco, a Prefeitura fica obrigada a garantir para as famílias afetadas deslocamento para abrigos especiais que deverão contar com padrão mínimo de qualidade, ou seja, um espaço mínimo de 25 metros quadrados para cada família, instalação de refeitório em local apropriado para crianças, banheiros em número não inferior a um para cada cinco famílias, Essa propositura está

AT



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. PARTE
1-4	5	Marcia	Com. de Saúde	27.8.98	

estabelece ainda que os abrigos deverão atender aos moradores da mesma região que compunha antes da remoção, de forma a assegurar o fácil acesso aos seus locais de trabalho e de ensino. Finalmente, dispõe que não havendo locais suficientes para esse atendimento, poderão ser designadas escolas ou centros esportivos para pelo prazo máximo de 15 dias, sendo renovado exclusivamente após aprovação da Câmara Municipal.

Na Comissão de Constituição e Justiça, parecer pela inconstitucionalidade e ilegalidade, que foi rejeitado em plenário. No âmbito da Comissão de Política Urbana e de Meio Ambiente, foram realizadas duas audiências públicas, e recebidas informações solicitadas ao Executivo. Foram levantadas as seguintes questões:

O Poder Público não tem política pública de atendimentos emergenciais. O projeto de lei em tela é um primeiro passo para suprir essa ausência. E as escolas não devem ser utilizadas como abrigos provisórios, pois a interrupção das atividades escolares causa danos aos processos(~~_____~~)

1

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABORADOR	CONT. APARTES
A-5	1	Denise	Saúde	27.8.98		

...de aprendizagem e porque os alunos ficam abandonados nas ruas sem atividades. A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente foi contrária à aprovação do projeto, considerando as informações acima. A Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho solicitou informações sobre o projeto ao Executivo. A Assessoria Policial Militar da Secretaria do Governo Municipal respondeu que a Defesa Civil do Município atua em 4 áreas; a preventiva, a de socorro, a assistencial e a em cooperativa. O alojamento de vítimas torna-se necessário em decorrência de enchentes e por ocasião da operação inverno. Nessas duas tipos de operações participam as Secretarias de Administrações Regionais, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social e a Guarda Civil Metropolitana. Para os atendimentos dos casos acima, a Defesa Civil do município ~~mta~~ opera o atendimento pelo ~~te~~ telefone 199, monitora o sistema de rádio comunicação com as administrações regionais, coordena o sistema de previsão hidrometeorológica, aciona todo o sistema através de fax, telefone e rádio e cartografia de risco. Anexo às informações prestadas foi encaminhado relatório para o período de setembro de 1994 a março de 1995, contendo toda a legislação pertinente às áreas de risco do município: relação dos locais de abrigo, informações básicas veiculadas à população sobre como proceder em situa-



RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	RELATOR	CONT. PARTE
A5	2.	Denise	Saúde	27.8.98	Paulo França	

ções de emergência.

Gostaria de passar inicialmente a palavra ao nobre Vereador Carlos Neder para que se manifeste antes do vereador que apresentou este projeto.

O SR. CARLOS NEDER - Na condição de relator deste projeto

julgo importante a presença do Vereador Carlos Zarattini, suplente do

Adriano Diogo

Vereador ~~Marcelo Xavier de Moraes~~, que apresentou o projeto quando

em exercício. Lembro que foram realizadas duas audiências públicas

na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Em

ambas audiências públicas ficou claramente estabelecido que o projeto

é importante, necessário, atende às necessidades do município, in-

clusive, com uma manifestação do Conselho Municipal de Defesa da Cri-

ança e do Adolescente favoravelmente ao projeto, apenas com uma res-

trição ao artigo 4º, que diz o seguinte: não havendo locais suficien-

tes para esse atendimento, poderão ser designadas escolas ou ~~outras~~

centros esportivos pelo prazo máximo de 15 dias, sendo renovado ~~este~~

exclusivamente após a aprovação da Câmara Municipal. Nesse caso, em

particular o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente propôs

a retirada desse artigo por entender que mesmo com essas restrições



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

PROZÓ	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTADOR
A5	3	Danise	Saúde	27.8.98	Carlos Zarattini	

as escolas e os centros esportivos não deveriam ser utilizados, ali que para abrigar provisoriamente a esse pessoal nessas condições previstas.

Por outro lado, a Vereadora Aldaiza Spornati também se manifestou nas audiências em relação aos critérios estabelecidos no artigo 1º, entendendo que talvez o espaço mínimo de 25 metros quadrados para cada família, bem como as instalações previstas aqui de banheiros sobretudo, fossem ainda insuficientes dada a necessidade que teríamos para um abrigo que possibilitasse condições mais adequadas de acolhimento desse pessoal no período em que estariam nessas condições. ~~Portanto~~

Portanto, em linhas gerais é um projeto bom, necessário.

Deve, ao nosso ver, ser aprovado pela Câmara Municipal, mas é importante que tenhamos aqui a presença do autor, tanto para se posicionarem em relação à questão do espaço que está sendo proposto e destinado, bem como ao uso que prevê provisoriamente e precariamente das escolas e centros esportivos até que haja uma ~~real~~ solução definitiva.

O SR. PAULO FRANGE - Gostaria de convidar o Vereador

Carlos Zarattini para que se pronuncie. Está presente o nobre Vereador



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	PARTE
15	4	Denise	Saúde	27.8.98	Paulo Freixo	

Adriano Diogo.

O SR. CARLOS ZARATTENI - Boa-tarde a todos, gostaria de agradecer o convite para estar presente a esta audiência pública. Quero colocar o seguinte: esse projeto nasceu da problemática que temos observado e de casos concretos em relação à questão de abrigos para situações de emergências. Nesse ponto ~~xxxxxxxxxxxx~~ esse projeto se diferencia daquela questão citada, que era a Operação Inverno. Nessa operação existe uma outra característica, trata-se de moradores de rua principalmente. No projeto, estamos tratando de abrigos para situações de emergências.

~~xi~~ Pude acompanhar alguns casos em que houve interrupção das aulas nas escolas Neide Aparecida Solito, no Jardim das Palmas; na escola Conde Francisco Matarazzo, no Jardim D'Abril, por quase 6 meses; na EMEI no Rio Pequeno, por 3 meses e agora recentemente na EMEI Carlos Laerte, no Parque Arariba, onde se interrompeu por 15 dias, porque tivemos uma grande mobilização em cima disso para que a Prefeitura providenciasse algum tipo de abrigo para que as aulas não fossem interrompidas.

É importante dizer também que isso cria não somente um prob

25

ROLZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONTAPART
V6	5	Daniel	Saude	27.8.98	Carlos Zarattini	

blemas nos alunos e pais, mas também as famílias desabrigadas. Nessas condições não há qualquer possibilidade de situação mínima de conforto, higiene, e um ambiente de total promiscuidade. É uma vergonha que a cidade de São Paulo, a mais rica da América Latina tenha de viver numa situação que vemos nos abrigos. Há casos de incêndios em favelas, onde as pessoas foram removidas para contêineres, que também se incendiaram, ocorrendo a morte de pessoas, crianças e adultos. Foi no final do Governo Paulo Maluf. Esse caso foi pouco discutido na ocasião. Precisa ser registrado que não foi tomada nenhuma providência efetiva em relação a essa questão.

Portanto, este projeto tenta colocar a obrigação da Prefeitura de criar esse tipo de abrigo. Na maioria das vezes, exceto em incêndios, na questão das enchentes e desmoronamentos são casos absolutamente previsíveis. Já se sabe onde são as áreas de risco.

Já se sabe.....V6

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A6	1	Dénise	Saúde	27.8.98	Carlou Ventini	

Já se sabe onde pode ocorrer esse tipo de evento e a Prefeitura não toma absolutamente nenhuma providência no sentido de evitar a sua ocorrência, não removem as pessoas que estão morando nessas áreas, como também não se prepara para abrigar eventuais acontecimentos desse tipo.

Então, o projeto tem esse objetivo de tentar criar uma legislação que obrigue a Prefeitura, o Poder Executivo a providenciar os abrigos.

Em relação à questão das condições desses abrigos, gostaria de ~~per~~ dizer que não há problema nenhum da nossa parte. Se for avaliado que deva ser feito outro tipo de padrão, inclusive, do nosso ponto de vista deve ser daí para melhor, para mais conforto e espaço, acredito que não haja problema algum em se mudar.

quanto à questão que colocamos ao artigo 4º, que não havendo locais suficientes para esse atendimento, poderão ser designadas escolas ou centros esportivos pelo prazo máximo de 15 dias: quer dizer estamos colocando que na eventualidade dos abrigos serem insuficientes criaria-se essa possibilidade pelo prazo máximo de 15 dias, podendo ser renovado unicamente com autorização da Câmara, o que evidentemente exigiria uma mobilização da Prefeitura, do Executivo para aprovar qualquer tipo de extensão desse prazo.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	BESSAO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
46	2	Denise	Saúde	27.8.98	Carlos Zarattini	

Acho que temos de deixar, de alguma forma, algum tipo de brecha para que isso ocorra. Evidentemente, somos totalmente contrário a que isso ocorra. Mas havendo uma calamidade muito grande, que não possa se abrigar o conjunto das pessoas e desabrigadas, nesse caso, excepcionalmente, criaria-se essa possibilidade. Mas acho que cabe ao relator e à comissão avaliar isso. Não há problema algum em modificar isso.

Acho fundamental que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível, porque a partir de janeiro vamos ter situações de chuvas torrenciais na cidade de São Paulo, com enchentes, desabamentos e mais uma vez, vamos ver famílias, crianças desabrigadas. E de novo estarão abrigadas em escolas municipais. Então, é fundamental que se aprove esse projeto agora e crie-se a exigência que a Prefeitura tome providências ainda este ano para que não voltem a se repetir esses fatos.

O SR. PAULO FRANGE - Algum inscrito gostaria de falar? Tem a palavra a Sra. Adelina.

A SRA. ADELINA - Sou assessora da Vereadora Aldaiza Sposati. Gostaríamos de cumprimentar o Vereador Carlos Zarattini pela proposta desse projeto, que é realmente muito interessante. Nós também batalha-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORAÇÃO	CONT. APART.
AV6	3	Denise	Saúde	27.8.98	Adelina	

mos por essa questão na cidade, acompanhamos vários exemplos. Inclusive uma das escolas que citou no Paraná, no ano passado, estiveram muito entusiasmados porque a escola ficou 6 meses fechada, devido a um desmoronamento de uma área de risco na favela. Atende-se um grupo que necessita desse atendimento e deixa um enorme grupo de crianças e adolescentes sem o atendimento. Era uma escola de educação infantil, crianças pequenas que necessitam de muitos cuidados, e também havia a família que ficou totalmente desamparada porque os pais saem para trabalhar e não têm onde deixar os filhos.

Então, proporíamos, realmente a retirada do artigo 4º, porque usualmente, não havendo outro recurso, é claro que numa calamidade pública poderia ser utilizada. Vimos, ontem, pela televisão que nos Estados Unidos devido ao furacão, abrigasse onde é possível. Mas como essas coisas são previsíveis na cidade de São Paulo, tem sido usual, consideramos que esses abrigos de emergências devam ser criados em pontos estratégicos da cidade, nas periferias, talvez um em cada região da cidade. Seria realmente muito bom que fossem colocados próximos das áreas onde essas famílias moram para que não haja um grande deslocamento.

E também proporíamos que ~~também~~ a questão dos banheiros fossem modificadas, com um banheiro para cada duas famílias, porque em

26

PROZÓIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CHAMADA	CONTAPART
N6	4	Denise	Saúde	27.8.96	Adriano	

goral são famílias numerosas com 5 ou 6 pessoas. Se formos pensar um banheiro para cada 5 famílias, são 30 a 35 pessoas utilizando um banheiro, que já em 6 um banheiro precário. Imaginem a fila de manhã;

Como o Vereador quer garantir condições de higiene, deveria haver uma diminuição do número de famílias que utilizariam um banheiro, haveria a colocação de mais banheiros.

Acho que dessa forma ficaria um projeto muito bom, que poderia ser aprovado imediatamente. Faremos força para que ele seja cumprido na cidade.

O SR. PAULO FRANGE - tem a palavra o nobre Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - Acho o projeto extremamente interessante. Só gostaria de fazer uma sugestão ao Vereador Carlos Zarattini. A Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho poderia fazer um adendo, um acréscimo ao substitutivo? É o seguinte: todos os projetos de lei apresentados geralmente não tem a contrapartida que o Poder Público tem de dar caso não obedeça. Por exemplo: hoje na cidade de São Paulo temos abrigos provisórios que já duram de 5 a 6 anos. São verdadeiros

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
76	5	Denise	Saúde	27.8.98	Adriano Biogo	

campos de concentração. E o Poder Público não se julga responsável. Outro dia fui ver um abrigo na área de um bairro da zona leste. Era um abrigo para 200 famílias. Hoje, já moram lá 400 famílias. Tem 6 anos o abrigo. Fui falar com o ex pessoal da Secretaria da Família e Bem-estar Social, mas não se julgam responsáveis. A Secretaria das Administrações Regionais também não é a responsável. Ninguém é responsável. E aquele povo está lá, na hora que houver um incêndio será o pior de que em Itaquera. É evidente que não podemos imaginar uma tragédia tão grande.

Então, acho que deveria ter um parágrafo que falasse que o não cumprimento desta lei, se vier a ser aprovada, o administrador público da área responsável terá de ficar submetido à penalidade ou dentro do Código Civil ou Criminal. Seria um crime de responsabilidade pela destinação, pelo abrigo.

Certa vez.... V7



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COMISSARIO
47	1.	Denise	Saúde	27.8.98	Adriano D. S.	

Certa vez, fui fazer uma remoção de uma favela no Jaguaré que desmoronou. A Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social era a Maria Terezinha Godinho que arrumou um abrigo numa fábrica da Eucatex, abandonada do outro lado do rio. Ficamos um ano e meio com aquele abrigo. Eu era o responsável por manter o abrigo funcionando. Não precisa dizer as condições da população, durante um ano e meio, como se estivessem dentro de uma caixa de sapatos. Era até um abrigo com essas características, era planejado, com banheiros, totalmente coberto e tal. Virou um verdadeiro campo de concentração.

Essa medida é ótima desde que o Poder Público seja responsabilizado pelo não cumprimento do andamento do processo e pelo reassentamento das famílias.

Só para se ter uma idéia: existe um dinheiro enorme na cidade de São Paulo, do Geprocav destinado às famílias que moram nessas áreas de risco. Pois bem, o dinheiro não está sendo utilizado, as famílias continuam nas áreas de risco. O Poder Público tem de ser responsabilizado por tal crime.

O SR. PAULO FRANGE - Alguém mais quer se pronunciar?

Tem a palavra o Vereador Carlos Zarattini



ROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	RELATOR	PROL. APARTE
AV7	2	Denise	Saúde	27.8.98		

OXSR. CARLOS ZARATTINI - Apenas para colocar ao Vereador Adriano Diogo. O projeto coloca duas questões de prazos. Uma referente ao ao artigo 3º sobre o atendimento, que tem caráter provisório, não excedendo o prazo de 90 dias. E no artigo 5º; no caso de inobservância dos prazos estabelecidos nesta lei, a autoridade responsável incidirá ~~em~~ a infração política-administrativa, sob pena de perda do mandato.

O SR. ADRIANO DIOGO - Não está reproduzido no meu resumo.

Achei, o artigo 5º.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Acho que a sua proposta deveria ter uma alteração que colocasse o seguinte: seria uma sugestão, baseada no que foi colocado. A partir desse prazo a Prefeitura deveria ficar responsável ~~em~~ pelo reassentamento dessas famílias. ^{Se} ~~caso~~ se isso não for feito no prazo de 90 dias, deveria ser classificado como infração político-administrativa. O projeto da forma como está escrito não garante o reassentamento. Acho que foi colocado um aspecto importante e deveria ser feita a alteração através de um substitutivo.

O SR. PAULO FRANGE - Vereador Adriano Diogo, acho que po-

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INT. APARTE
N7	3.	Denise	Saída	27.8.98	Paulo Pranga	

deríamos colocar o substitutivo deixando bem claro a punição para a autoridade local inicialmente, e em seguida para o Executivo. Muitas vezes o Executivo desconhece a situação do momento, o administrador regional pode não estar atuando. Teremos de dividir essa responsabilidade.

O SR. ADRIANO DIOGO - Seria dividido entre a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social e a Secretaria Municipal das Administrações Regionais.

O SR. CARLOS ZARATTINI - acredito que deveria ser nominados os responsáveis. Hoje em dia, como no Parque Arariba, não havia um responsável. O ~~administrador~~ administrador dizia que era só responsabilidade dele retirar as pessoas das áreas de risco, a Secretaria Municipal de Educação disse que não tinha nada a ver com aquilo, a Promoção Social também falou que não era problema dela e a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano muito menos. Foi uma briga enorme. Tivemos de fazer passeatas e manifestações para resolvermos o problema. É necessário que os responsáveis sejam nominados e devem ser punidos, caso não seja resolvido o problema.



PROZÓIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
47	4	Denise	Saúde	27.8.98		

O SR. ADRIANO DIOGO - Achei que deveriam ser 4. Primeiro, a Secretaria Municipal de Vias Públicas, devido à microdrenagem e microdrenagem com as enchentes. Segundo, a Secretaria Municipal das Administrações Regionais. Terceiro, a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social. Quarto, a Secretaria Municipal da Saúde. Estes seriam os responsáveis.

- Fala fora do microfone.

O SR. ADRIANO DIOGO - Então, serão 5 secretarias. A Secretaria Municipal da Habitação também.

O SR. PAULO FRANGE - Se não vira a história da Ponte dos Remédios. Todos constroem pontes e viadutos, mas quando ameaça cair ninguém é o responsável.

O SR. ADRIANO DIOGO - Estamos falando de saúde porque a saúde na cidade de São Paulo é entendida como doença. A Secretaria Municipal de Saúde não tem nada a ver com o não procedimento padrão. Nunca se vai conseguir mudar o conceito de saúde da cidade, se não agir de fora.



PROZÓIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
K7	5	Denise	Saúde	27.8.98	Adriano D'Algo	

ma mais preventiva e abrangente.

O SR. PAULO FRANGE - Não havendo mais nenhuma manifestação, gostaria de parabenizar o Vereador Carlos Zarattini pelo excelente trabalho, um projeto de alcance social e conta com o nosso apoio para a aprovação, com certeza.

Aproveitando que ainda temos alguns minutos, gostaria de dar prosseguimento e distribuir dois processos.

O SR. ADRIANO DIOGO - Poderemos encarregar a secretaria da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho para redigir o substitutivo. É possível?

O SR. PAULO FRANGE - O Vereador Carlos Neder foi designado o relator, gostaria de coordenar esse trabalho em colaboração da assessoria da comissão.

O SR. PAULO FRANGE - Antes de apresentar os projetos, gostaria de saber que destino teve as solicitações da reunião anterior. Sobre a Cooperpas V.

TAQUIGRAFIA



PROZÓIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	INTERPRETE
17	6	Denise	Saúde	27.8.98		

O SR. ADRIANO DIOGO - Gostaria de fazer um comunicado. Foi indicado para ser o relator do projeto das fitas de vídeo, de autoria do Vereador Domingos Dissei, com quem tenho um relacionamento muito bom. Não sei o que ocorreu com o Vereador durante a semana, que ele exigiu uma urgência. O projeto chegou no meu gabinete na segunda-feira, na quarta-feira, ele queria o meu parecer pronto. Então, ele forçou para ser um parecer conjunto no plenário. Tenho boas relações com o vereador, fui educado. O assessor dele foi no meu gabinete e fizemos um parecer em ~~xx~~ separado em contrário, por entender que era inconstitucional e tal. Um assessor até se justificou muito envergonhado.

Acho que uma comissão só tem valor e respeito se minimamente ela é respeitada na sua tramitação. O projeto chegou ~~xx~~ segunda-feira no meu gabinete, quarta-feira estava absolutamente dentro do prazo. Eu iria dar parecer contrário, mas não iria ficar segurando o projeto. Daria o prosseguimento normal. Ele forçou, através de três vereadores que nunca compareceram à Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho, forçou um parecer conjunto e favorável. Para quê fazer isso?

~~xxxx~~

O SR. PAULO FRANGE - A intenção é aprovar o projeto por de
....V8

~~liberação. Os projetos que estão sendo aprovados por deliberação tem~~

5.



PROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DEBATE APARTE
178	1	Denise	Saúde	27.8.98		

O SR. PAULO FRANCO - A intenção é aprovar por deliberação.

Os projetos que estão sendo aprovados por deliberação têm sido submetidos por uma aparato judicial e para que pare por aí. Isso tem sido feito pelo Partido dos Trabalhadores. Fica uma situação difícil, porque depois que se consegue recolher 3 assinaturas, fica faltando apenas uma. E ficamos numa situação e em que somos considerados como inimigos. A assessoria senta na sala e você só fica livre da situação depois que assina, porque senão não consegue ir embora. E nós temos o tempo contado, ficamos numa situação delicada. Acho que isso tem de acabar.

Estou movimentando esta semana o Vereador Carlos Neder e outros para que possamos voltar a credibilidade da Comissão da Saúde, Promoção Social e Trabalho.

O SR. ADRIANO DIOGO - Depois ele submeteu a nossa funcionária exemplar a um constrangimento. Chamou a diretora, expôs a funcionária, queria que ela conseguisse um parecer favorável naquela hora. O sujeito é um vereador novo, quer ser presidente da Câmara e não respeita nada nem ninguém. Para quê isso?

Se tiver de aprovar o projeto dele por acordo de lideranças, que assim o seja. O ridículo quem vai passar é ele, não sou eu.

35



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADENICIONANTE
8	2	Denise	Saúde	27.8.98	Adriano Diogo

Agora, deixe que tramitemos o projeto dentro da comissão. É o mínimo.

O SR. CARLOS NEDER - Primeiramente, gostaria de me solidarizar com o Vereador Adriano Diogo, porque acho que esse tipo de prática é inaceitável. A ausência de colegas vereadores na comissão, que têm sido reiteradas, compromete a qualidade do nosso trabalho e acaba levando a um subproduto. Somos obrigados a correr atrás desses colegas vereadores fora do ambiente da comissão, fazendo inclusive aquilo que não gostaríamos de fazer, porque é contraditório com a nossa intenção de fazer o debate das propostas na própria comissão, respeitado o regimento e o tempo em que as propostas devam ser analisadas.

Nesse sentido, gostaria de saber se a prática que vinha sendo adotada de registrar a frequência dos vereadores continua sendo observada.

O SR. ADRIANO DIOGO - Sempre foi assim. Nós fazemos a reunião pra para que a comissão não pare totalmente.

O SR. PAULO FRANGE - Mesmo no mês de agosto, termina-se colocando a presença xxx para as pessoas ausentes.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DEBATE	APORTE
48	37	Donice	Saúde	27.8.98	Paulo Franco		

Podemos deliberar agora que a partir da sessão de hoje seja dada a ausência das pessoas que realmente estiverem aqui. Como o nosso regimento prevê punições para aqueles que são ausentes, devemos fazer cumprir, porque não há a mínima condição. Até porque teremos outra comissão de saúde no ano que vem, porque aqui já virou uma comissão onde o pessoal que não gosta de aparecer na Casa ou não quer, vem encostar na verdade.

O SR. CARLOS NEDER - Gostaria de reiterar uma pergunta feita pelo presidente. O Sindicato dos Médicos e o Sindicato dos Servidores públicos Municipais trouxeram um dossiê relativo ao mau funcionamento do PAS. Posteriormente, recebemos ~~numa~~ denúncias sobre o Hospital do Servidor Público Municipal, fizemos aquela visita ao Hospital e numa reunião anterior, o Vereador Adriano Diogo fez uma sugestão de que conversássemos com o Secretário Municipal da Saúde. E também foi aventada a possibilidade de uma reunião com o Secretário Municipal das Finanças. Mais recentemente, em face a denúncias que recebemos ~~em~~ em relação a várias cooperativas do PAS, foi aprovada na ~~na~~ última reunião a convocação de diretores do PAS, bem como o convite ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Município para que acompanhassem



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORIENTADOR	CONT. APARTE
VEX	4	Denise	Saúde	27.8.98	Carlos Keller	

e depoimento desses diretores, gostaria de saber das providências que já foram tomadas e se a data originalmente pensada para esse evento está mantida.

O SR. PAULO FRANGE - Ficou agendado para o dia 5 de setembro.

O SR. ADRIANO DIOGO - Gostaria de fazer uma sugestão. No dia 15 de setembro, várias entidades do funcionalismo, sindicatos dos médicos, CRM, estão marcando uma audiência com o Secretário Municipal da Saúde, Sr. Jorge Roberto Pagura, para discutirmos a situação da saúde no município de São Paulo. Esses funcionários e profissionais nos procuraram sabendo da disponibilidade da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho estar na Secretaria, às 14:00h, do dia 15 para fazermos essa audiência conjunta com todas as entidades de classe e os conselhos com o Sr. Secretário. Achei uma idéia interessante e estou trazendo a para o âmbito da comissão. Então, se houver concordância estaremos na Secretaria em audiência a ser pedida com antecedência ao Sr. Secretário, no dia 15, às 14:00h, uma vez que ele se nega a comparecer na Câmara para esclarecimentos.



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ASSISTENTE
A8	5	Denice	Saúde	27.8.98		

O SR. PAULO FRANGE - De minha parte está tudo bem, está.

rei apresenta, Vereador Roberto Rosão? (Pausa)

~~_____~~

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. APASTE
A-9	1.	Carla	Saída	27.08.98	

O SR. _____ - Vereador Carlos Nedert

O SR. CARLOS NEIDER - Estou de acordo.

O SR. PAULO FRANGE - Iremos estar presente nesta reuni

Gostaria que você agendasse nos gabinetes para que não possamos per
der.

(Comentário fora do microfone)

O SR. ADRIANO DIOGO - Podia ser no intervalo, entre o dia

6 e o dia 15.

O SR. PAULO FRANGE - Gostaria de um esclarecimento. A

proposta, como ela foi aprovada , seria de uma convocação dos di
retores dos módulos. Nesse sentido, quero saber se os ofícios de convo
cação já foram expedidos pois gostaria de ter cópia dos ofícios assi
nados pelo Presidente ~~XXXXXXXXXXXXXXX~~ convocando os diretores do
módulos.

O SR. ADRIANO DIOGO - O Presidente da Comissão assinou. O
Vereador que requereu foi o ~~EXX~~ Presidente da Câmara.

O SR. PAULO FRANGE - Como o tempo é curto, sugiro que es
se ofício tenha assinatura, ainda esta semana, do Presidente da Casa.
Senão não conseguiremos isso até o final do anc.

O SR. _____ - A proposta seria no dia 3 de setem-



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	COMPARADOR	CONT. APARTE
A-9	2.	Carla	Saúde	27.08.98		

(Comentário fora do microfone)

O SR. PAULO FRANGE - Há uma avaliação de tempo hábil?

Hoje estamos no dia 27, seria na terça ou quarta-feira da semana que vem. Dá tempo de expedir o convite e o Presidente da Câmara assinar?

(Comentário fora do microfone)

O SR. PAULO FRANGE - Gostaria ^{de} que os vereadores fossem

sem informados sobre isso porque, na verdade, não está havendo uma tramitação normal de documentos dentro da Câmara. Os documentos chegam à Presidência, param ou não devolvidos à diretoria geral ou organismos subordinados a ela. Preocupa-me marcarmos para o dia 3 sem a certeza de que o Presidente da Câmara irá expedir a convocação.

O SR. ADRIANO DIOGO - Tem a outra forma que é aprovar em plenário.

X O SR. PAULO FRANGE - Uma alternativa seria deixar para o dia 10, não o dia 3, não sei se já foi assinado o ofício, e ter um tempo um pouco maior para aprovar isso em plenário caso o presidente não concorde em aprovar.

(Comentários fora do microfone)

O SR. ADRIANO DIOGO - E se levássemos em mãos para o plenário e pressionássemos para conseguir? Levaríamos os ofícios adminis-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
A-9	3.	Carla	Saúde	27.08.98		

trativos, todos que estão atrasados, mais esta convocação. Se não convocaram, faremos convocação via plenário.

O SR. PAULO FRANGE - Outra indagação é se foi ou não enviado para Coperpas 8 ^{indicação para} que nos fosse mandado os documentos referentes à história da água.

O SR. ADRIANO DIOGO - Faça uma relação de tudo que está parado para levarmos ao plenário. Iremos cobrar pelo microfone,

O SR. PAULO FRANGE - A sugestão do Vereador Adriano Diogo é oportuna, fazemos relação dos documentos, em ordem cronológica, a título de informação que tiveram e a informação que se tem, onde se encontram.

Final, gostaríamos de passar a relatoria dos projetos. Um projeto da Vereadora Aldaíza Sposati que dispõe sobre a instituição do mobiliário urbano, na cidade de São Paulo, e dá outras providências. Alguém gostaria de relatar? Nobre Vereador Carlos Neder.

E um outro projeto do Vereador Carlos Neder que dispõe sobre ações de fiscalizações e controle da qualidade de sangue, hemo componentes, hemo derivados e dá outras providências. Alguém gostaria de relatar? Nobre Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - O pessoal não vem à sessão e ficamos sobrecarregados.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
1-9	4	Carla	Saúde	27.08.98		

O SR. PAULO FRANGE - Estão presentes na sessão do dia 27 de agosto de 1998 os Vereadores Adriano Diogo, Paulo Frange, Rejão, Carlos Neder.

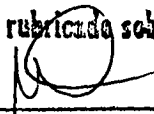
Solicito à assessoria técnica que informe, irei assinar esse documento, que a partir de hoje constantemente será feito consta a presença de todos e irá ser cumprido o Regimento Interno da Casa. A atitude não é a mais simpática, mas não podemos deixar a situação como está.

O SR. ADRIANO DIOGO - Quando presidente, fiz uma estatística que gostaria que todos os vereadores tivessem acesso. Fizemos uma estatística de frequência. Podíamos atualizar a de agosto.

O SR. PAULO FRANGE - Agradeço a presença dos senhores. Esperamos que tenhamos cumprido o nosso papel na Comissão de Saúde. Muito obrigado.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUÉ, levantado nesta data papel para informação documento, rubricado sob

folha n. 204 e 205 a) 



16.- PAR
16-1522/1998

304 dia 205
Folha nº 830 de 1995
n.º 830 de 1995

Municipal de São Paulo

DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO SOBRE O PROJETO DE LEI 830/95

O Projeto de Lei em questão, apresentado pelo nobre Vereador Carlos Zarattini, tem o objetivo de assegurar o atendimento em abrigos especiais, com padrão de qualidade definido, à população em situação de desmoronamento, enchentes ou grave risco para as famílias. Os abrigos deverão atender aos moradores na mesma região que ocupavam antes da remoção, de forma a assegurar o fácil acesso aos seus locais de trabalho e de ensino. Estabelece também que, não havendo locais suficientes para este atendimento, poderão ser designadas escolas ou centros esportivos, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo renovado, exclusivamente, após aprovação da Câmara Municipal.

A propositura foi amplamente discutida em audiências públicas, duas realizadas na D. Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio-Ambiente e uma nesta Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho. Nestes debates, ficou clara a importância desta proposição, que atende a reais necessidades do município.

Após apreciação do Projeto de Lei, esta Comissão considera extremamente importantes os seus objetivos. No entanto, propõe-se um substitutivo para incluir no Projeto alguns aspectos que são necessários tanto para definir um melhor padrão a estes abrigos, quanto para estabelecer claramente o seu caráter temporário.

Em primeiro lugar, a quantidade de banheiros citada é de 01 (uma) unidade para cada cinco famílias. Em geral, as famílias a serem atendidas são numerosas. Este fato levaria a uma superlotação, resultando em higiene inadequada e em situação totalmente insalubre. Propõe-se, portanto, que seja exigida a quantia mínima de 01 (um) banheiro para cada 02 (duas) famílias.

Outro ponto a ser abordado é que fique garantido à população não apenas o abrigo nas situações de adversidade, mas também o reassentamento para locais definitivos, estabelecendo claramente o caráter temporário destes abrigos, definindo a responsabilidade do Poder Público e apontado a contrapartida para os casos de não cumprimento do estabelecido.

De todo o exposto e manifestando-nos favoravelmente à propositura, sugerimos o seguinte:

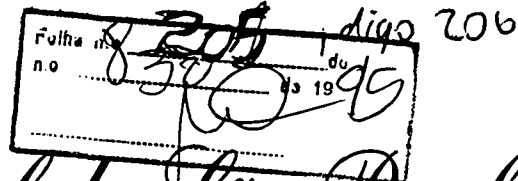
SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI 830/95

Dispõe sobre o atendimento em abrigos especiais que assegurem condições básicas de segurança e salubridade à população, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir aos moradores o deslocamento para abrigos especiais, em condições de segurança e salubridade, nas

17 - RELCOM
17-7063/1998



Câmara Municipal de São Paulo

situações de desmoronamento, enchentes ou grave risco para as famílias.

Parágrafo Único - Os abrigos especiais referidos no caput deste artigo deverão apresentar o seguinte padrão de qualidade:

I - um espaço mínimo de 25m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada família;

II - instalações de refeitórios e local apropriado para as crianças;

III - banheiros em número não inferior a 1 (um) para cada 2 (duas) famílias.

Art. 2º - Os abrigos especiais atenderão aos moradores na mesma região administrativa que ocupavam antes da remoção, assegurando, assim, o fácil acesso aos seus locais de trabalho e de ensino.

Art. 3º - O atendimento previsto nesta lei terá caráter provisório, não excedendo o prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Não havendo locais suficientes para este atendimento, em casos de comprovada calamidade pública, poderão ser designadas escolas ou centros esportivos, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo renovado, exclusivamente, após aprovação da Câmara Municipal.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo, por meio das Secretarias Municipais de Vias Públicas, Administrações Regionais, Família e Bem-Estar Social, Saúde e Habitação, obrigado a reassentar as famílias abrigadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Em caso de inobservância dos prazos estabelecidos nesta lei, as autoridades responsáveis pelas Secretarias mencionadas no art. 5º, responderão civil, administrativa e criminalmente, inclusive por crime de responsabilidade.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

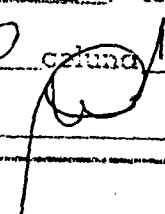
Sala das Comissões,

Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho

29/10/98.

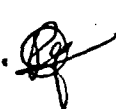
Nelson Proença - Presidente

Carlos Neder - Relator

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 04, 11, 1998
pagina 40 coluna 10/29
conferido: 

À Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 11/11/98


MARIA ANTONIETA FELIX DE PAIVA
Secretária

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 27/11/98 às 10.00 h. 

o nobre Vereador
para relatar.


MARIA LIMA

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

27/11/98

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º 206 e Fls. de 11/12

de 14/12/98 a. 



Folha n.º 206 do proc. 198-207
n.º 830 de 1995
o funcionário E

Câmara Municipal de São Paulo

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos sobre a matéria, prorrogo o prazo para elaboração do relatório, conforme disposto no artigo 63, "caput", do Regimento Interno.

Em 14 / 12 / 1998.

131

DITO SALIM

PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntada a(s) ... rubricado(s) sob n.º 207

16/12/98

Isa

ISABEL D. S. H. NASHIRO
Of. Adm. Geral III



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. 208 do proc.

nº 830 de 95

INACIO VEIGA, Dr. Legislativo

RELATÓRIO

Encaminhe-se relatório.

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO O
PROJETO DE LEI Nº 830/95

Bj
PRESIDENTE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Carlos Zarattini, visa obrigar o Executivo a garantir deslocamento para abrigos especiais a moradores que tenham sido removidos de seus lares devido a situações de desmoronamento, enchentes ou grave risco para as famílias. Os abrigos, ainda de acordo com a propositura, deverão: adequar-se a padrões de qualidade nela definidos; atender aos moradores na mesma região administrativa que ocupavam antes da remoção, assegurando-lhes fácil acesso aos seus locais de trabalho e de ensino; atender aos moradores em caráter provisório, não excedendo o prazo de 90 (noventa) dias. O projeto de lei pretende, por fim, determinar que: escolas ou centros esportivos sejam usados como abrigos por um período de 15 (quinze) dias, sujeito a renovação, na falta de abrigos em número suficiente; a inobservância dos prazos estabelecidos pela autoridade responsável venha a ser caracterizada como infração político-administrativa.

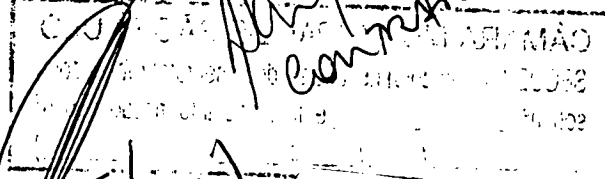
Esta Comissão de Finanças e Orçamento considera que a implementação da propositura significaria incorrer em gastos de elevado custo de oportunidade. De fato, como ressaltado no parecer da douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, os recursos que viessem a ser direcionados à construção dos abrigos poderiam servir para a construção de moradias populares em caráter definitivo, o que mostra claramente que o ritmo de construção de moradias seria negativamente afetado pela construção de abrigos.

Em vista disso, contrário é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 16/12/98.

Presidente - *Bj* se (~~Carvalho~~)

Relator - *Carvalho*



17 - RELCOM
17-2037/1999

SEDE DO	PROCURADOR
DE	DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A A.T.M.
Em, 12/03/99



ISABEL P. S. ASHIRO
Of. Adm. Geral III

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)

sob nº _____ e folha de informação sob nº _____

209 03/01/01 a (2)

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para Informação, rubricado como folha nº 209

do processo nº 830 do 1º 95 19, 12, 2000 (a) 209

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

03/01/01


BRENO CANDELMAN
Assessor Tec. Legislat. Chefe
ATM

SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Requisitado em	17-03-97
Arquivado novamente em	11-01-2001
Cl 209	Fls.º O Funcº Trasil

BENVINDO DANILO L. CARVALHO
Assist. Parlamentar
Reg. n.º 101258

Objeto: DISPOE SOBRE AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS A SEREM ADOTADAS PELO EXECUTIVO QUANDO DA REMOÇÃO DE FAMÍLIAS MORADORES EM HABITAÇÕES DE CARÁTER SUBNORMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor(es):

Vereador(a) HENRIQUE PACHECO (PT)

Apresentado em: 30/08/1995

Autorizado em: 30/08/1995-Processo 01-823/1995

Leitura: 30/08/1995, na Sessão Ordinária 314, Legislatura 11-3

Palavra(s) chave(s): ABRIGO / AÇÃO JUDICIAL / ALOJAMENTO / ÁREA DE RISCO / COMPETÊNCIA / COORDENAÇÃO / CRIANÇA / DESOCUPAÇÃO / ESCOLA MUNICIPAL / EXECUTIVO / FAMÍLIA / FAVELA / HABITABILIDADE / HABITAÇÃO SUBNORMAL / HIGIENE / IDADE ESCOLAR / LEI 11.228/92 / MATRÍCULA / MORADOR / NOTIFICAÇÃO / OBRA PÚBLICA / OBRIGATORIEDADE / PRAZO / REMOÇÃO / SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / SEGURANÇA

Comissão(es) designadas em 30/08/1995:

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - JUST

POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA, MEIO AMBIENTE - URB

SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO - SAÚDE

FINANÇAS E ORÇAMENTO - FIN